



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA E  
PATRIMÔNIO CULTURAL - PPGAP

GUSTAVO S. SILVA JUNIOR

**ARQUEOLOGIA E DIREITO TERRITORIAL:  
UM ESTUDO NO QUILOMBO BARRO PRETO, JEQUIÉ,  
BAHIA.**

Cachoeira

2022

GUSTAVO S. SILVA JUNIOR

**ARQUEOLOGIA E DIREITO TERRITORIAL:  
UM ESTUDO NO QUILOMBO BARRO PRETO, JEQUIÉ,  
BAHIA.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural (PPGap) do Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) como requisito para obtenção de título de Mestre em Arqueologia e patrimônio Cultural.

Concentração: Arqueologia

Linha 1: Populações, ambientes e culturas

Orientador: Prof. Dr. Carlos Etchevarne.

Cachoeira

2022

## FICHA CATALOGRÁFICA

---

S586

Silva Junior, Gustavo Santos.

Arqueologia e Direito Territorial: um estudo no quilombo Barro Preto, Jequié, Bahia. / Gustavo Santos Silva Junior. Cachoeira, BA, 2022.  
120f., il.

Orientador: Prof. Dr. Prof. Dr. Carlos Etchevarne

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural, Bahia, 2022.

1. Quilombos – Jequié (BA). 2. Escravidão - Jequié(BA). I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD:305.896098142

---

Ficha elaborada pela Biblioteca do CAHL - UFRB.  
Responsável pela Elaboração – Juliana Braga (Bibliotecária – CRB-5/ 1396)  
(os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

**GUSTAVO SANTOS SILVA JUNIOR**

**ARQUEOLOGIA E DIREITO TERRITORIAL:  
UM ESTUDO NO QUILOMBO BARRO PRETO, JEQUIÉ, BAHIA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural, como requisito parcial para obtenção de título de mestre em Arqueologia.

**Aprovado** em 12 de dezembro de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**  
Documento assinado digitalmente  
 CARLOS ALBERTO ETCHEVARNE  
Data: 21/04/2023 09:22:06-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CARLOS ALBERTO ETCHEVARNE

Doutor em Quaternaire Geologie Paleontologie Humaine et Pré-histoire  
Muséum National d'Histoire Naturelle

Jurema Machado de Andrade Souza – Examinadora Interna

Doutora em Antropologia  
Universidade de Brasília



Documento assinado digitalmente  
JUREMA MACHADO DE ANDRADE SOUZA  
Data: 25/04/2023 21:14:21-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Roca Alencar – Examinadora Externa

Doutora em Saúde Coletiva  
Universidade Federal da Bahia



Documento assinado digitalmente  
ROSELENE CASSIA DE ALENCAR SILVA  
Data: 26/04/2023 00:32:05-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Universidade Federal do  
Recôncavo da Bahia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

DECLARAÇÃO Nº 31 / 2022 - PPGARQPC (11.01.24.28)

Nº do Protocolo: 23007.00029627/2022-92

Cruz das Almas-BA, 15 de Dezembro de 2022

## DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que o pós-graduando GUSTAVO SANTOS SILVA JUNIOR, CPF 033.474.545-45, defendeu sua Dissertação no MESTRADO DO PPG EM ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, com o projeto intitulado: “**Arqueologia e Direito Territorial: um estudo no Quilombo Barro Preto, Jequié, Bahia**”, em sessão pública realizada em 12 de dezembro de 2022, às 14h.

Cachoeira - BA, 12 de dezembro de 2022.

*(Assinado digitalmente em 15/12/2022 11:34 )*  
HENRY LUYDY ABRAHAM FERNANDES  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matricula: 1558454

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sistemas.ufrb.edu.br/documentos/> informando seu número: 31, ano: 2022, tipo: **DECLARAÇÃO**, data de emissão: 15/12/2022 e o código de verificação: 51b97d46c2

## EPÍGRAFE

Permitam-me definir o que entendo como sendo o nosso objetivo. Fique desde logo claro que não se trata do problema de introduzir um novo e não provado conhecimento para preencher um suposto vazio, mas de *renovar, criticar, ampliar e atualizar nosso conhecimento já existente* (Abdias do Nascimento, O Quilombismo, 2002, p.54).

## DEDICATÓRIA

À comunidade do Quilombo Barro Preto.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus e a Ogum por transformar meus sonhos acadêmicos em realidades intelectuais, e poder dedicar energia e o financiamento público na redistribuição de poderes.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo Baiano e ao Coordenador Carlos Costa pelo acolhimento, amadurecimento e formação.

Agradeço a CAPES pelo financiamento e apoio institucional.

Agradeço ao meu orientador Prof. Carlos Etchevarne pelo acompanhamento acadêmico na construção da dissertação, por todas as significativas contribuições ao meu texto.

Aos Professores Fabiana Comerlato, Wilson Penteado, Luydy Fernandes, Susane Pinho, Sabrina Damasceno (em memória), pelo incentivo, apoio e dedicação em minha formação.

Aos meus amados filhos, Luiz Gustavo, Giovanna, Pérola e Martim, por serem todos os meus pontos cardeais e me guiarem para o desenvolvimento material e intelectual.

À minha amada Luciana de Castro, minha esposa, amiga e parceira intelectual, agradeço por nossas incansáveis discussões sobre Arqueologia e Direito, por me ensinar sobre a importância da Arqueologia da Diáspora Africana para o desenvolvimento das Ciências Humanas e Sociais, serei eternamente grato.

Agradeço aos meus pais, Maria Elcy e Gustavo Santos, por toda minha trajetória educacional, por fazer valer a Lei e me permitir concluir essa etapa tão almejada em minha vida.

À minha madrastra Cristiane Errico e o meu padrasto Laercio pelo amor, amizade e conforto em todo esse tempo de acolhimento.

Às minhas irmãs, Daniela, Sheila e Rafaela, pela primazia de conviver com mulheres inteligentes e acadêmicas. Ao meu irmão Eliel Filho, historiador, pela amizade e exemplo de vitória.

Às minhas avós Ana, Alaíde, Ester e Hildete (em memória), sem as senhoras não estaria aqui, como semente de suas descendências.

Agradeço também aos profissionais da Biblioteca, da Secretaria, que estiveram sempre disponíveis e atentos às minhas necessidades burocráticas. Aos meus colegas de turma, Pablício, Milena, Hussane, Ana Rosa, Cristiano, Lays, pela partilha e pelo crescimento em coletividade.

E a todos aqueles que estiveram envolvidos na minha trajetória, como Paulo Filho, Valda e Ricardo, agradeço o incentivo inicial, essa conquista também é de vocês.

Imensamente agradecido por todos que contribuíram de formas diversas para a construção e conclusão desse trabalho.

## RESUMO

Este estudo apresenta uma análise da formação territorial do Quilombo Urbano do Barro Preto na cidade de Jequié, Bahia. Visando compreender juridicamente os procedimentos necessários para titulação e reconhecimento de comunidades de remanescentes de quilombos, depreendeu análise da formação territorial, a partir do conjunto patrimonial ferroviário associado à formação do assentamento quilombola no início do século XX, a partir da instalação da Estrada Férrea de Nazaré. Para tanto, a metodologia reuniu métodos distintos - análise da documentação jurídica e histórica, entrevistas orais, aplicação de questionários e visitas técnicas à comunidade entre 2020 e 2022. Sendo assim, a formação territorial do Quilombo Urbano Barro Preto é situada no contexto social do pós-Abolição, apresentado no trabalho, tanto artesanal como industrialmente, enquanto elemento primordial no processo de territorialização quilombola na cidade de Jequié.

**Palavras-chave:** Pós-Abolição; território urbano; Quilombo Barro Preto.

## **ABSTRACT**

This study presents an analysis of the territorial formation of the Urban Quilombo Barro Preto, in the city of Jequié, Bahia. With the objective of legally understanding the procedures necessary for the titling and recognition of quilombola communities, it aimed to analyze the territorial formation through the railroad heritage associated with the formation of the quilombola settlement in the early twentieth century since the installation of the Tram Road de Nazaré. To this end, the methodology brought together different methods - analysis of legal and historical documentation, oral interviews, application of questionnaires, and technical visits to the community between 2020 and 2022. Thus, the territorial formation of the Quilombo Urbano Barro Preto is situated in the social context of the post-abolition period, presenting work, both artisanal and industrial, as a key element in the process of quilombola territorialization in the city of Jequié.

**Keywords:** Post-Abolition; urban territory; Quilombo Barro Preto.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa do município Jequié, Bahia _____	18
Figura 2. Fachada da Unidade de Saúde localizada no Barro Preto _____	24
Figura 3. Capa da Cartilha “A força do Quilombo Barro Preto” _____	26
Figura 4. À esquerda, montado no jegue, o libanês Isaac Abahim Tannus e à direita, em pé, o brasileiro César, com dois animais carregados de bruacas, em 4 de fevereiro de 1937, nas proximidades do Rio de Contas em Monte Branco (Jequié) _____	55
Figura 5. Casario da ferrovia em ruínas, na estrada que liga Jequié a Baixão _____	56
Figura 6. Fotograma Porto das Canoas, mercadorias do sertão chegando em Jequié pelo rio _____	57
Figura 7. Mapa da Estrada Férrea de Nazaré _____	59
Figura 8. Ponte sobre o Rio Jequiezinho _____	61
Figura 9. Fotograma Ponte Teodoro Sampaio, 1945 _____	62
Figura 10. Vista panorâmica do Quilombo Barro Preto _____	65
Figura 11. Localização do Quilombo Barro Preto, Jequié, Bahia _____	66
Figura 12. Barracamento na Rua da Linha _____	67
Figura 13. Rua Nazaré, calçamento da antiga via férrea _____	68
Figura 14. Centro de Umbanda Iansã Axé _____	71
Figura 15. Atelier de esculturas de madeira de Joilson da Silva, Barro Preto _____	72
Figura 16. Riacho em estágio de degradação avançado, Quilombo Barro Preto _____	74
Figura 17. Manchete sobre os indígenas da Aldeia de Santa Rosa _____	75
Figura 18. Fotografia de “Braz”, conhecido como artesão de cestas de <i>panacum</i> e esteiras do Barro Preto, falecido recentemente _____	77
Figura 19. Estrada de Ferro Nazaré, Jequié, Bahia _____	80
Figura 20. Marcos do Quilombo Urbano Barro Preto _____	81
Figura 21. Estrada de Ferro Nazaré, Jequié, Bahia _____	83
Figura 22. Barracamento na Rua da Linha _____	87
Figura 23. Interior de uma casa de turma _____	88
Figura 24. Detalhe para porta metálica em uma casa de turma _____	90
Figura 25. Rede de Viação Paraná-Santa Catarina _____	91
Figura 26. Locomotiva Baldwin, que fez a primeira viagem de Paranaguá para Curitiba _____	94

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	14
1.1 PERCORRENDO A ESQUECIDA LINHA FÉRREA	14
<b>2. CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS</b>	22
2.1 PESQUISA DE CAMPO E O FAZER ARQUEOLÓGICO	22
2.2 DIREITO TERRITORIAL EM COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS	31
<b>3. O QUILOMBO DO BARRO PRETO</b>	47
3.1 REVISITANDO ALGUMAS ARQUEOLOGIAS EM QUILOMBOS	47
3.2 O MUNICÍPIO DE JEQUIÉ E A INSTALAÇÃO DA LINHA FÉRREA	51
3.3 A FORMAÇÃO DO QUILOMBO URBANO DO BARRO PRETO	63
<b>4. QUANDO O PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO É QUILOMBOLA</b>	80
4.1 O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DE BENS FERROVIÁRIOS	80
4.2 O BARRACAMENTO OU CASAS DE TURMA	86
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	97
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	100
<b>7. ANEXO</b>	110

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 PERCORRENDO A ESQUECIDA LINHA FÉRREA

Ao presenciar a conclusão das barreiras de contenção, fixadas no fundo do terreno do Ilê Axé Bairá Omo Torrundê<sup>1</sup>, terreiro de Candomblé em que resido com minha família, passei a refletir sobre as longas raízes da gameleira branca, árvore cultuada como Iroko, divindade africana. As longas raízes que impediram a instalação do muro não possuem um padrão simétrico e, por isso, muito se assemelham ao rizoma de que fala Deleuze e Guattari (1976) e que o antropólogo José Carlos dos Anjos (2008) abordou para pensar a religiosidade brasileira.

Penso que a imagem do emaranhado das raízes da gameleira branca é o desenho teórico-metodológico deste estudo científico. Muitos caminhos foram necessários percorrer para uma rota que me levasse ao Quilombo Barro Preto fosse traçada. Enquanto assentava meus pés na Arqueologia e no Patrimônio Cultural, revisitava o Direito.

Para Dos Anjos (2008:80), o encontro das diferenças é rizomático: a encruzilhada atua como ponto de encontro de diferentes caminhos que não se fundem numa unidade, mas seguem como pluralidades. Essa definição é crucial para compreender o patrimônio no Quilombo Urbano Barro Preto, em Jequié. Portanto, penso os caminhos que o patrimônio quilombola percorre de dentro da comunidade para fora e atinge a sociedade mais ampla, ou seja, quando esses bens passam a ter valor jurídico e são legítimos para serem protegidos pelo Estado.

Sou advogado, porém meu encontro com a Arqueologia antecede minha habilitação. Desde 2014, devido ao relacionamento com minha esposa, doutoranda na época e hoje, docente do Departamento de Arqueologia da UFS, me tornei um leitor de teoria arqueológica e dos modos de apresentação do Direito na produção bibliográfica. Nesse diálogo, me capacitei como mergulhador de águas rasas em 2018, para compor a equipe de arqueologia subaquática, atuando em um campo na Baía de Biguaçu, em Florianópolis, Santa Catarina. No mesmo ano, também integrei equipe

---

<sup>1</sup> Terreiro de Candomblé localizado no município de Arembepe, distrito de Camaçari, Bahia. Fundado pela minha sogra, a Iyalorixá Giovanilza de Castro, e administrado conjuntamente com minha esposa, a Iyalorixá Luciana de Castro. Sou filho de Ogum, ogã suspenso para o Orixá Obaluayê.

em Lauro de Freitas, Bahia. Dessa vez, adentrei em comunidades inseridas na Área Diretamente Afetada, impulsionado a verificar com mais cuidado o ordenamento jurídico territorial.

Sou natural de Jequié, migrante em Salvador desde 2011. Minha família paterna, materna e meus dois filhos do primeiro casamento, também residem na cidade. Minha mãe, Maria Elcy, aposentou-se do exercício da enfermagem pelo Hospital Geral Prado Valadares, após 40 anos de atividade. Trabalhar com saúde, em uma cidade do interior, e ser especialista em neonatal, fez da minha mãe uma pessoa conhecida e querida. Seu trabalho social construiu vínculos com a comunidade quilombola do Barro Preto, atuando tanto na escola como no posto de saúde da comunidade.

Considero como justificativa pessoal para o início desse estudo a ida ao Museu de Jequié, acompanhado de minha família no final de 2018. O Museu é uma instituição pública que apresenta à sociedade local uma narrativa histórica através da materialidade. A cada corredor percorrido, identificava personagens brancos, monumentos sem humanidades apresentadas, imagens e textos desconectados dos meus 34 anos de Jequié.

A narrativa indígena aparecia de forma singela e sintética, enquanto imperava o silêncio da população negra na narrativa histórica da cidade. A invisibilidade negra na narrativa museal foi questionada e tive como resposta do servidor, “entramos em uma fase revisionista, agora Jequié tem até quilombo”. Tal pensamento do servidor refletia a realidade mais geral, me impulsionando a analisar a presença Negra no Sudoeste baiano, com enfoque para o município de Jequié, Bahia.

Alfredo Vagner de Almeida (2011) e seus textos escritos entre 1989 e 2010, reunidos no livro “Quilombos e novas etnias”, foi de alto impacto para a problematização deste estudo. Tanto por pensar interfaces múltiplas entre Direito, Antropologia, História e Sociologia, como também pela crítica severa à imagem da ciência arqueológica, enquanto responsável pelo estudo cristalizado de um passado que só existe na mente de quem imagina.

O texto em referência foi indicado na Banca de Qualificação realizada em 2021, e reforçou a ideia norteadora do projeto inicial. Também aprofundou a necessária desconstrução da imagem colonial de quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (Conselho Ultramarino de 1740 *apud* Moura, 1994, p.16).

As principais características da formação de um quilombo no período colonial enumeradas por Almeida (2011) e aqui replicadas são; a) fuga; b) quantidade mínima de “fugidos”, definida com exatidão; c) localização marcada por isolamento relativo, isto é, em “parte despovoada”; d) moradia consolidada ou não; e) capacidade de consumo traduzida pelos “pilões” ou pela reprodução simples, que explicitaria uma condição de marginal aos circuitos de mercado (ALMEIDA, 2011, p.39).

Após silenciamento significativo ao longo de cem anos, o termo quilombo reaparece no texto jurídico enquanto símbolo de sobrevivência. Traduzido como remanescente, por apresentar o que “sobrou” de um passado que não existe mais. Tais explicações implicam a ideia de que a formação quilombola deixou de existir junto à Abolição da Escravatura em 1888. Assim, a ideia inicial deste projeto se concentra em perceber que o conceito de quilombo no presente “[...] não é discutir o que foi, mas sim discutir o que é e como esta autonomia está sendo construída historicamente” (ALMEIDA, 2011, p.64).

A problemática surge pelo entendimento jurídico que a antiguidade do assentamento em um dado território atua como um, e não único, elemento primordial para a definição de comunidade tradicional. Baseado nisso, busquei através deste estudo refletir sobre qual ou quais seriam os outros elementos primordiais acionados na formação territorial quilombola no Pós-Abolição, a partir de um estudo de caso no Quilombo Urbano Barro Preto.

O Quilombo Barro Preto no município de Jequié, na Bahia, por uma narrativa material, informa que a luta por liberdade e dignidade nascida desde o primeiro incidente escravista permaneceu no Pós-Abolição. O trabalho exercido pela população Negra no período colonial até o presente histórico está fundamentado na colonialidade, hierarquia e violência. Contudo, é preciso ressaltar que mesmo com o projeto de violência em execução na longa duração no Brasil, estratégias pelo bem viver permanecem sendo formuladas.

Para tanto, o estudo é uma interface entre Arqueologia, Direito, História Social e Geografia Crítica, desenvolvendo o argumento que o Quilombo Urbano Barro Preto valoriza a relação íntima com as atividades agrícolas, extrativistas e da memória do trabalho industrial, enquanto elementos essenciais de diversidade de uso e ocupação naquele território, que partem de “laços de parentesco e vizinhança”, sustentados por “relações de solidariedade e reciprocidade” (O'DWYER, 2002, p. 18-19).

Segundo Eric J. Hobsbawm, a história operária possui uma tradição de escrita altamente politizada e foi realizada durante muito tempo fora das Universidades. Essa historicidade colocou o trabalho como um tema político, em que o interesse acadêmico esteve voltado para a resolução de problemas e conflitos entre classes.

A partir disso, a história clássica do movimento operário produziu um modelo analítico baseado numa versão oficial de História Nacional e Internacional, não tendo características flexíveis de análise (HOBSBAWM, 2015, p. 18). Após a década de 1970, os caminhos da história operária ampliaram seu campo, seu método e também a extensão de abordagem, levando a análise em direção ao aspecto social e cultural do trabalho, ao invés de aprofundar o aspecto político e ideológico.

O autorreconhecimento territorial do Barro Preto enquanto um quilombo urbano é formulado por meio do contraste patrimonial entre as atividades agrícolas e extrativistas realizadas pela população quilombola no decurso do tempo, diante de sua particular participação no desenvolvimento industrial da cidade de Jequié. Por isso, seguindo a força da Lei, a autoatribuição e os modos distintos que grupos humanos se relacionam com a terra, buscou compreender os aspectos fundantes do território, territorialidade e processo de territorialização no Quilombo Barro Preto.

A noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1988, p.55).

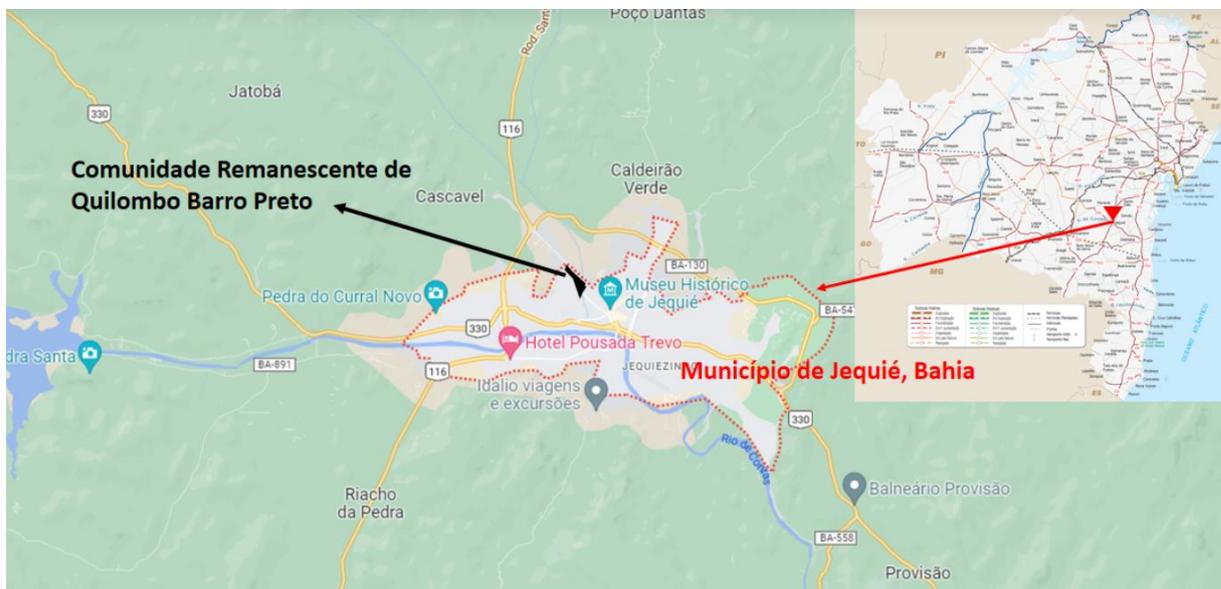
O município de Jequié nasce de um povoado, assim como a origem de muitas cidades brasileiras (AZEVEDO, 1957, p. 36). Porém, o território é uma invenção cultural e produto de processos criativos variados, a partir dos termos de Roy Wagner (2010). Essa criação é resultado da seleção de memórias, fatos históricos, valorização de marcos na paisagem e de protagonistas, ou seja, a formação de uma cidade é uma ação fundamentalmente política, como propõe Pierre Bourdieu (1983).

Entre 1860 e 1880, Jequié era uma fazenda com nome Borda da Mata, localizada em um pequeno povoado chamado de “Boca do Sertão”, “às margens do Rio das Contas, que servia de transporte para produtos de sustentos”, abastecida por “tropeiros que chegavam de diferentes cidades carregando em cima dos burros suas mercadorias para serem comercializadas nas feiras” (OLIVEIRA, 2019, p. 169).

Refletindo sobre os territórios quilombolas dentro de cidades e sobre o que é urbano, identifiquei que os estudos sobre “quilombos” se intensificam somente a partir da década de 1970, quando a temática ganha visibilidade através de trabalhos como o da historiadora sergipana Beatriz Nascimento (1982; 1985) (OLIVEIRA, 2019, p. 257).

Assim, buscando contribuir com os estudos sobre territórios quilombolas, o objetivo geral deste estudo visa analisar o processo de formação territorial do Quilombo do Barro Preto na cidade de Jequié, implicado na instalação da Estrada Férrea de Nazaré. Para tanto, foi necessário 1. Compreender juridicamente os procedimentos necessários para titulação e reconhecimento de comunidades de remanescentes de quilombos; 2. Identificar a formação do Quilombo Barro Preto a partir da História de Jequié; 3. Problematizar o barracamento do Barro Preto enquanto patrimônio ferroviário. Por essa razão, se destaca a importância de compreender no campo arqueológico “as comunidades locais, suas interpretações do passado e seus interesses políticos e sociais” (COPÉ e DEITOS ROSA, 2008, p. 4).

Figura 1. Mapa do município Jequié, Bahia.



Fonte: Google Maps. Gustavo Santos, 2021.

Sobre a presença Negra em Jequié, o historiador local Emerson Pinto de Araújo (1997:72) identifica que está associada ao período da escravidão colonial e que o primeiro grupo de pessoas escravizadas chegou à região comprado por José de Sá Bittencourt, para trabalhar na sede de sua fazenda Borda da Mata, latifúndio

onde cresceu, oficialmente, Jequié. Contudo, a formação do Quilombo Barro Preto está atrelada à fixação de grupos de trabalhadores Negros que migraram do Recôncavo Baiano para atuar na instalação da via férrea. Contudo, o interesse não está em responder onde, quando e quais os contextos de origem das famílias – aspectos importantes em uma etnografia histórica -, porém não estão presentes na memória dos interlocutores que dialogaram com esse estudo.

Pelos depoimentos de moradores antigos, foi coletada uma versão de que o nome do bairro deve-se ao fato de que a população original seria de cor/raça preta retinta. Em outra versão, o nome advém da coloração preta do barro (argila) encontrado na região e utilizado como meio de sustento por diversas famílias para a feitura e venda de artesanatos. Porém, a versão que possui maior repercussão entre os moradores é a de que próximo ao barracamento havia cinzas de carvão jogadas do outro lado do rio da estação do trem (FERNANDES, 2017, p.50). Para além das versões apresentadas, existe uma recorrência sobre a formação territorial e habitação associada à instalação da linha férrea e da memória do trabalho.

Desse modo, compreender arqueologicamente a relação entre o humano e o espaço é buscar reconhecer as mudanças que ocorreram ao longo de um determinado tempo e conformaram um modo físico a partir do assentamento, habitação e circulação, como também dimensões simbólicas, imaginativas e mentais através de uma específica paisagem (SILVA, 2014, p. 11).

Para tanto, a acepção de sítio, mesmo sendo entendido como principal conceito da disciplina arqueológica, ainda possui problemas de delimitação, identificação e definição [...] quando não ocorre a associação com estruturas arqueológicas (SILVA, 2014, p. 8). Por essa razão, entendo o sítio arqueológico como “todo e qualquer local que apresente vestígios de atividade humana, independente de sua diversidade, quantidade, estrutura, localização e estado de conservação” (ARAÚJO, 2001, p.96).

A trajetória metodológica que identificou os bens móveis e imóveis pertencentes ao Quilombo Barro Preto, e a identificação conceitual de bens ferroviários, foram elaboradas a partir do entendimento de que elementos relevantes do modo de fazer e da existência estão integrados em teias de significados com o espaço a que pertencem. O Decreto n.º 4.887/2003 indica que “quilombos são grupos étnico-raciais segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de

ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (Art. 2º do Decreto 4887, de 20/11/2003).

Desse modo, este texto é conjugação teórico-metodológica que valoriza as comunidades tradicionais, com os valores, saberes e patrimônios registrados na vivência de pessoas com o assentamento e o espaço urbano construído. Com isso, o estudo no Quilombo Barro Preto priorizou uma metodologia voltada para identificar os marcos e marcas de um passado arqueológico, portanto, ancorado na noção geográfica de *território usado* elaborado por Milton Santos (1994). Essa abordagem crítica permite atribuir ao território do Quilombo Barro Preto uma posição de escala geográfica, em referência simultânea ao material e social, formado por uma dialética que evidencia o espaço.

É preciso informar que foram publicados dois textos associados a este estudo, no decurso desses dois anos de pesquisa. O primeiro, publicado na Revista LEPARQ<sup>2</sup> em 2021, baseado na primeira versão do projeto de pesquisa, apresenta a metodologia etnográfica como caminho para mapear os bens materiais e imateriais do Barro Preto. O segundo texto, configurado como nota de pesquisa, foi publicado na Revista de Arqueologia da SAB<sup>3</sup> em 2022, já atentando para as dificuldades, problemas e soluções que a pesquisa arqueológica estava enfrentando devido ao contexto pandêmico de COVID-19.

O estudo aqui apresentado é o resultado de inúmeras alterações originárias do campo. Contudo, houve a manutenção do problema operacional voltado para a identificação da relação entre o fazer arqueológico e os Direitos Territoriais em Comunidades Quilombolas.

Para tanto, no Capítulo 2 discute-se os marcos teórico-metodológicos que fundamentam o estudo do Quilombo Barro Preto a partir da discussão arqueológica sobre formação de assentamentos no período histórico e a produção de um ordenamento jurídico que reconhece a demarcação territorial, enquanto direito das comunidades tradicionais rurais remanescentes de quilombos. Tal discussão fornece caminhos para pensar a atuação do fazer arqueológico na efetividade da Lei e do trabalho como elemento primordial.

---

<sup>2</sup> SILVA JUNIOR, Gustavo Santos. Marcas ativadas: arqueologia e etnografia no Quilombo Barro Preto. Cadernos do Lepaarq, v. XVIII, n.36, p. 65-82, Jul-Dez. 2021.

<sup>3</sup> SILVA JUNIOR, Gustavo Santos. Um itinerário de imunização. Revista de Arqueologia. Edição Especial: Arqueologia em Quarentena. Volume 35, N. 1, p. 223-227, Jan-Abr. 2022.

O capítulo 3 apresenta uma trajetória de longa duração do município de Jequié, para em seguida compreender a formação do Quilombo Urbano Barro Preto, a partir da instalação do trecho da Estrada Férrea de Nazaré. Para tanto, a argumentação central para a compreensão da formação, tanto da cidade quanto do bairro, nucleia-se na construção do espaço urbano a partir da abertura de estradas, circulação das tropas e boiadas, instalação da via férrea e, em seguida, da pavimentação para as vias rodoviárias.

O Capítulo 4 problematiza o barracamento presente no Quilombo Barro Preto enquanto um patrimônio ferroviário. O interesse pelo processo de patrimonialização foi evidenciado pela comunidade com a produção de um abaixo-assinado desenvolvido pelo Colégio Estadual Milton Santos e confirmado na pesquisa de campo pela aplicação de questionários à rede de informantes construída no decorrer de dois anos de pesquisa.

Por fim, as Considerações Finais refletem sobre a proposta inicial em unir os campos de Direito e da Arqueologia, de que forma o trabalho incide na formação do patrimônio ferroviário e, com isso, atua no processo de territorialização do Quilombo Urbano Barro Preto.

## **2. CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICO**

### **2.1 PESQUISA DE CAMPO E O FAZER ARQUEOLÓGICO**

O fazer arqueológico foi composto pela elaboração do projeto e seu planejamento, alteração/execução e divulgação de resultados (COPÉ e ROSA, 2008, p. 3). Um complexo de procedimentos que compõem e interligam cada um desses momentos no estudo particular do Quilombo Barro Preto, situado na cidade de Jequié, Bahia, permitiram criar um panorama arqueológico da comunidade remanescente em questão, a partir de narrativas da população, documentos em acervos, imagens e elementos audiovisuais consultados, ordenamento jurídico analisado e a própria prospecção arqueológica desenvolvida com base na estada de campo entre os anos de 2020 e 2022.

A realização de atividades de campo em pesquisas arqueológicas perpassa pela consulta de “grupos locais, como os órgãos responsáveis pela gestão do patrimônio da área afetada ou membros da sociedade histórica local” (DOMINGO; BURKE; SMITH, 2015, p. 34). O diálogo com interlocutores forneceu informações da relação construída historicamente entre a formação territorial do Quilombo Urbano Barro Preto e a construção do espaço provocada pelo processo de industrialização.

O Quilombo Urbano Barro Preto foi formado a partir do assentamento territorial de trabalhadores Negros motivados pela instalação da Estrada Férrea de Nazaré, em Jequié, nas primeiras décadas do século XX. O perímetro de formação inicial é marcado pela Avenida Nazaré, Rua da Linha, Rua das Vassouras, a Caixa d'Água e o Barracamento. Com isso, este texto aciona a Arqueologia Industrial para pensar o perímetro urbano de formação inicial do Quilombo como sítio arqueológico, e com isso refletir a produção de técnicas e produtos, imaginários, comportamentos e alterações no modo de existir, devido ao impacto do sistema capitalista fabril e industrial na cidade de Jequié, Bahia.

Para Pinard (1985), a Arqueologia Industrial visa o estudo de elementos concretos em envolvimento com grupos humanos, a partir de fatores e impactos que tais elementos produziram em dado ambiente ou população. Beatriz Thiesen (2005) indica que a Arqueologia Industrial nas antigas colônias europeias é definida como Arqueologia Histórica e trata do estudo da cultura material nos últimos 250 anos. A definição, no entanto, surgiu na Inglaterra em 1950 como uma subárea, a partir do estudo de antigas instalações industriais (MENESES, 1983), dando início a um campo

de estudo que visa à investigação das causas e consequências da Revolução Industrial no Mundo.

Mesmo que a economia seja o eixo principal para pensar o tempo e o espaço em relação às manufaturas de bens e os transportes industriais, é preciso entender que o cotidiano das comunidades foi alterado drasticamente devido à formulação de uma cultura voltada para o tempo de produção. Desse modo, o problema histórico que envolve a construção de uma classe operária no sentido prático é descobrir as circunstâncias em que tal unidade surgiu, se iniciou e deixou de funcionar. Então, pensar a formação do Barro Preto a partir da instalação da Estrada Férrea de Nazaré é visibilizar na narrativa científica aqueles que foram protagonistas do assentamento territorial - os trabalhadores Negros - e compreender para além do contexto econômico favorável à sua formação e organização, quais as dinâmicas os impulsionaram à permanência no território.

Nesse caminho, entendo os assentamentos territoriais como conjuntos de artefatos, construções, estruturas, restos orgânicos e ambientais de significativa atividade humana, podendo ser de caráter rápido, esporádico ou geracional. O padrão de distribuição de sítios é, segundo Araújo (2001, p.89), a “descrição das relações espaciais que os vestígios arqueológicos apresentam entre si e com a paisagem”. Com isso, a Arqueologia Industrial permite estudar a evolução tecnológica, recursos energéticos, como também o mundo social do trabalho, o surgimento de classes e todos os aspectos relacionados com a construção de paisagens industriais, a exemplos de prédios, fábricas, portos, estradas e ferrovias.

A compreensão de que “o padrão espacial dos vestígios arqueológicos reflete o padrão espacial das atividades passadas”, segundo Schiffer, reflete uma hipótese valiosa, mas que não responde “como um sistema cultural [Quilombo Barro Preto] produz vestígios arqueológicos? Por que existem registros arqueológicos? E quais variáveis interculturais e intraculturais determinam a estrutura dos vestígios arqueológicos?” (SCHIFFER, 1990).

Lewis Binford, a partir do processualismo, voltou sua atenção para definir o que é registro arqueológico. Logo, o registro arqueológico foi entendido como estático, no entanto, revelador da dinâmica das pessoas no passado, tendo como perguntas a serem respondidas os modos de vida, pelo que competiam ou colaboravam entre si. A problemática arqueológica, nessa abordagem, busca inferir o dinâmico a partir do estático (BINFORD, 1983). Pois, num lugar de composição teórico-metodológica, é

preciso reconhecer a imensa complexidade do desafio arqueológico na reconstituição de processos a partir da localização, relação e variáveis comportamentais que impactam esses elementos (SCHIFFER, 1990).

Portanto, no pensamento arqueológico de Schiffer, formulações ou testes científicos deverão ser precedidos de “afirmações de alta probabilidade sobre as estruturas das atividades”. Com isso, busco refletir sobre as motivações históricas e materiais que levaram à construção do bairro, de um tipo de habitação específica conhecida como barracamento, além de compreender o surgimento de vínculos históricos entre a instalação da via férrea em Jequié e a formação original do assentamento quilombola.

Figura 2. Fachada da Unidade de Saúde localizada no Barro Preto



Fonte: Foto: Gustavo Santos, 2021.

Shiffer também nos impulsiona a pensar sobre a “composição dos grupos e suas formas de recrutamento”, ou seja, o envolvimento das atividades na formação desse território nas primeiras décadas do século XX no Sudoeste baiano, além de investigar

como são “estruturados na organização total do sistema” e como tais organizações mudam no curso da história (SCHIFFER, 1990).

Sobre a necessidade de visualizar a totalidade da organização do sistema, indicada por Shiffer, acrescenta-se o princípio binforniano de abordar os aspectos reunidos em conjunto, porque a pesquisa metodológica só pode ser feita no contexto dos problemas que a longo prazo podem ser solucionados, com atenção especial para as diferenças nos fenômenos estilísticos ou étnicos, nunca de forma isolada (BINFORD, 1983).

Desse modo, a “expansão da prática arqueológica” por meio da incorporação de fontes auxiliares não resultará em “conclusões mais facilitadas”, como pontua Criado Boado. O protagonismo no estudo arqueológico do Quilombo Barro Preto é indicado pelas relações variáveis com a comunidade e o ambiente (CRIADO BOADO, 2012). Considerando forma, função e sentido como balizadores de uma arqueografia sobre a formação territorial, vou ao encontro de múltiplas arqueologias para melhor abordar o objeto de estudo (CRIADO BOADO, 2012), sem negligenciar a construção de significados na elaboração da variabilidade artefactual.

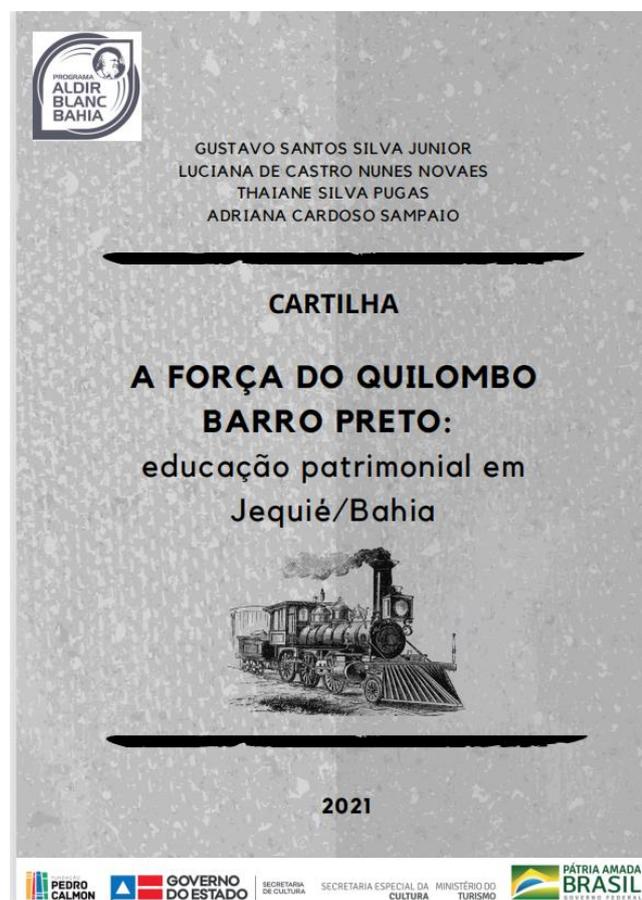
Para tanto, o arcabouço metodológico acessado informa que o trabalho da Arqueologia consiste especialmente em registrar “a maior variedade de informações complementares, essenciais para entender o contexto em que a investigação foi realizada”, tais como “o ambiente físico e geográfico de qualquer sítio descoberto e as limitações de sua investigação” (DOMINGO; BURKE e SMITH, 2015, p. 111).

Desse modo, busquei compreender “por que os sítios estão localizados em determinados locais e não em outros”, mais ainda uma descrição sobre “como é feito o trabalho de campo”, “as características do terreno, vegetação, solos e formações geológicas da área de estudo” e informações sobre os mananciais encontrados na área do sítio (DOMINGO; BURKE e SMITH, 2015, p. 112).

O deslocamento até o Quilombo, após o início das minhas atividades no Programa de Pós-graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da UFRB, só foi possível no final de 2020. Isso porque a instalação da pandemia alterou drasticamente o modo de fazer ciência, também para aqueles das Ciências Humanas e Sociais. Não foi possível fazer nenhuma investida antes disso, devido à interdição de se realizar atividade de campo em comunidades tradicionais e ter contato com seus moradores mais antigos sem estar vacinado.

Desse modo, após ser contaminado e ter realizado a quarentena necessária para a ressocialização, constatei via exame médico a produção de anticorpos e, com isso, pude adentrar na comunidade pela primeira vez, todo paramentado com os EPI's. Essa entrada somente ocorreu porque foi viabilizada por uma agente de saúde, Taís Barreto, e teve como polo central o Posto de Saúde do Barro Preto. Seguimos com a visitação de moradores antigos e idosos assistidos por ela. A partir de então, uma malha de pessoas a serem entrevistadas e lugares a visitar foram acrescidos.

Figura 3. Capa da Cartilha “A força do Quilombo Barro Preto”.



Fonte: Fundação Pedro Calmon, Bahia, 2021.

O guia de visitação a campo e de entrevistas foi confeccionado em diálogo com a participação no Seminário de Pesquisa, das disciplinas Tópicos Especiais em Arqueologia e Patrimônio Cultural: Cidades e Centros Urbanos, ministrada pelo Prof. Ricardo Brugger; e Metodologias em Pesquisa Socioculturais, ministrada pela Prof. Suzane Pinho, entre 2020 e 2021. As entrevistas tiveram o interesse principal de reunir conteúdo para a confecção de um guia de visitação ao bairro, atentando para uma

sequência de aspectos urbanísticos: arruamento, tipologia edilícia, técnicas de construção, locais monumentais, cívicos ou religiosos, entradas e saídas ao bairro, limites intra e extra urbanos e áreas verdes.

A pesquisa no campo foi iniciada entre os meses de fevereiro e março de 2021, com retorno em julho e agosto de 2022, a partir de uma metodologia que priorizou o contexto pandêmico. Destaco o desenvolvimento de entrevistas com pesquisadores do Quilombo Barro Preto com financiamento da Lei Aldir Blanc (anterior à concessão da bolsa CAPES) em um projeto nomeado “A força do Quilombo Barro Preto: Educação Patrimonial em Jequié, Bahia”, que muito contribuiu na sistematização dos dados científicos relevantes para minha pesquisa, a partir do objetivo principal que era a confecção de uma cartilha sobre o patrimônio associado ao Quilombo.

Para a confecção dessa cartilha, a proposta foi a realização de Rodas de Conversas abertas de caráter online, por um perfil criado no *Instagram*. Com isso, moradores tanto do Quilombo como de Jequié foram acessados, uma discussão mais aprofundada com pesquisadores do Quilombo Barro Preto aconteceu, inclusive o contato com a Prefeitura, na figura do Prefeito Zé Cocá, e do Secretário de Cultura, Domingos Ailton, permitiu que laços fossem estreitados.

Minha relação com a Educação é antiga. Meu trabalho de conclusão de curso em Direito compreende que a educação é um direito indivisível e inalienável, enquanto torna possível o crescimento integral do humano, a formação de seu caráter e a preparação para a vida. O texto “O ensino de Direito na Educação: um estudo de conteúdos jurídicos e da efetividade da lei na legislação educacional brasileira”, me permitiu compreender o estudo jurídico como fundamental no levantamento socioantropológico e histórico de qualquer tema, e também o reverso.

Para tanto, compreender juridicamente a legislação patrimonial quilombola e ferroviária como os procedimentos necessários para titulação e reconhecimento das terras e propriedades quilombolas é resultado operacional da análise dos dados que também são históricos. Como pensam Bauer e Graskell (2002), a pesquisa social deve estar a serviço de questões teóricas abstratas e o mundo atual é crescentemente influenciado pelos meios de comunicação, pois "o visual" e "a mídia" desempenham papéis importantes na vida social, política e econômica. Para tanto, foi preciso construir um aparato para acessar as pessoas e também a reprodução de informações sobre essas pessoas.

Mariza Peirano (1992: 8) aponta que o “lugar da pesquisa de campo no fazer da antropologia não se limita a uma técnica de coleta de dados”, pois técnica e teoria não devem ser desatreladas, assim como antropologia e a pesquisa etnográfica se formulam na teoria antropológica. Logo, a pesquisa de campo construída para compreender o Quilombo Urbano do Barro Preto tem como referência as implicações entre o assentamento territorial e a documentação, a partir do que é registrado e experienciado com as pessoas, os objetos e os lugares.

Permaneço no horizonte teórico em avaliar na formação territorial quilombola a “estrutura de atividade”, “elementos duráveis e perecíveis” e o “ciclo de vida” que compõem sua organização sistêmica e que resultaram na produção material presente em seu território (SCHIFFER, 1990). Sem perder de vista, a realização de uma “arqueologia do significado”, por buscar compreender “a sociedade por trás do processo, a cultura por trás do sistema e o indivíduo por trás das leis de conduta”.

Dessa forma, cito o estudo de Mariana Cabral com os Wajãpi e outra formulação de passado, permitindo a consideração de outras questões ao debruçar-me sobre o Quilombo Barro Preto, a partir do que ela define como “processo de ativação da memória”. Esse processo apresenta que não são as explicações, mas a maneira como as pessoas usam os dados materiais para construir as narrativas sobre o passado que precisa ser pleiteada em uma pesquisa arqueológica (CABRAL, 2013, p.117).

Como um diálogo que reelabora vínculos de aprendizado entre as gerações, contribuindo não apenas para a manutenção de um conhecimento, mas também para sua atualização. Nesse sentido, a pesquisa de arqueologia está ativando essa atualização do conhecimento tradicional e também suas formas de transmissão (CABRAL, 2013, p.121).

O roteiro de entrevista reconheceu o momento de declarada calamidade pública pela pandemia de Covid-19, exigindo que além de entrevistas face a face, também fossem utilizadas ferramentas para acessar os interlocutores como ligações telefônicas, conversas e gravações de áudio de aplicativo de mensagens, vídeo-chamadas e *lives*. Contudo, pós-pandemia, o questionário voltou a ser aplicado com a rede de interlocutores formados no devir desses dois anos, e de caráter semiaberto, já apoiado nos temas e questões apresentadas no primeiro momento. O material completo encontra-se disponibilizado nos anexos deste texto.

Os entrevistados foram selecionados a partir de indicações de nomes pela primeira interlocutora, que, em seguida, conduziram a outros interlocutores, e assim

foi mantido relacionamento ao longo desses dois anos. Os diálogos com os interlocutores buscaram acessar dados referente à formação do bairro, à relação com a grande Jequié, ao barracamento e à Rua da Linha.

Ao total, quatorze nomes contribuíram de distintas formas neste estudo, sendo estes enumerados 1. Taís, agente saúde da Unidade de Saúde da Família Odorico Motta; 2. Silvana, enfermeira da Unidade de Saúde da Família Odorico Motta; 3. Manoela, presidente Associação de Moradores do Barro Preto, Jequié, BA; 4. D. Rita, moradora da Rua da Linha, reconhecida como a última vassoureira viva; 5. Antônio, morador da casa de turma; 6. Domingos Ailton, autor e secretário de cultura do Município de Jequié, BA.; 7. Adriana Cardoso, autora da dissertação de mestrado (título nas referências); 8. Adila, quilombola e secretaria mais antiga do colégio quilombola doutor Milton Santos, vivenciou o reconhecimento do quilombo e a mudança da política educacional e nome do colégio; e por fim, 9. Manoel, artesão em madeira, 10. Michele Freitas, pesquisadora; 11. Vânia Lícia N. Santos, moradora do Barro Preto; 12. Alesandro Silva, antigo morador do barracamento; 13. Valdinei Moraes de Medeiros e 14. Clotilde de Jesus, moradores do Barro Preto.

Entrevistas e visitas de campo se entrelaçam para formar um panorama etnográfico, reconhecendo que “toda etnografia precisa ser tão rica que possa sustentar uma reanálise dos dados iniciais”, reconhecendo que “sempre haverá ocorrência de novos indícios, dados que falarão mais que o autor, e que permitirão uma abordagem diversa” (PEIRANO, 2001, p. 15).

Foram também consultados documentos primários - Gazetas, Jornais e Revistas - entre a segunda metade do século XIX e a segunda metade do século XX, disponíveis no formato digitalizado no site da Biblioteca Nacional Digital, a exemplo do “Diário da Bahia” de 1889, os “Annaes da Camara dos Senhores Deputados do Estado Federativo da Bahia: Sessões (BA)” de 1896, “A Notícia Nosso Programma - nossa rota, nosso espaço (BA)” de 1914, a “Bahia Tradicional e Moderna (BA)” de 1939, o “Boletim da Cooperativa Central dos Cacaucultores Bahianos (BA)” de 1942, além da Enciclopédia dos Municípios do Brasil dos anos 1950.

O objetivo da consulta dessa documentação centrou em contrastar, complementar ou mesmo aprofundar informações colhidas de levantamentos bibliográficos secundários e orais sobre a Bacia de Contas, o município de Jequié e a abertura de estradas por distintos contextos ao longo desses 100 anos no Sudoeste baiano.

O processamento dos dados gerados na pesquisa fora qualificado a partir do arcabouço teórico-metodológico da análise de discurso, pois seria inviável desconsiderar a imbricação entre intenção e significação, entre a constituição de um indivíduo em sujeito e a produção de sentido (SANTOS, 2013, p. 154). Logo, a base linguística de processos discursivos ou ainda de processos de significação está particularmente articulada com processos sócio-históricos, assim como “tudo o que se esconde por trás do uso aparentemente simples do pronome ‘eu’” (FOUCAULT, 2002, p. 330).

As teorias de análise de discurso em Althusser (1999) contribuiu para análise de conteúdo que versam sobre o funcionamento da ideologia na constituição dos discursos desconsideram a “metalíngua universal supostamente inscrita no inatismo do espírito humano, e de toda suposição de um sujeito intencional como origem enunciativa de seu discurso”, pois, “afetado pelo simbólico, pelo sistema significante” (SANTOS, 2013, p. 162). Também foram considerados os pensamentos de Bauer e Gaskell (2002) no que tange à análise do discurso, pois normatizam a postura crítica ao “reconhecimento de que a compreensão de mundo é histórica e culturalmente específica e relativa”, a convicção de que o conhecimento é socialmente construído.

A análise de registros fotográficos e fonográficos permitiu compreender as mudanças no bairro Barro Preto, nas paisagens e conteúdos materiais - “tudo isto, quando adequadamente atestado, testemunhado e controlado quanto ao tempo, lugar e circunstância, pode trazer poderosa evidência ou valor persuasivo” (BAUER; GRASKELL, 2002).

O ajuntamento de imagens antigas sobre a Estrada Férrea permitiu uma compreensão das alterações no espaço e da produção de uma paisagem férrea característica. Um documentário que merece destaque foi analisado por ter sido produzido pela própria comunidade do Barro Preto e entregue por uma moradora local, Silvana Anjos. Para tanto, o diálogo entre a presença em campo, as entrevistas, a análise do discurso, de imagens, vídeos e áudios produziu conhecimentos e reflexões importantes para o desenvolvimento deste texto.

## **2.2 DIREITO TERRITORIAL PARA COMUNIDADES REMANESCENTE DE QUILOMBOS**

O tópico da liberdade demorou para aflorar na Arqueologia da Escravidão. Leone (1995) revela o caráter histórico e social de esforços contínuos de homens e mulheres para forjar a liberdade a partir de seus próprios termos e na produção da cultura material. Scott Allen, nas pesquisas arqueológicas no Quilombo dos Palmares, a partir dos anos 2000, apresentou a resistência como um movimento diário, e mais, como produto das relações interétnicas. Outra problemática atrelada aos estudos da Diáspora Africana no Brasil é o exame de africanismos na cultura material associada a grupos escravizados, ou seja, o quanto de África poderia ser mensurada na materialidade.

Pensar africanismos para a construção de moradia, de assentamentos comunitários ou mesmo da cultura material utilizada na prática do trabalho torna-se um ato obsoleto, pois a estética entendida como oriunda de África passou por inúmeras transformações e adaptações às realidades que compõe o novo arsenal material disponível no Novo Mundo.

Logo, penso não ser possível reduzir a presença Negra à materialidade, mas a partir da materialidade expandir as noções de propriedade, criatividade e elaboração da presença Negra no sertão da Bahia. Quando o foco é o assentamento quilombola, o tópico da liberdade é central, mas quase inexistente ao se refletir sobre a formação de assentamentos Pós-Abolição.

A construção do território enquanto uma prática de liberdade exige um olhar mais específico para cada estudo de caso, para identificar os modos de vinculação exercidos na prática pelos sujeitos, e mais, para entender que sobre a construção do território no Pós-Abolição incide a noção de liberdade para além da definição assumida no sistema jurídico colonial, caminhando-se para compreender os modos de relacionamento estabelecidos pelos grupos libertos e livres diante das dimensões do trabalho, educação, participação política e propriedade privada, impostas pelo Estado Republicano.

A Arqueologia Histórica reflete e investiga o passado colonial e a continuação do sistema colonial no período republicano, registrando e problematizando as práticas de trabalho associado à população Negra, como os modos de organização urbano/rural no interior da Bahia. Com isso, desenvolver uma pesquisa a partir da

Arqueologia Histórica é desfocar a primazia da documentação escrita para os locais que importam para as comunidades, na prática.

A importância é formulada pelos marcos identificados na paisagem, como aqueles referentes à construção original, à circulação e presença humana temporal. Desse modo, a prática científica passa a valorizar a cultura a partir dos agentes históricos que vivenciam o cotidiano, e não a partir dos que o descrevem.

A Arqueologia no Quilombo Barro Preto, desde a prospecção até a extroversão, reconstrói alterações que ocorreram na paisagem, para assim inferir como interpretá-la, respeitando um “registro adequado à medida que a prospecção e o registro progredem, se quiser iniciar a tarefa de interpretação com alguma chance de sucesso” (RENFREW; BAHN, 2008, p. 108).

Portanto, o passado socialmente construído no presente é produto de complexidades materiais, empíricas, de pesquisas e interpretações. Esse emaranhado de materiais reflete significados, pois os textos arqueológicos são formações discursivas elaboradas pelo investigador em “construções que não são menos reais, sinceras ou autênticas por serem construídas”, pois são frutos de uma ciência social (HODDER, 1992 *apud* COPÉ e DEITOS ROSA, 2008, p. 33).

O emaranhado material objetivado no Quilombo Barro Preto está associado com a transição do século XIX para o XX, e a implantação do sistema ferroviário na Bahia. Esse contexto histórico está em diálogo com o enfrentamento social causado pela transformação do escravagismo em liberalismo, baseado na manutenção de códigos, regras de comportamento e estética de violência. Carlos Costa utiliza como “‘pano de fundo’ a situação do patrimônio arqueológico brasileiro” (COSTA, 2019, p. 102) para nos convidar problematizar os sentidos (significados) sendo atribuídos ao patrimônio arqueológico: qual a razão dessas atribuições e quem os produziu.

Esse convite é estendido por mim à comunidade quilombola do Barro Preto para realizar um estudo fundado em uma operação de caráter radical a fim de fazer que dialoguem princípios distintos de patrimônio, favorecendo que a escrita arqueológica e jurídica objetivada reflita o discurso político-filosófico afro-brasileiro, além de abordar o patrimônio a partir de sua distintividade étnica, como um “lugar de viagens múltiplas de seres nômades” (DOS ANJOS, 2008, p.83).

Para Luiz Roberto Cardoso de Oliveira é histórica a relação entre Antropologia e Direito. Lançando-se mão de etnografias e de casos jurídicos concretos, informa que o Direito busca “situar o caso particular no plano de regras ou padrões gerais, externos

ao caso”, a partir do princípio da imparcialidade, enquanto na Antropologia “o objetivo seria desvendar o sentido das práticas locais, à luz do ponto de vista nativo, para apreender em que medida a singularidade do caso em tela teria algo a nos dizer sobre o universal” (OLIVEIRA, 2010, p.454).

Desde então, houve um número crescente de estudos realizados em todo o país, quase sempre atendendo a uma demanda estatal, pois a necessidade de proceder à regularização fundiária de tais comunidades torna imprescindível a elaboração de relatórios antropológicos de regularização fundiária. Contudo, o exercício de trabalhos por encomenda não implica a ausência de exigências acadêmicas. Trata-se de um cenário que permite investigar o que existe de antropologia nos relatórios encomendados pelo INCRA, do mesmo modo que já se indagou o que existira de antropologia nas perícias antropológicas (OLIVEIRA, 1994). Apesar do número crescente de estudos, vários processos ficaram paralisados em decorrência da falta de antropólogos para a elaboração dos relatórios, bem como do tempo exigido para a feitura de tal instrumento (NASCIMENTO, BATISTA, NASCIMENTO, 2016, p.437).

A partir da primeira década do século XXI, abordagens e perspectivas que já circulavam na Europa e nos Estados Unidos ganham maior destaque, como a escrita de teses e publicações em Revistas Nacionais, a exemplo da própria Arqueologia Comunitária, com algumas alterações conceituais, mas que não rompem diretamente com a estrutura teórica pretendida.

Na década de 1990, jovens pesquisadoras introduziram a crítica à Arqueologia, a partir do raciocínio narrativo e da ausência de rigor analítico das classificações. A influência concentrava-se nas abordagens sistêmicas e adaptativas da arqueologia processual estadunidense, “de base materialista, focada na explanação dos processos culturais e na busca por regularidades e causalidades” (SYMANSKI, 2014, p. 20).

Esse estudo apoia-se na perspectiva de uma “Arqueologia vista de baixo” (Archaeology from below), pois rompe com as estruturas nacionalistas, imperialistas e colonialistas em que se fundou a ciência arqueológica, além de enfrentar as ambivalências das políticas de representação do patrimônio cultural (FERREIRA, 2008). Como em outras ciências, o retorno do positivismo, agora nomeado de neopositivismo, está comprometido com a construção de uma “lógica sem metafísica e com base na distinção entre observação e teoria”, rompendo também com a máxima de que uma “afirmação só é científica se puder ser demonstrada empiricamente ou pela lógica” (CRIADO BOADO, 2012).

O papel da Arqueologia até o final do século XX, como a ciência que estuda o passado remoto, impediu a correlação entre arqueologia, identidade étnica e direitos territoriais. Já no final do século XXI, motivada por dinâmicas políticas, econômicas e sociais, o cenário começou a mudar (EREMITES DE OLIVEIRA, 2017). Contudo, esse cenário passou por alterações a partir das questões territoriais indígenas, mantendo distante o foco da realidade territorial vivenciada por populações negras tradicionais, como as quilombolas e comunidades de terreiros.

Porém, questões que surgem no campo da Etnologia Indígena trazem reflexões consideráveis para pensar o campo da Arqueologia Histórica, Diáspora Africana e as relações étnico-raciais. Tal qual a compreensão que as identidades étnicas não são estáticas, mas sim dinâmicas e relacionais. Ainda em Eremites de Oliveira (2017), pensar as identidades como cristalizadas no passado gera graves problemas na esfera judicial, sendo de total importância aprofundar o diálogo da Arqueologia com outros campos do conhecimento, inclusive com o Direito.

Os antropólogos estão convencidos da superficialidade dos argumentos jurídicos e da incapacidade de compreensão deste campo para lidar com as questões culturais e dos grupos étnicos, e também creem serem (a si próprios) instrumentalizados irracionalmente nos procedimentos jurídicos enquanto peritos objetivos, quando são demandadas sentenças absolutas e determinantes sobre a existência dos grupos e a delimitação objetiva dos seus territórios. Os juristas estão convencidos da sua plena capacidade de determinar a regulamentação dos direitos étnicos no âmbito dos atores sociais locais e dos antropólogos. É um verdadeiro debate de mudos e surdos, em que a linguagem de sinais norteia a compreensão mais clara dos atores sociais que são, ao fim, cegos reciprocamente (RODRIGUES, REZENDE, NUNES, 2017, p. 111-112).

A Arqueologia está historicamente atrelada ao funcionamento do Estado. Contudo, ela é constituída enquanto campo científico competente para ir de contra a colonialidade e ao poder assimétrico, pois as narrativas sobre o tempo e o espaço partem dos agentes sociais que vivenciam a experiência de dentro. Contudo, ao realizar um levantamento sobre a produção jurídica no campo da escrita arqueológica, o vínculo é formulado a partir da arqueologia da repressão, sendo o principal Direito acionado, os Direitos Humanos e o tema da Democracia (CARVALHO et al., 2009).

Ao propor outra relação entre o Direito e a Arqueologia a partir do território, algumas premissas já identificadas como constitutivas da Arqueologia Histórica se mantêm, a exemplo da oposição frente a uma narrativa única e oficial, e da necessidade de realizar estudos de caso para compreender as especificidades da formação e ocupação da terra.

Quilombo é uma existência histórica de dimensões étnico-raciais desenvolvida desde o primeiro século da colonização com o interesse de reconstrução de um espaço de liberdade e existência, em revelia à violência sistemática da escravidão. Contudo, tal realidade não é um modelo único de apresentação social, tendo ao longo dos séculos sido elaborada a partir de necessidades regionais, locais e funcionais.

Fazer parte de um grupo que lá no tempo da escravidão fugiu de seus senhores, né, com muito sofrimento, com muita chibatada, e criou aquele grupo e o anos foi passando, acabou a escravidão e aí ficou os quilombolas pra se organizar como cidadão e cidadã dentro sociedade brasileira (Depoimento de Valdinei Moraes de Medeiros, 16/07/2022)

Quilombola pra mim, acho que é um, é uma nação, como se fosse um índio mas não é, uma raça que muitas pessoas tem preconceito no mundo, que hoje em dia a maioria, entre aspas, negros, negros africanos, muitos critica hoje em dia. (Depoimento de Antônio C. S. Nascimento, 16/07/2022)

A busca pela compreensão do significado de identidade quilombola evidenciou a existência de uma separação temporal na sua definição. O passado está atrelado ao sistema escravagista, e o presente como resultado da organização política da população negra em torno do Quilombo. Essa noção bitemporal é semelhante às produções historiográficas e jurídicas sobre o período que antecede a Abolição da Escravatura e o Pós-Abolição, em que a formação de quilombos não é o resultado do término da escravidão, mas o resultado de sua aplicação em território brasileiro.

Saliento que a escravidão é um instituto jurídico (CAMPELLO, 2018). No Brasil, até 1888, houve uma lógica, em que normas coordenadas estavam ligadas entre si com o interesse de regular a violência sistemática exercida sobre as pessoas traficadas do continente africano. A escravidão esteve presente em todas as camadas sociais, independente das posses dos proprietários, ordenando a vida cotidiana na dimensão pública e privada.

Quilombo também é um termo jurídico, apresentado pela Constituição Federal de 1988, que visa assegurar as terras rurais para comunidades negras. Já que os processos de construção histórica foram variados e acompanharam as particularidades locais. A Lei também garante tais direitos para terras que recebem, de forma êmica, outros nomes, a exemplo de Terras de Preto, Terras de Santo, Mocambo<sup>4</sup> e Terra de Pobre. É preciso salientar sobre a relação afro-indígena que

---

<sup>4</sup> A definição de quilombo aparece como sinônima de mocambo a partir de 1789 nos verbetes dos dicionários do período colonial. Ambos os termos referindo-se a “habitação feita nos matos pelos escravos pretos fugidos no Brasil” (Bluteau, 1789:88) ALMEIDA, 2011, p.71)

também está presente em quilombos, a exemplo do Mocambo estudado por Maurício Arruti, em que sua fundação e existência estão diretamente associadas a Aldeia Xokó, por ocuparem o mesmo território às margens do Rio São Francisco, em Sergipe.

Desse modo, a relação afro-indígena atua como uma espécie de perspectiva, ou seja, não está na ideia de oposição entre indígenas e negros, ou entre ambos e os brancos, mas volta-se para a compreensão de uma forma-identidade, ou seja, “não são apenas coisas a pensar, mas também coisas com as quais se pensa, meios de pensamento [...]” (GOLDMAN, 2017, p.25).

Lévi-Strauss (2012) considera que as culturas são formadas por “sistemas simbólicos de oposições”, dualismos que compõem a totalidade social. As comparações etnológicas não objetivam classificar ou hierarquizar culturas, mas sim compreender que mesmo reconhecendo a diversidade como valor fundante da Antropologia, é possível identificar similaridades na estrutura das práticas culturais cultivadas pelos diferentes grupos sociais. Esse é um pensamento que pode ser visualizado na definição de quilombo, que conjuga distintas realidades a partir de uma partilha comum do território.

Conforme pensa Claude Raffestin, as “tessituras, nodosidades e redes criam vizinhanças, acessos, convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamentos que os indivíduos e os grupos devem assumir”, portanto cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, em que os indivíduos e as sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais, está consubstanciada em “todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

O Art. 68º determina aos remanescentes das comunidades dos quilombos, que estejam ocupando suas terras, que seja reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (BRASIL, 1988). Tal titulação, a partir do Art. 17º do Decreto nº4.887 de 2003, garante inalienabilidade, imprescritibilidade e impenhorabilidade (BRASIL, 2003).

Esse Decreto, pelo Artigo 3.º, indica que compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação e titulação das terras ocupadas, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Sendo que o Artigo 15.º afirma que o INCRA garantirá a defesa dos

interesses dos remanescentes durante o processo de titulação diante as questões surgidas em decorrência desta.

Além do INCRA, a Lei nº7.668 insere a Fundação Cultural Palmares como parte legítima para promover o registro dos títulos de propriedade nos respectivos cartórios imobiliários, sendo assim, possui competência para “realizar a identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, proceder ao reconhecimento, à delimitação e à demarcação das terras por eles ocupadas e conferir-lhes a correspondente titulação” (BRASIL, L.1988).

Conscientizar sobre a regularização fundiária é uma obrigação do Estado Brasileiro através de políticas públicas, devendo utilizar dinâmicas de extroversão de grande alcance como os meios de comunicação em massa. Todavia, o estudo arqueológico a partir de demandas oriundas do Licenciamento Ambiental, como também de estudos de graduação e pós-graduação, alcança zonas negligenciadas por tal política.

A importância da prospecção de reconhecimento em estudos regionais consiste em um modelo não destrutivo que incide diretamente na análise de distribuição espacial das atividades humanas, das diferenças regionais, das mudanças populacionais no tempo e das relações entre homens e recursos naturais. Os sítios arqueológicos são cadastrados segundo a regulamentação da Lei n.º 3.924/1961 e os sítios de natureza imaterial conforme Decreto n.º 3.551/2000, fundamentados pela Portaria do SPHAN nº7 de 1988, que regulamenta pesquisas com interesse acadêmico.

Isso, portanto, me faz pensar sobre a elaboração de um conjunto patrimonial que atende a gerações diferentes, tanto aos que ainda lembram sobre a origem do bairro, os lugares e memória de fundação, como àqueles que atualizam o patrimônio a partir do uso lúdico e esportivo. É preciso também ressaltar que a noção de patrimônio no bairro quilombola não distingue o ambiente do cultural, rompendo a lógica hierárquica fomentada pelas Ciências Humanas e Sociais.

Esse é um ponto importante da interface apresentada entre Arqueologia e Direito Territorial, pois o estudo arqueológico é constituído do registro, identificação e divulgação de saberes, valores materiais e imateriais presentes no cerne de comunidades que vivem em torno de sítios arqueológicos. Os arqueólogos e arqueólogas que acessam as zonas rurais, habitações e espaços de circulação que permanecem alijados de tais políticas de comunicação dos direitos territoriais,

contribuem com o registro de tais grupos que “presumidamente preencham as características do perfil do público alvo desejado”.

É inimaginável concebermos que uma comunidade negra rural poderia declarar-se como quilombola espontaneamente sem ter conhecimento da legislação que lhe garante direitos. Ressalta-se ainda que o fato de a política de regularização fundiária quilombola ser uma iniciativa recente, cujo decreto de regulamentação data do ano de 2003, é necessário realizar um trabalho de conscientização desse segmento de seus direitos (INCRA, 2017, p.4).

O Decreto 4.887/2003 regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Dessa forma, o art. 68 do ADCT sinaliza que a garantia do Direito territorial para essas populações significa elemento essencial para sua continuidade no tempo, para existência, vida digna no presente e para futuras gerações. Portanto, representa princípio fundamental subjetivo da ordem constitucional a necessidade de o Estado brasileiro criar e desenvolver mecanismos de proteção e preservação da identidade étnica e cultural de tais populações.

A existência quilombola ultrapassa a noção de identidade individual e assume uma condição coletiva vinculada ao território. O vínculo particular desenvolvido entre os indivíduos e o território produz a territorialidade própria a cada grupo tradicional. Desse modo, os laços de solidariedade desenvolvidos ao longo da relação entre os grupos tradicionais e o território são evidenciados através da manutenção e atualização de práticas sociais pelas gerações, tendo em vista que tais práticas são o resultado da manipulação do ambiente em propósito de suas necessidades políticas e econômicas.

Ser quilombola entre outras coisas é ter o privilégio de conviver com outros quilombolas, tem a questão do laço afetivo, de compartilhar da mesma cultura, mesmo gosto culinário, a questão das histórias dos mais velhos que amo ouvir, o compartilhamento do uso das ervas medicinais... (Depoimento de Silvana A. dos Anjos, 16/07/2022)

Me tornei quilombola conhecendo e vivenciando as práticas ancestrais da comunidade, em suas variadas formas de expressão cultural. Conhecer e conviver com mulheres rezadeiras, como D. Maria Xangô, mulheres parteiras, mulheres bordadeiras, como D. Adélia, e com mulheres do Candomblé e da Umbanda, como Mãe Nininha Preta, D. Betinha e D. Edite, além de outras tradições como rezas coletivas, sambas de roda e das amizades construídas que levarei por toda vida, toda essa vivência me tornou quilombola, como uma de minhas identificações. Mesmo não tendo nascido numa comunidade

quilombola, me identifico com este grupo porque sou negra e busco no dia a dia sensibilizar as pessoas quanto à importância de nossas comunidades tradicionais, da força e da luta de nosso povo negro, bem como da valorização e respeito que precisamos ter por essas comunidades (Depoimento de Adriana C. Sampaio, 16/07/2022).

Através do conteúdo da fala da quilombola Silvana é possível compreender a ocupação tradicional da terra através de vínculos que extrapolam o seu uso e alcança práticas de convivência e circulação, a exemplo do pertencimento coletivo ao mesmo lugar e que possui uma historicidade própria.

No Art. 2º, os remanescentes das comunidades dos quilombos seguirão critérios de autoatribuição; possuem trajetória histórica própria, com relações territoriais específicas, presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. É importante problematizar a definição de presunção sobre ancestralidade negra e a relação com o instrumental de resistência elaborado frente à violência sistemática escravagista.

Presumir significa concluir, baseado em indícios, dicas ou aparências, ou seja, construir uma ideia antecipada que seja alvo de especulação. Logo, esse é um referencial que está intrinsecamente associado à práxis arqueológica, enquanto indícios materiais que evocam uma necessária pesquisa para comprovação de ação antrópica específica.

Ainda sobre a contribuição da Arqueologia ao Direito Territorial, é importante ressaltar o instrumental científico disponível pela ciência arqueológica no estudo do território, em suas mais complexas abordagens: histórica, antropológica, ecológica e geomorfológica. Quando se trata de quilombos formados no período escravocrata ou no Pós-Abolição, o estudo do conjunto material histórico indica tempo/espaço dos caminhos traçados pelas múltiplas comunidades negras no Brasil.

Compreender a formação de uma comunidade negra quilombola no Pós-Abolição precisa considerar as interações e relações interétnicas impostas ou assumidas no decurso do período colonial, como também as dificuldades impostas nos anos iniciais de inserção dos grupos recém-libertos na sociedade mais ampla. Contudo, a discussão jurídica sobre a propriedade tradicional não pode ser separada das consequências impostas pela racialidade, que invalidou um ideal de pureza racial, para fortalecer a ideia de solidariedade territorial.

Olha só, eu tomei conhecimento, assim, que eu sou quilombola, porque moro num bairro quilombola, mas creio eu que tenho uma mistura como todos nós brasileiros, né? Eu sou bisneta de índia, minha mãe é neta de índia, então existe uma mistura porque a família de meu pai é uma família branca, então, assim, quilombola dentro do local que eu já resido há muitos anos (Depoimento de Valdinei Moraes de Medeiros, 16/07/2022).

Ser quilombola e se sentir e pertencer a uma determinada comunidade, e se identificar com os valores, costumes, e também ter ligação com o território, viver próximo a outras pessoas que compartilham o mesmo laço de identidade (Depoimento de Vânia Lícia N.Santos, 16/07/2022).

No avanço da pesquisa de campo foi diagnosticada uma implicação entre a formação do Barro Preto e a instalação da Rede Férrea de Nazaré. Com isso, uma especificidade da formação do espaço urbano é evidenciada. O Direito Territorial em interface com a Arqueologia Industrial proporciona pensar nas múltiplas facetas patrimoniais que a produção da territorialidade constrói.

Cada quilombo é formado a partir de uma territorialidade específica, e por isso, não é possível generalizar ou construir um padrão linear para a formação de quilombos no Pós-Abolição. Entretanto, a força da instalação da Linha Férrea para a delimitação e origem do Quilombo Barro Preto, aparece de forma residual nos discursos orais, mas de forma exemplar enquanto patrimônio ferroviário.

A variabilidade das definições da Arqueologia realizada no Novo Mundo e que atenta para os vestígios materiais de africanos e africanas pode ser contextualizada em um mesmo processo histórico científico de desenvolvimento, mas diferenciada a partir das particularidades locais e da intenção teórica dos pesquisadores que a distinguem. Arqueologia da Escravidão, Arqueologia Afro-Americana, Arqueologia da Plantation, Arqueologia da Diáspora, Arqueologia da Etnicidade, Arqueologia dos Quilombos, Arqueologia da Identidade e Arqueologia e Raça traduzem a posição política adotada pela autoria sobre como se verifica a presença de africanos e africanas na América.

Dito isso, a Arqueologia atua como uma ciência que deve estar engajada em propósitos político-sociais direcionados à demarcação territorial, pois seu instrumental científico é competente para tal. Contudo, é preciso direcionar que a formação de remanescentes quilombolas não está presa ao período colonial em que a escravidão era vigente, mas também é resultado de um Pós-Abolição em que grupos de pessoas negras se deslocaram no espaço para prover mão de obra, enquanto trabalho assalariado, e que utilizaram o território para habitação e sobrevivência.

Uma reflexão extremamente necessária a este estudo decorre da obra de Hobsbawm sobre o mundo do trabalho, a partir da História Social. Ao se debruçar sobre a história do operariado, o autor indica que o critério-chave para pensar a prática do trabalho no mundo industrial não é a distinção entre força e não violência na prática das atividades, mas sim a aplicação de diferentes tipos de força ou de violência, além da determinação dos padrões ou das autoridades em resistir às inquietações operárias (HOBBSAWM, 2015, p. 26-27).

A interface entre Arqueologia e Direito Territorial construída para o estudo do Quilombo Urbano Barro Preto não busca comparar o contexto da escravidão com o contexto do Pós-Abolição porque seria preciso o desenvolvimento do método comparativo e uma maior contextualização do período colonial e republicano. A questão que fica evidente, contudo, é que, no contexto do Pós-Abolição, práticas e normativas do cotidiano escravocrata, estabelecida pela relação senhor-escravizado vislumbrada na bibliografia levantada, foram transplantadas para o mundo do trabalho operário resgatado nas memórias de fundação do Quilombo Barro Preto.

O § 2.º indica que “São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural”. Tal direito incide diretamente no Quilombo Barro Preto, pois sua formação está diretamente associada à construção da Estrada Férrea de Nazaré e ao povoamento da área próxima à passagem da locomotiva. Logo, a fixação dos trabalhadores nesse território, associada à construção da Estrada Férrea, indica a criação de características materiais e imateriais comuns, além das relações de parentesco, tanto de consanguinidade como de outras, a exemplo de vizinhança e compadrio, partilha de dinâmicas e atividades religiosas, sociais e econômicas.

É preciso ressaltar que na aplicação dos questionários, o entrevistado mais antigo e o morador do Barracamento sintetizaram dois caminhos para pensar a identidade quilombola no Barro Preto. O primeiro caminho trata sobre as problemáticas de definição de pertencimento, e o segundo associa a identidade racial com a identificação territorial. Logo, ambos estão diretamente ligados à questão da terra, em viver e pertencer a uma realidade compartilhada.

Eu não sei, não entendo isso aí. Mas acho que sim, pode ser (Depoimento de Milton A. Santos, 16/07/2022).

Eu mesmo sou da raça negra, sou quilombola. (Depoimento de Antônio C. S. Nascimento, 16/07/2022).

Os objetivos do ordenamento jurídico brasileiro no trato do direito territorial devem confluir com conceitos do direito ambiental e do direito urbano, pois “assegurar a qualidade de vida significa garantir a prestação do mínimo vital (moradia, alimento, educação, segurança, saúde) a cada cidadão”, conforme os princípios de desenvolvimento urbano social, ambiental e econômico (BRASIL, 2014, p. 87).

O padrão de assentamento é constituído de relações geográficas e fisiográficas de um conjunto de sítios, pertencentes a uma cultura determinada, enquanto as relações funcionais entre os sítios levaria o nome de sistema. Fosberg (1985) indica que sistemas de assentamento são formados pela descrição dos ciclos anuais, distribuição, formas, funções e hierarquias dos sítios de determinado grupo e período de tempo específicos, podendo haver assentamentos residenciais, atividades específicas e temporárias.

O uso coletivo do território é algo fundamental para pensar a ação das comunidades quilombolas na terra, sendo cinco suas características principais: 1. As famílias ditam as regras específicas para seu uso; 2. São as famílias que detêm a autonomia do processo produtivo; 3. É o trabalho pelas famílias que garante o direito à terra; 4. Há existência de regras locais no uso da terra; e por fim, 5. O conjunto de famílias exerce direito público sobre as outras porções territoriais que não são privadas.

Dessa forma, o § 3.º indica que “Para a medição e demarcação das terras, serão considerados critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental”. Ou seja, não é obrigatória a apresentação de relatório técnico no momento da instrução, porém no decurso do processo tal documento será fundamental para o andamento/encerramento. Esse parágrafo trata da vinculação do grupo ao território, a partir de determinada especificidade, proporcionando definir a comunidade quilombola como única, mesmo que se refira a uma realidade nacional.

A segurança jurídica pleiteada historicamente pelo movimento negro dos Quilombos e remanescentes de Quilombos urbanos e rurais tem como marco o Art. 68, dos Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que garante “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras”

o reconhecimento à “propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Os Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) são compreendidos como um conjunto normativo de adequação entre uma ordem constitucional anterior e a nova ordem constitucional que está prestes a se iniciar. Com a promulgação da Constituição de 1988, ganha força o princípio da dignidade da pessoa humana e a busca por sua efetividade como base fundamental e objetivo do Estado Democrático de Direito.

Na prática, quase trinta e quatro anos após a promulgação da Constituição Federal e expoentes viradas teóricas nos estudos e na compreensão do que se entende por Quilombos, Territórios Quilombolas e remanescentes de Quilombos, a emissão de títulos de propriedade em favor de quilombolas depende de um moroso e burocrático processo e se revela resultado cada vez mais incomum.

A confecção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) é composto por uma equipe multidisciplinar formada por antropólogo, agrônomo, cartógrafo, técnico de cadastro e servidores com outras habilitações. Logo, esses outros servidores poderão vir no futuro a ser arqueólogos e arqueólogas que dominam as relações entre Arqueologia e Direito Territorial, visto que sua formação incide diretamente em conteúdos geográficos, ecológicos, antropológicos e históricos.

Compõe o Relatório Técnico: relatório antropológico (o processo histórico da comunidade, sua organização social e os usos produtivos e culturais que a mesma faz de seu ambiente); planta e memorial descritivo do perímetro do território, mapeamento e indicação das áreas e ocupações no entorno da área; cadastro das famílias quilombolas; levantamento fundiário com levantamento de documentos e de dados dos imóveis, relatório agroambiental, pareceres conclusivos das áreas técnica e jurídica.

Após concluso o RTID, é publicado um resumo no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado com o interesse de notificar todos envolvidos e de firmar abertura de prazo de 90 dias para apresentação de contestação. Além de se fixar na sede da prefeitura municipal onde o território quilombola está situado, deve ser encaminhada cópia do documento para os seguintes órgãos públicos: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e seu correspondente na Administração Estadual; Secretaria do Patrimônio da União (SPU), Fundação

Nacional do Índio (FUNAI), Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional (CDN), Fundação Cultural Palmares (FCP); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e seu correspondente na Administração Estadual; e Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

Ao fim das análises das contestações pelo Comitê de Decisão Regional (CDR) [Superintendente Regional, Chefes de Divisão e Chefe da Procuradoria Regional], caso haja sobreposição de interesses, o INCRA e os demais órgãos envolvidos deverão buscar a conciliação a partir do Decreto 4887/2003, art. 11°. Caso não aconteça, a Câmara de Conciliação e Arbitragem Federal da AGU (CCAF) será acionada.

Uma vez titulada a comunidade, o Comitê Gestor (Incra) deverá elaborar, no prazo de 90 dias, um “plano de etnodesenvolvimento” destinado à comunidade titulada, e, além disso, viabilizar o acesso prioritário a linhas especiais de financiamentos, de assistência técnica e de tratamento preferencial às comunidades tituladas (RODRIGUES, REZENDE, NUNES, 2017, p.105).

A primeira proposta legislativa de ação afirmativa para a população negra é de 1983, apresentada por Abdias do Nascimento, deputado federal pelo Rio de Janeiro. A proposta não foi apreciada, mas serviu para abrir caminhos para futuras discussões e lutas a favor da implantação de ações afirmativas e para a criação da Lei nº 10.639/2003, vinte anos depois (MEDEIROS, 2007).

No Brasil, o debate acerca de políticas de ações afirmativas pós-2001 resulta da participação do país na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, em que o Brasil se posicionou a favor de políticas públicas que favoreçam os grupos historicamente discriminados.

No ano de 2007, o Decreto Presidencial n.º 6.040 instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), entendendo como Povos e Comunidades Tradicionais os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social e ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica.

Seu objetivo geral é o desenvolvimento sustentável, o reconhecimento, o fortalecimento e a garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais de tais Povos e Comunidades. Estabeleceu ainda como instrumentos de

implementação os Planos e a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), além dos fóruns regionais e locais e do Plano Plurianual.

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou, em 8 de fevereiro de 2018, que o decreto presidencial que define os ritos para demarcações de terras quilombolas é constitucional, rejeitando uma ação do antigo PFL (atual Partido Democratas) que pedia a revisão das regras e podia paralisar cerca de 1,5 mil processos de demarcação de terra. Apenas 168 territórios quilombolas são titulados, em um contexto de 1.675 processos em curso no INCRA. Isso equivale a 10% dos Relatórios protocolados, indicando que existem diversas dinâmicas que dificultam o reconhecimento.

O STF também rejeitou a proposição de “marco temporal” do ministro Dias Toffoli para todas as demarcações de áreas quilombolas e indígenas, segundo o qual o direito de reivindicação do território só seria garantido para ocupações até a promulgação da Constituição de 1988. Essa tese jurídica que pretende restringir o direito indígena e quilombola de acesso ao território é uma evidência do racismo brasileiro a ser orquestrado mais uma vez a partir do ordenamento legal.

Tal proposição de marco temporal é uma formulação anti-histórica, já que muitas das populações tradicionais foram expulsas de seus territórios originais antes de 1988 por inúmeros instrumentos, violência sistemática, apropriação indevida e outras estratégias colonialistas, atualizadas como racismo estrutural. Contudo, não cabe ao Poder Judiciário a determinação de que existe ou não comunidade tradicional, logo, a anulação da demarcação de terras indígenas e quilombolas não é de sua competência, tratando-se de pretensão anti-constitucional, pois vai de encontro ao Artigo 68 da CF88, à Convenção 169 da OIT, ao Decreto nº 4.887/2003 e ao Decreto nº 6.040/2007.

É preciso registrar que outra tese associada ao Marco Temporal é a do “esbulho renitente”, em que comunidades tradicionais, expulsas de seus territórios antes de 1988, precisam comprovar a violência territorial sofrida, exigindo prova à comunidade da expropriação sentida. Além destas, ainda há a MP 759, que altera a política de Reforma Agrária e regularização fundiária urbana, e a Emenda constitucional PEC 215, que interfere na política de reconhecimento dos territórios tradicionais e unidades de conservação.

Quando se formula a relação entre Arqueologia e Direito Territorial para pensar o estudo em comunidades remanescentes de Quilombos, tudo se torna inédito e com isso se carece de discussões em todas as direções. Porém, esta proposta busca introduzir tal interface, a partir da elucidação dos primeiros passos para a demarcação do território e de como a Arqueologia pode contribuir com tal processo.

### **3. O QUILOMBO BARRO PRETO**

#### **3.1 REVISITANDO ALGUMAS ARQUEOLOGIAS EM QUILOMBOS**

A escravidão, enquanto um projeto econômico implementado pelos portugueses, possui origem experimental nas plantações de cana do outro lado do Atlântico. Porém, os quilombos seguiram comuns, mesmo após 1888, como assentamentos tradicionais que precisam ser preservados e protegidos a partir de Direitos Territoriais.

A libertação do ex-escravizados em 1888 e o fim da Monarquia em 1889 levaram à renovação dos quilombos como assentamento de base e como conceito social. O fim da escravidão não destruiu os assentamentos quilombolas, pelo contrário, fortaleceu esses espaços territoriais como núcleos de liberdade, que se expandiram e cresceram com a chegada de mais pessoas. Ao longo dos anos, quilombo deixou de ser meramente uma definição topográfica em consonância com outras descrições de assentamentos populares e não oficiais.

Desde os estudos arqueológicos originais sobre quilombos por Carlos Magno Guimarães em área mineira nas Minas Gerais na década de 1970, passando pelos estudos no Quilombo dos Palmares e suas fases de escavação na década de 1990 e início dos 2000, interessantes perspectivas de estudo afloraram em todo o Brasil.

João Henrique Rosa (2008) estudou as resistências dos trabalhadores escravizados na região mineradora do rio Guaporé, na Capitania de Mato Grosso, entre a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade em 1752 e anos iniciais do século XIX. A invenção de uma economia mineradora paralela ao sistema colonial estabeleceu assentamentos quilombolas sobre terrenos auríferos, permitindo ampliar o “alargamento das fronteiras e domínios da paisagem colonial”.

Dessa forma, ao perceber a diversidade de assentamentos quilombolas no Brasil, volto-me para o Quilombo Barro Preto, focado nas circunstâncias econômicas para formação do assentamento, sendo aqui um povoamento motivado pela moradia-trabalho na instalação da via férrea no município de Jequié.

No contexto do Nordeste, Regina Santana (2008) discute a partir do quilombo da Mussuca, na cidade histórica de Laranjeiras, em Sergipe, aspectos paisagísticos e de habitação na formação desse território. Trazendo a noção de memória e esquecimento, indica que a negação dos moradores da Mussuca a um passado escravista está relacionada ao bloqueio de memórias diante do sofrimento. Foi possível identificar no Barro Preto relativo esquecimento sobre o período de

escravidão que antecede a vinda do grupo fundador, sendo somente lembrado a intenção de seu assentamento, como homens livres em busca de trabalho.

Patrícia Marinho de Carvalho (2012, 2018) desenvolveu na Comunidade Remanescente do Boqueirão em Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, estudos sobre o trânsito de árvores sagradas com o continente africano e em seguida elaborou uma arqueologia do abandono, para pensar a visibilidade arqueológica e social deste coletivo.

Essa é uma mudança significativa, pois os quilombolas são acionados para construção da narrativa. Diferente do estudo de Patrícia Carvalho, este não foi de caráter colaborativo, pois a participação dos moradores não foi ativa do início ao fim, porém volta-se para uma arqueologia social, na medida em que busca atender ao desejo, ao interesse e às questões apontadas pela comunidade em pesquisas anteriores, como reforçadas por esta.

Nos últimos anos, Gaby Hartemann e Irislane Pereira de Moreira (2015), integrantes da Associação Cultural Ilê Yabá Omi, localizada em Belém do Pará, têm desenvolvido pesquisas a partir da Diáspora Africana no Brasil e na Guiana Francesa, trazendo uma nova perspectiva epistêmica na abordagem de comunidades tradicionais.

Desse modo, a Arqueologia de Quilombos está associada a um panorama maior de democratização da disciplina, assim como também o processo de redemocratização do país. Pensar a partir de dentro, como ensina Hartemann e Moreira, é não buscar marcadores arqueológicos exógenos à definição do que é bem, valor e passado, mas ir em busca das marcas ativadas pela comunidade em sua própria trajetória histórica.

Lima (2020), ao estudar as marcas da antiga população quilombola que ocupou as margens do córrego Saracura entre os séculos XVIII e XIX, a partir de uma análise histórico-cartográfica da paisagem do bairro do (Bixiga), identificou um “quadrilátero negro” desde 1881. Portanto, problematiza que a arqueologia da cidade busca ler marcas do passado, onde a irregularidade das ruas pode revelar suas origens e evolução. Logo, Lima é fundamental para pensar o perímetro de assentamento inicial do Quilombo como um sítio arqueológico, visto que a formação das ruas do Barro Preto parte da Rua da Linha, inicial na formação.

Nessa investigação, Alessandro Lima cita que a presença de quilombolas nos arredores de São Paulo era um assunto presente nas atas da Câmara Municipal, pois

o trabalho livre não significou nenhuma emancipação para essa população. Para tanto, a Arqueologia tem uma longa tradição de identificar identidades étnicas por meio da evidência material, relacionando de forma direta cultura material, raça e língua (FUNARI, 2002, p. 15).

Porém, com a crítica fomentada pela Arqueologia da Diáspora Africana e pelos novos estudos de Arqueologia Indígena, não é possível reduzir uma identidade étnica a uma certa materialidade, visto que a identidade é fluida, contrastiva e depende diretamente do circuito social que a significa. O que acontece é que a cultura material pode ser um indicador direto de um determinado grupo étnico, mas não pode ser entendida de forma desconexa com outros artefatos, materialidades e processo histórico que produz ação política.

Para o desenvolvimento de uma rigorosa abordagem analítica para a arqueologia da autolibertação, Orser Jr. apresenta dois casos de estudo específicos. O setecentista Quilombo dos Palmares, hoje situado em Alagoas, Brasil, e o segundo, focado no século XIX, numa comunidade de agricultores de Ballykilcline, no Condado de Roscommon, Irlanda. A estratégia utilizada é a abordagem multiescalar, pois possibilita o movimento entre o particular - sítio arqueológico - e todos os mundos que existiam para além dele (ORSER JR., 2014, p. 298).

As “redes verticais” são compostas por articulações que se estendem ao passado e ao futuro. Entendo que as ligações de rede de um sítio não terminam em suas fronteiras físicas – noutros termos, as imbricações de redes horizontais podem ser regionais, transnacionais ou, mesmo, transcontinentais (ORSER JR., 2014, p.300).

Desse modo, os dois casos possuem cinco pontos de convergência; 1. Ambos os grupos atuaram decisivamente pela autolibertação; 2. Desafiaram o poder e a autoridade de grandes impérios (português/holandês e britânico); 3. Distintos cultural e linguisticamente daqueles que os oprimiam; 4. A distância cultural entre eles e seus opressores redefiniu suas alteridades; e por fim; 5. Estabeleceram redes horizontais (através das tradições e costumes) que lhes permitiram viver num mundo hostil.

A problemática multiescala para a análise do Quilombo Barro Preto é entender que o imaginário da sociedade mais ampla para as comunidades tradicionais quilombolas direciona pensar a formação exclusiva ao período colonial, motivada pela fuga de escravizados para territórios rurais e de difícil acesso. Contudo, o arcabouço analítico específico para o Barro Preto precisou atender para o Período Republicano

do Pós-Abolição até o presente histórico, como alargou a perspectiva sobre a formação de quilombos em espaços urbanos, tanto no período colonial como após 1888.

A existência de quilombos no período republicano brasileiro está implicada diretamente com a continuação e atualização da escravidão, não mais como uma condição jurídica, mas a partir do racismo das violências sistemáticas perpetradas pelo Estado e por todo tipo de modos de obstacularização antinegro desenvolvidos no país. A Antropologia moderna ainda inclui os quilombos como “lugares fora dos marcos legais predominantes, também definidos como quilombos urbanos instalados em capitais, a exemplo de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul” (FERREIRA *et al.*, 2016. p. 70).

Em 2004, o Museu Joaquim Felizardo, órgão da Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, realizou pesquisa arqueológica na Vila Luiz Guaranha, bairro da Cidade Baixa, visando contribuir com o processo de construção de novas habitações e de infraestrutura pelo Departamento Municipal de Habitação da PMPA (DEMHAB). Com a reunião de pesquisa histórica e escavação arqueológica foram identificadas construções de casas de alvenaria antigas e casas de madeira nas ruas originais do quilombo (TOCCHETTO, SANTOS, 2006).

Para indicação temporal de ocupação foi elaborado gráfico a partir de materiais de louça e vidros recuperados, indicando cinco camadas, sendo que a última indicou os anos de 1883 e 1907. Realizar arqueologia em áreas urbanas faz referência às dimensões dos lotes, assim “quanto menor o lote, maior a concentração de usos diferenciados no espaço, durante os diferentes períodos de ocupação, tornando mais problemática e complexa a interpretação dos contextos arqueológicos” (TOCCHETTO, SANTOS, 2006, p.3).

Logo, compreender a materialidade ferroviária presente no perímetro do Quilombo Barro Preto incita problematizar os conflitos e as lutas sociais atreladas à formação do espaço urbano no início do século XX, a partir da instalação da via férrea, da manutenção da ferrovia ao longo das décadas e da negligência diante aos vestígios deste período no tempo presente.

O Quilombo Maloca, localizado no Largo Pedro Alves Braz (área que circunscribe o antigo Morro do Cruzeiro), na área urbana – bairro Getúlio Vargas – da cidade de Aracaju, Sergipe, foi certificado como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares em 2007. É constituído por cerca de 60 famílias e está organizado

em torno da ONG Criliber – Criança e Liberdade, desde 1982. É uma comunidade formada por descendentes de ex-escravizados e escravizados alforriados dos grandes canaviais, em busca de melhores condições de vida (TAVARES, NASCIMENTO, 2015). A escolha pelo Morro do Cruzeiro permanece mantendo o padrão colonial, devido à relativa dificuldade de acesso e de ele estar despovoado e ser muito alto (ESPÍRITO SANTO, 2009).

Frank Marcon (2008), ao discutir sobre espaços de identidade e diferença na cidade, chama atenção para a singularidade toponímica da “Maloca” integrada ao bairro Getúlio Vargas, outrora já identificado como “Morro dos Negros”, como uma referência étnico-social específica da presença da população negra na cidade. Assim, a produção da diferença urbana é realizada em um fluxo interno a partir da construção da comunidade atrelada à sua ancestralidade, ligada à instalação da via férrea no início do século XX, mas também de uma dinâmica externa de reconhecimento daquele espaço como um lugar de morada de gente negra.

Para Funari, o passado é interpretado como um conjunto de textos complexos que formam um discurso (FUNARI, 2002, p.12). Com isso, o estudo pela arqueologia pode atuar na análise das histórias subalternas e no caso na descentralização de narrativas históricas sobre o passado. Sobre isso, ao realizar levantamento documental, nas mídias sociais, e até mesmo no espaço do Museu, a imigração italiana é valorizada como protagonista no processo de modernização do município de Jequié e na instalação da via férrea. Essa valorização descaracteriza completamente a participação dos trabalhadores negros oriundos do Recôncavo e já presentes na região do Sertão da Ressaca para a produção deste novo tempo no Sudoeste baiano.

### **3.2 A CIDADE DE JEQUIÉ E A INSTALAÇÃO DA VIA FÉRREA**

Os trilhos atravessam a faixa dos massapés, onde outrora vicejavam os canaviais, passam os 200 metros de altitude, onde encontram Santo Antônio de Jesus, situado numa bela esplanada, vencem depois os contrafortes, seguem as lindas corredeiras e as cidades risonhas do Jequiriçá, vão ao planalto de Jaguaquara, e descem enfim ao vale da Bacia do Rio de Contas, onde acha Jequié (Bahia Tradicional e Moderna (Ba) 1939/Edição 00001).

O Município de Jequié está localizado no Sudoeste do Estado da Bahia, no Território de Identidade Médio Rio de Contas<sup>5</sup>, em plena zona de transição entre a mata e a caatinga árida, com população total de 151.895 habitantes, “em que 139.426 habitantes residem nas áreas urbanas e apenas 12.469 nas zonas rurais”, marcado por uma paisagem de declividades “planas, de 0-3 graus, onduladas de 8-20 e forte de 20 a 55 graus e morros aos arredores do distrito sede e no vale do Rio de Contas” (CONCEIÇÃO; MAIA, 2019, p.48 e 53).

A Bacia do Rio de Contas pertence ao Planalto Sul da Bahia e tem como principais afluentes os rios Antônio, Gavião e Gongogi à margem direita; e São João, Sincorá e Jacaré à margem esquerda (ARAÚJO, 2017, p.25). Porém, também é cortada pelos rios Jequiezinho, Preto do Costa, Preto do Criciúma, Caldeirão, do Costa, de Cima, do Calado, Fundo do Grama, do Golfo, Itapicuru, Jibóia, João Novo, Maracás, do Muquem, São João, São Pedro ou da Visão e Santa Rosa (CONCEIÇÃO; MAIA, 2019, p.232). No curso do Rio de Contas, existem duas barragens de real importância: Funil e Pedra (CONCEIÇÃO; MAIA, 2019, p. 29).

O bioma da cidade de Jequié é composto por Mata Atlântica, Caatinga e Mata de Cipó. A Caatinga marcada pelo clima seco é o bioma nativo da *Syagrus coronata*,<sup>6</sup> palmeira conhecida como “pé de licuri”, segundo relatos de moradores e estudo<sup>7</sup> recentemente realizado na cidade é a principal fonte de matéria-prima utilizada para confecção de diversos artefatos que foram importantes na dinamização econômica das populações rurais e empobrecidas das localidades que compõem o município de Jequié.

A origem da palavra Jequié vem do tupi “jequi”, traduzido como cesto afunilado usado como armadilha para peixes no Rio de Contas. Os Mongoiós, subgrupo dos Camacãs, Gueréns (Aimoré/Botocudos), e Kariri-Sapuyá, grupos não Tupi, ocupavam a região do Sertão da Ressaca até o século XX, quando se deu a efetiva ocupação a partir de entradas nos sertões de “Gavião, Tamboril, Sucessos, e rio de Contas” (SILVA, 2018, p.90). A abertura de estradas pela política fundiária do século

---

<sup>5</sup> Território 22 pelo Governo do Estado da Bahia, Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura, Coordenação de Desenvolvimento Agrário.

<sup>6</sup> Cartilha Ministério da Educação - Licuri. 2006. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/cartilha\\_licuri.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/cartilha_licuri.pdf)> Acessado em: 04.04.2021

<sup>7</sup> Reportagem de divulgação do trabalho de conclusão de curso sobre as vassoureiras de Jequié. Disponível em: <<http://www.uesb.br/noticias/mulheres-vassoureiras-sustentam-familias-com-atividade-que-ainda-nao-e-reconhecida/>> Acessado em: 04.04.2021.

XIX utilizou de forma compulsória a mão de obra indígena<sup>8</sup> para o alargamento e desenho das vias de entrada para os sertões.

A proporção que conquistavão, ião elles abrindo picadas e estradas, os quaes ainda hoje existem os Poções, Ilheos, Jequié, Belmonte, Cannavieiras, e de cujas estradas aproveitão-se os indíos, que ainda errão por aquellas paragens em suas correrias das margens do rio Pardo até o Grongogi e o Rio de Contas, no termo dos Poções (Diário da Bahia: O Diário da Bahia é propriedade de uma Associação (BA), Ano 1889 / Edição 00072).

O levantamento histórico do município de Jequié indicou que a transformação do espaço urbano está implicada em longa duração por distintos eixos econômicos e de mobilidade. O mundo social do trabalho elaborado no Brasil é marcado pela forma compulsória e escravagista, tanto com a população indígena quanto com a população africana e seus descendentes, produzindo uma hierarquia piramidal que permanece atualmente bastante cristalizada quando o tema são os trabalhos manuais.

O município de Jequié é originário da Fazenda Borda da Mata, a partir do desmembramento do território de José de Sá Bittencourt, a partir de 1828. José de Sá é um dos Inconfidentes de 1789, natural de Minas Gerais, e chegou a Bahia refugiado; assumiu a direção de Inspeção de Minas, sendo incumbido de abrir uma estrada ligando Camamu e Monte Alto, conhecendo por essa via a região de Jequié com suas matas inexploradas, algodão em estado nativo e maniçoba.

Em documento de 30 de junho de 1843, do juiz municipal de Órfãos e delegado das vilas de Rio de Contas, Olivença e Ilhéus, Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, anexo à correspondência de 1845, ao Presidente da Província Francisco José de Souza Soares d'Andréa, encontra-se a seguinte informação: [...] aprovo o expediente de que lançou mão para conseguir a abertura das estradas, que indica, como necessária a comunicação e transito dessa Villa para diversos lugares, providencia esta tanto mais vantajosa, 172 quanto com ella se consegue o melhoramento desse Município sem dispêndio dos dinheiros públicos, cujos cofres estão em penúria [...] (SILVA, 2018, p.172).

Jequié está localizado no Médio Rio das Contas, criado pela Lei Provincial ou Resolução Provincial nº 2078, de 13 de agosto de 1880, subordinado ao município de Maracás, e desmembrado do mesmo pela Lei Estadual nº 180, de 10 de julho de 1897, cedendo parte de seu território nas décadas seguintes para formar os municípios de Jitaúna, Itagi e Aiquara.

<sup>8</sup> Desde 2005 há um movimento de ressurgimento indígena a partir da fundação da Associação da Comunidade indígena Karirí Sapuya de Santa Rosa.

<sup>9</sup> APEB; Seção Arquivo Colonial e Provincial; Série Judiciário; Maço 2395; Ano 1845.

Com origem na Fazenda Jequié ou Borda Jequié, “possuía quatro léguas de norte a sul, continuando rio abaixo pela sua margem meridional até a pequena Ilha dos Coqueiros, e pela parte setentrional até o Rio Suipe”; era de propriedade de José de Sá Bithencourt e Câmara. A origem do latifúndio é a Carta Régia de 12 de julho de 1799, endereçada ao capitão geral D. Fernando José de Portugal, que o incumbia de abrir uma estrada ligando Camamu (no litoral) a Monte Alto (no sul da Bahia), para escoar salitre do sertão, gado, madeira e outros produtos.

Porém, a sede da cidade só foi edificada em 1835 e entregue à administração de Felipe Nery de Sousa. A partir do inventário feito em Caeté, Minas Gerais, de José de Sá Bithencourt, em 8 de março de 1832, o grande latifúndio de Borda da Mata foi desmembrado em outras propriedades. Nela, possuía 200 cabeças de gado e 84 escravizados.

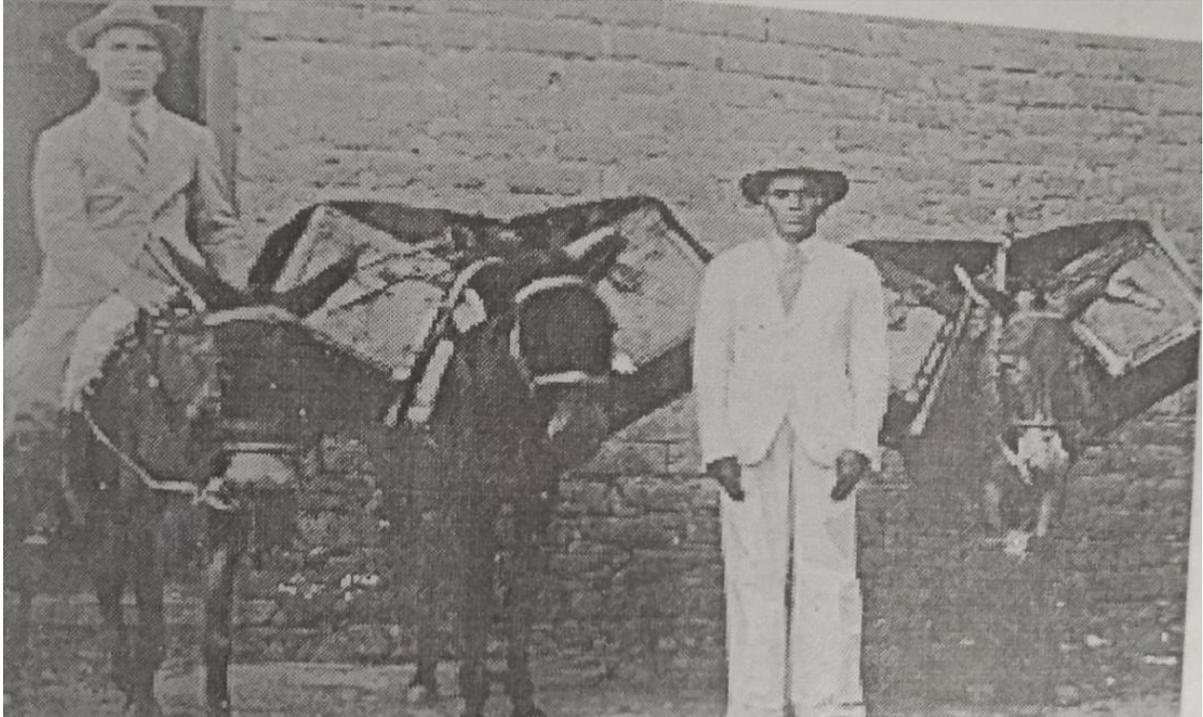
O início da pavimentação das estradas se deu no final do século XVIII e início do XIX. Segundo Cid Teixeira, algumas estradas estão situadas no Sudoeste da Bahia, devido à importância dos fluxos de mercadorias no Sertão. Na segunda metade do século XIX, com a instalação da construção de estradas de ferro, o lombo do burro é utilizado no transporte de materiais para suas construções (PAES, 2001, p.47).

Duas estradas, uma já construída, outra iniciada, traçam ligações entre os dois mais notáveis portos do Estado. Pelo traçado Bahia-Jequié-Conquista-Ilhéus, já se viaja há um ano, carecendo, porém, esse percurso, de vários melhoramentos, principalmente no trecho Jequié e Conquista (Boletim da Cooperativa Central dos Cacaucultores Bahianos (BA) - 1942/Edição 00007).

Eu viajava com tropa, com burro carregado de mercadoria para vender em Jequié, que era ponto de estrada de ferro, levava queijo para vender, levava requeijão, levava toicin, levava carne, feijão. E traziam de lá o querosene, trazia sal, trazia carga de frete para os negociantes. A tropa era do meu pai. Daqui [Vitória da Conquista] para Jequié fazia seis a oito marchas, dava quatro a cinco léguas por dia (José dos Santos Padre Data, 95 anos *apud* PAES, 2001, p.126).

Esse processo histórico de abertura de estradas a partir da presença das tropas foi tão fundamental para a construção do espaço urbano no Sertão que o Ofício do Vaqueiro passou a ser reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial, no Livro do Registro Especial dos Saberes e Modos de Fazer, com Decreto Governamental publicado em agosto de 2021. O processo de patrimonialização destaca o trabalho do vaqueiro na construção do Sertão, tanto na estrutura baseada nos fluxos de circulação, no marco histórico e econômico da presença pecuária para o desenvolvimento do Brasil, como na elaboração de um imaginário, oralidade e performance própria.

Figura 4. À esquerda, montado no jegue, o libanês Isaac Abahim Tannus; e à direita, em pé, o brasileiro César, com dois animais carregados de bruacas, em 4 de fevereiro de 1937, nas proximidades do Rio de Contas em Monte Branco (Jequié).



Fonte: (AILTON, 2004, p.45).

Em 1896, foi notificada uma solicitação da Vila de Santarém à Câmara dos Deputados do Estado da Bahia de quantia de 10 contos de réis como auxílio para a construção de uma estrada que partiria do município até o povoado denominado Jequié de cima, na margem esquerda do Rio de Contas.

O interesse consistia não somente em progresso material, duas partes interessadas pelo impulso e desenvolvimento sequente da lavoura e do comércio, mas em prover “centenas de pessoas que habitam extensas matas em um estado de quase selvageria pela falta de comunicação com os centros mais bem educados que transmitiam os raios vivificantes da moral e da civilização” (Annaes da Câmara dos Senhores Deputados do Estado Federativo da Bahia: Sessões (BA), 1896/Edição 00004).

Foi expressiva a participação de imigrantes italianos e árabes na formação do município de Jequié, a partir da segunda metade do século XIX. O processo de imigração para o Brasil divide-se em duas fases: de 1890 até 1897, com o financiamento de transporte marítimo e, a partir de 1906, também com passagem

gratuita para quem desejasse imigrar. Sendo a segunda etapa com o objetivo de atuar como mão-de-obra barata na construção de estradas-de-ferro, principalmente no eixo São Paulo/Rio Grande (MARTINS, 1955; MONASTIRSKY, 2006).

Figura 5. Casario da ferrovia em ruínas, na estrada que liga Jequié a Baixão



Fonte: Foto Fabio Prado em 6/7/2020) Disponível em

[http://www.estacoesferroviarias.com.br/ba\\_ilheus/baixao.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/ba_ilheus/baixao.htm) Acessado em 25/06/2022.

O início da construção da Estrada Férrea data de 8 de outubro de 1871, chamada de Tram Road de Nazaré; em 1906, passa a se chamar de Estrada Férrea de Nazaré, que foi finalmente inaugurada no ano de 1927, contando com as Estações de Casca, Caatinga e Baixão, e com a presença do Governador Góes Calmon. Nesse período de inauguração, Jequié possuía 1.406 casas e cerca de 13.000 habitantes (ARAÚJO, 1997, p. 299). Escolas desfilaram ao lado das filarmônicas, calculando-se que de treze mil habitantes, oito mil pessoas estavam na Praça da Estação. A chegada da linha férrea em Jequié, pelo lado sul do Rio de Contas, acaba coincidindo, não por acaso, com uma fase em que florescia a agricultura de exportação no Brasil, que se estendeu até a crise de 1929/1930” (ARAÚJO, 1997, p. 297).

Os custos consequentes da Primeira Guerra Mundial prejudicaram a importação dos trilhos e de outros acessórios para o assentamento da linha, tendo por consequência a demora na instalação de trechos, a exemplo do de Jaguaquara-Jequié, que durou quase treze anos. Além de fatores político-econômicos, fatores topográficos aumentaram a dificuldade, pois as ondulações no relevo, potencializavam mais custos na instalação e o tempo gasto na produção parcial de cada trecho.

Sacas de cacau eram depositados nas casas comerciais de Jequié antes de embarcar nos vagões da Estrada de Ferro de Nazaré. A economia do município tinha o cacau como o produto básico, no entanto, ainda se destacavam o café, a mandioca, o feijão, a mamona e a banana (CARLETTO, 1979, p.63). Também era intenso o circuito de outros produtos alimentícios, aguardentes, animais como caprinos e porcos, além de utensílios, em um circuito aquático formado por inúmeras localidades nas margens do Rio de Contas, alcançando o século XX.

Figura 6. Fotograma do Porto das Canoas, mercadorias do sertão chegando em Jequié pelo rio.



Fonte: Documentário Memórias da Senhora Cidade Sol.

Quando levantadas informações sobre o transporte de produtos por canoas conectando os sertões, de imediato se faz associação ao processo histórico de adentramento na Região Amazônica. Segundo Heather Flynn Roller, desde meados do século XVII que as chamadas “Canoas de coleta”, patrocinadas tanto por missionários quanto por particulares, operavam na Amazônia portuguesa, para o que recrutavam mão de obra nos aldeamentos indígenas (ROLLER, 2013, p.357). Semelhantemente, é preciso destacar que a mobilidade de mercadorias entre os povoados por canoas na malha hidrográfica do Nordeste é bastante destacada, inclusive com o tombamento de uma unidade de “canoa de tolda” pelo IPHAN, localizada em Brejo Grande, Sergipe.

A produção acadêmica sobre a ferrovia é pequena, voltando-se principalmente para dados estatísticos, análise tecnológicas sobre estrutura, carga e transporte (MONASTIRSKY, 2006, p.4). Isso indica algumas lacunas sobre a importância econômica, histórica, antropológica e arqueológica da relação entre materialidade e cotidiano, visto que não só a instalação da via férrea e seu funcionamento, mesmo amparada por uma conjuntura nacional, assumiu feições particulares em cada município, como todo o ordenamento histórico dos tipos de transportes utilizados desde o período colonial até o presente histórico.

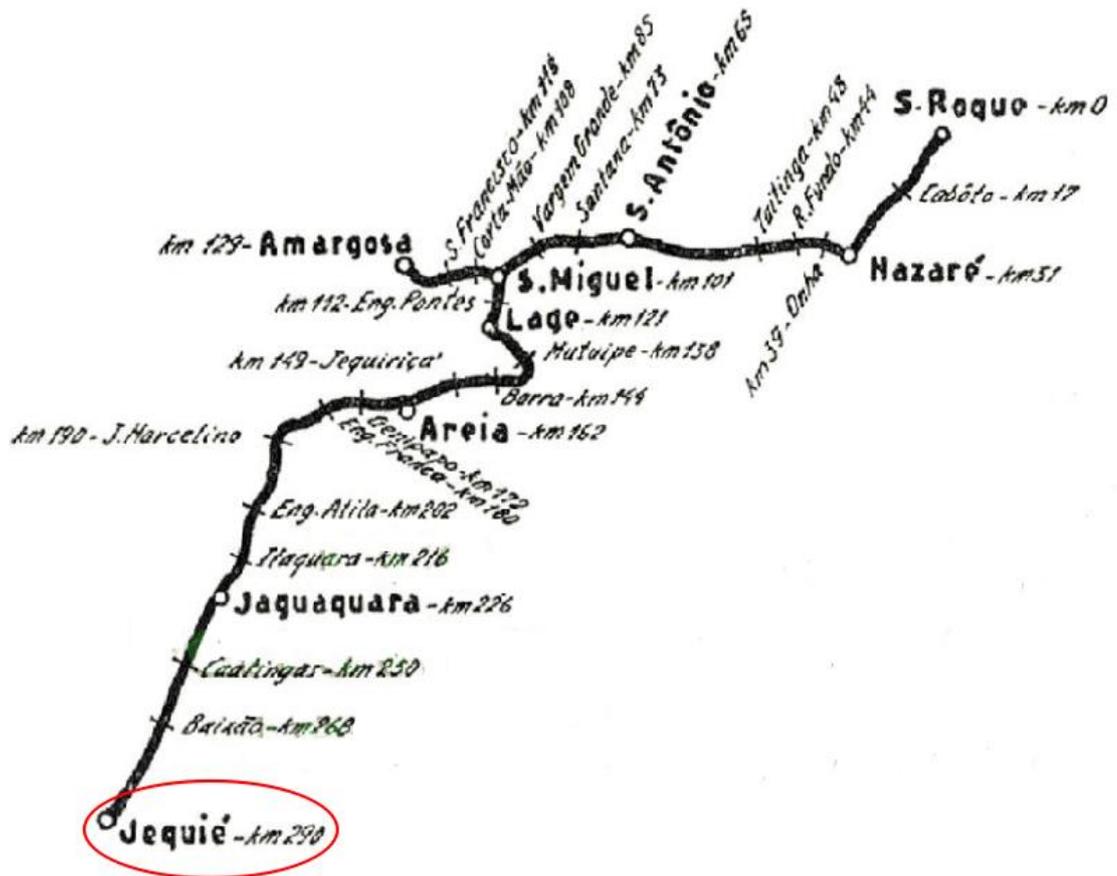
A estrutura ferroviária das bacias comerciais exportadoras era formada por ferrovias isoladas. As primeiras ferrovias do Brasil eram de pequenas extensões, entre um porto exportador e as regiões interioranas, produtoras das principais safras, a exemplo da configuração ferroviária dos demais países sul-americanos, africanos e asiáticos, que tiveram as suas plantas ferroviárias implantadas pelos países europeus, especialmente a Inglaterra (MONASTIRSKY, 2006, p.35).

Na medida que a via férrea era instalada, o comércio era intensificado. As ferrovias brasileiras<sup>10</sup> “foram implantadas em áreas específicas para dinamizar uma estrutura de produção e exportação já existente” (MONASTIRSKY, 2006, p.51). A importação das ferrovias pelo Brasil estava estruturada na ideia de modernização que a República deveria transmitir, deixando as tropas, boiadas e estradas de difícil acesso no período colonial. Muito do que foi feito se fundamentou pela metodologia positivista, em que símbolos determinam novas configurações, sendo a inovação tecnológica um dos mais valorizados.

---

<sup>10</sup> Enquanto a Região Nordeste teve como principais expoentes o algodão, cacau e o açúcar, no Paraná emergiu a erva-mate e a madeira, Santa Catarina com o carvão, o Rio Grande do Sul com o fumo, e na Região Sudeste o protagonista da economia baseada no latifúndio, na exportação e na via férrea, o café (IBGE, 1977).

Figura 7. Mapa da Estrada de Férrea de Nazaré.



Fonte: IBGE/CNG, 1954. Disponível em <http://vfcp.brazilia.jor.br/mapas-ferroviarios/1954-ef-de-Nazare.shtm>. Acessado em 14/08/2021.

A partir do levantamento de informações primárias de Jequié nas Gazetas, Jornais e Revistas digitalizadas e disponíveis na Biblioteca Nacional, uma notícia com título “Metalurgia” tornou-se bastante significativa para compreender o desenvolvimento histórico do município com a formação do assentamento do Quilombo Barro Preto. Segundo o Relatório dos Trabalhadores do Conselho Interino de Governo da Bahia de 1871, foi identificada a existência de uma pequena associação localizada em Jequié que explora de longa data recursos minerais.

Diversas outras tentativas tem-se feito nas comarcas do sul em busca de carvão de pedra, apresentando o cidadão Liberato André de Souza varias amostras de schisto betuminoso encontrado em Jequié, mas não em quantidade tal, que pudessem prestar-se á experiencia. O mesmo apresentou amostras de cobre, ferro, e outros mineraes, obtidas na mesma localidade, onde os explora de longa data por conta de uma pequena associação (RTCIGBA, 1871).

Em 31 de agosto do referido ano, foi encontrado na comarca de Valença e de Nazaré minerais como o cobre e o ferro, úteis para as indústrias do país, tendo sido solicitado pelo negociante Eduardo P. Wilson à Comarca, sua coadjuvação para prosseguir na descoberta das respectivas minas. Com isso, foram enviados os engenheiros Lourenço Eloy Pessôa de Barros e Emilio Augusto de Mello e Alvim para assistirem à experiência dos minerais em um pequeno vapor de sua propriedade. Contudo, os engenheiros indicaram que o

Carvão era um schisto betuminoso, mal carbonizado, de côr parda, quebradiço, muito impregnado de agoa, de structura mais ou menos folliacial stratificado, bastante poroso, contendo camadas calcareas, etc. Queima com dificuldade, desprende gaz inflammavel e desagradavel cheiro, e só queima bem auxiliado pelo carvão de pedra, não podendo o vapor, attenta a pequena dimensão, prestar-se á um exame regular d'esse combustível (RTCIGBA, 1871).

Existem quatro tipos de carvão: 1. Carvão mineral ou natural, 2. Carvão vegetal, 3. Carvão de animal (ou carvão de osso) e 4. Fuligem. O carvão de pedra encontrado em Jequié e alvo de experiência no início do primeiro ano da década 1870 trata-se do carvão mineral, produto da fossilização ao longo de milhões de anos da madeira, também conhecido como hulha. A fração gasosa é usada como gás e combustível, dando origem ao carvão coque, utilizado pela metalurgia como redutor na produção de ferro e aço.

A inovação tecnológica ainda está atrelada ao progresso econômico e social, pois a dinamização provocada pelas exportações e o surgimento de espaços/cidades ferroviárias, ao alterar a paisagem, também alterariam a renda da população. Contudo, o estudo de caso no município de Jequié evidencia que tal ideia de progresso, mesmo que aberta para todos, concentrava o status, os lucros e a administração para poucos, uma classe dominante herdeira da dinâmica das sesmarias e da escravidão no período colonial.

A ligação a um Porto marítimo só será alcançada em 1941, devido ao intermédio da Linha Nazaré-São Roque (CARLETTO, 1979, p.154). O engenheiro Delsuc Moscoso acreditava que partindo-se de Jequié em direção à Baía de Camamú pelo Vale do Rio de Contas, percurso com menos de 200 km, seria mais vantajoso do que o prolongamento via Linha Nazaré-São Roque para alcançar o mar. Isso porque a Baía de Camamú formava um eixo de convergência das rodovias do Instituto do

Cacau - além da intenção em se desenvolver as jazidas de minério de ferro próximas a Jequié (CARLETTO, 1979).

Figura 8. Ponte sobre o Rio Jequezinho.



Fonte: Foto Gustavo Junior, 2021.

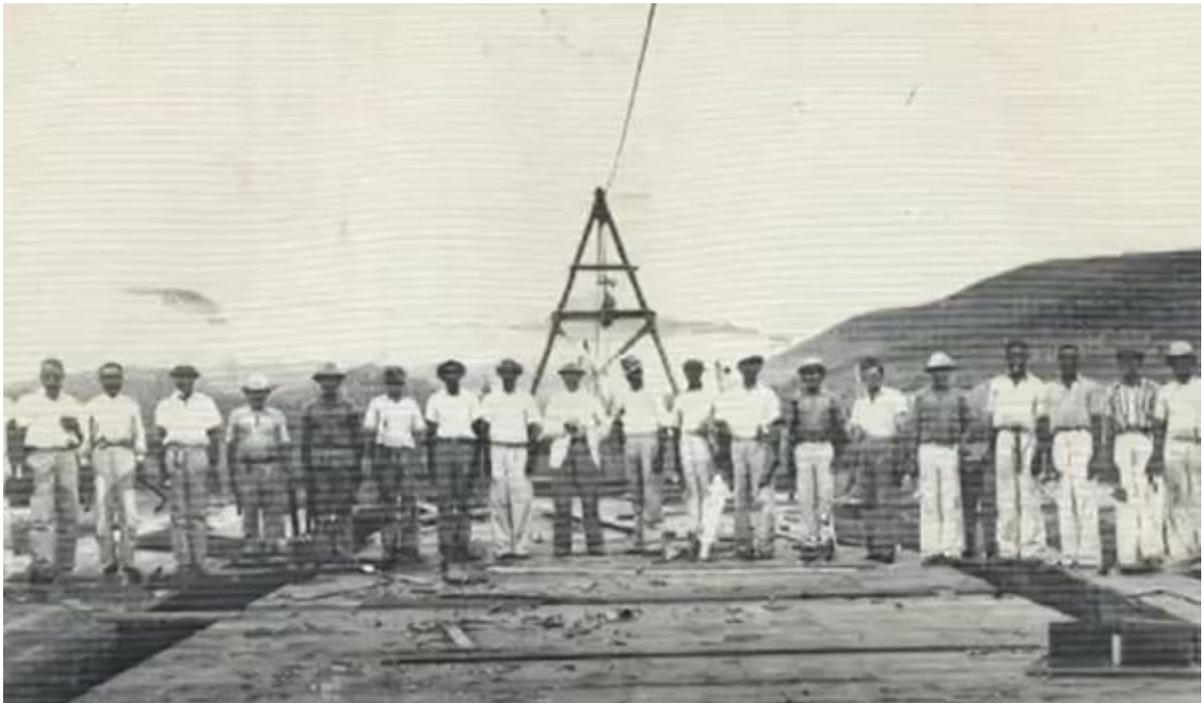
Devido à queda da República Velha, o escritório da Estrada de Ferro foi fechado em 1930, interrompendo a iniciativa de extensão da estrada de Jequié a Vitória da Conquista e a etapa posterior até o Rio de Janeiro, constituindo Jequié como ponto terminal da Estrada (CARLETTO, 1979, p.153). Nesta toada de não mais ocorrerem os trabalhos, houve várias alterações no espaço urbano do município de Jequié, a exemplo da construção de uma ponte em arco sobre o Rio Jequezinho.

Em 1950, o Departamento Nacional de Estradas de Ferro reabriu o escritório de Jequié com um interesse de prolongar a ferrovia até Ubaitaba, projeto abandonado em seguida. Era um momento em que o país privilegiava e priorizava o setor rodoviário, contribuindo, então, para a falência das estradas de ferro. O colapso final foi decretado em 1971, a partir da paralisação definitiva da estrada de ferro de Nazaré, autorizando-se a retirada dos seus trilhos.

Monastirsky (2006:39) indica que com a larga expansão das rodovias, a ferrovia foi destinada para o transporte de grandes volumes, como as mercadorias a granel, minérios e combustíveis. É preciso ressaltar que até 1920, o poder público incentivou

a ferrovia com ordenamento jurídico e gratificações especiais. Em reportagem no Jornal Bahia Tradicional e Moderna (Ba) de 1939, indica-se que "já estão sendo atacados os serviços de construção e de reparos de várias estradas da Zona Sudoeste, em desenvolvimento do 'Plano Rodoviário". Isso implica pensar que a necessidade da instalação de vias rodoviárias está atrelada à desfasagem das vias férreas, à lentidão e ao aumento das taxas de transporte.

Figura 9. Fotograma Ponte Teodoro Sampaio, 1945



Fonte: Documentário Memórias da Senhora Cidade Sol.

Em 1950, no Governo Juscelino Kubitschek, a rodovia passa a ser o centro das atenções, pois a ferrovia cada vez mais era fixada em um imaginário de atraso e de uma lógica antieconômica. Porém, somente após 1964 e a Ditadura Militar que o desmonte ferroviário começou a ocorrer, com ápice no final do século XX (PAULA, 2004, p. 55). A política de instalação das rodovias nomeada de "rodoviarismo" estava alicerçada por uma teoria econômica em que as indústrias de automóveis permitem efeitos de escala; ou seja, ao atrair empresas do ramo central, outras empresas, como de componentes elétricos, lubrificantes e autopeças viriam em conjunto.

Com o estudo da instalação da via férrea em Jequié, foi possível identificar três circuitos de deslocamento de produtos. O primeiro circuito marcado até a primeira metade do século XIX, que esteve baseado no lombo do burro, característico das

tropas, em diálogo com o transporte realizado pelas canoas, conectando localidades outras do Sertão com Jequié. O segundo circuito, a partir da instalação e funcionamento da via férrea na primeira metade do século XX; e o terceiro, a partir da segunda metade do século XX até os dias atuais, pela via rodoviária.

### **3.3 A FORMAÇÃO DO QUILOMBO URBANO DO BARRO PRETO**

O conceito de quilombo não pode ser territorial apenas ou fixado num único lugar geograficamente definido, historicamente “documentado” e arqueologicamente “escavado”. Ele designa um processo de trabalho autônomo, livre da submissão aos grandes proprietários (ALMEIDA, 2011, p.45).

O Vale do Rio de Contas, assim como a maior parte da extensão territorial nacional, é marcado pela formação de quilombos no período colonial, sendo o mais notório o do Borrachudo, originário de escravizados fugidos – ressaltando-se que quilombos também foram formados por população livre. Em 30 de março de 1735, o Conde de Sabugosa autoriza a Pascoal Ferreira Pinto o ataque ao quilombo referido, com sucesso parcial.

No ano seguinte, outra expedição forneceu ao capitão-mor José de Anchieta instrumental bélico para combate, porém sem sucesso na destruição completa desse quilombo (ARAÚJO, 2017, p. 51). Somente em 1838, com a organização de uma expedição determinada pelo governo provincial, que o Quilombo Borrachudo foi cercado e destruído totalmente. Segundo Almeida (2011:35), desde 1824, com a primeira Constituição brasileira, mantiveram-se os dispositivos jurídico-formais de repressão colonial até 1888, que instruíam os denominados “capitães-do-mato” a realizar expedições punitivas de repressão aos quilombos.

Ainda sobre a investigação pormenorizada sobre registros da população negra na formação e fundação de Jequié, apresenta-se o primeiro registro de nascimento no município, em 23 de março de 1884, de uma criança de sexo feminino, de nome Felícia, filha da escravizada Matildes, de propriedade de Maria Teixeira de Barros. Nesse nascimento, Araújo indica que diferente do que ocorreu com outros municípios que surgiram do latifúndio Borda da Mata, “em Jequié não surgiram propriedades rurais de grande extensão”, os conflitos entre os ricos foram dados no âmbito da administração pública e não pela posse de terras.

Walter Fraga Filho (2006) reflete sobre as causas e consequências do Pós-Abolição no Recôncavo Baiano, indicando que diferente do que a sociedade mais ampla reproduziu, os ex-escravizados haviam desenvolvido experiências significativas no período da escravidão - trabalho de ganho, caça, pesca, subsistência em pequenas parcelas de terra - que os auxiliaram a construir cotidianos com base na liberdade a partir da nova condição jurídica. Recursos materiais e simbólicos das comunidades foram acionados para produzir estratégias no viver, a exemplo de “alargar alternativas de vida dentro e fora dos antigos engenhos” (FILHO, 2006, p. 26), como

no curso dos anos que se seguiram à abolição, os libertos buscaram ampliar as atividades independentes da grande lavoura de cana, cultivar gêneros de subsistência nas roças e vender o excedente nas feiras locais, diminuir o ritmo de trabalho, negociar melhor remuneração, enfim, forjar condições de vida que os distanciassem do passado de escravidão (FILHO, 2006, p. 238-239).

O contexto dos anos anteriores à abolição foi formado por “leis emancipacionistas que ampliaram as possibilidades de alforria, a perda de legitimidade da escravidão e a crescente influência do abolicionismo” (Id.,56), combinado com as variadas iniciativas da população escravizada, que tinham como objetivo principal evitar o abandono das propriedades após a abolição (Id.p.114).

A notícia da Abolição da Escravatura, ao chegar em Jequié, se revestiu de importância especial, o que bem demonstra o caráter generoso da população, não obstante começarem a surgir alguns casos de violência urbana. Quem primeiro tomou conhecimento da boa nova foi Rotondano<sup>11</sup>, informado, dias depois, pela firma Pinho & Avelar. De imediato, liberou os poucos escravos que possuía, colocando alguns barris de aguardente à disposição dos moradores (ARAÚJO, 2017, p.121).

Araújo (2017:121) faz uma correlação intencional da abolição com o início de violência urbana no município de Jequié, atrelando então a criminalidade a uma questão de raça. É preciso considerar que no final do século XIX houvera uma aproximação entre quilombo e banditismo “quando os legisladores coloniais vão perdendo sua força relativa e quando a categoria quilombo perde também sua força jurídica em virtude da abolição em 1888 e do advento da República, em 1889” (ALMEIDA, 2011, p.74).

Ainda em Almeida (2011), tal emergência e confluência entre criminalidade no espaço urbano no pós-abolição está diretamente associada com a não resolução do

---

<sup>11</sup> Firma Rontodano & Niella.

problema da terra para os ex-escravizados, à não ocorrência de reformas na estrutura agrária da nascente República, à inexistência de instrumentos que contemplassem a questão das posses, resultando, portanto, em variadas formas de marginalização desses grupos sociais.

Na consulta do documento disponibilizado e organizado pela Associação de Moradores em parceria com o Programa de Formação dos Profissionais Agentes de Saúde (PROFORMAR - NAD/Jequié, 2005), o Quilombo Barro Preto surgiu “a partir da aglomeração de 600 garimpeiros negros, vindos da região de Maracás para trabalharem na construção da estrada de ferro e que fixaram residência naquela localidade, sendo considerado um bairro de negros”.

A formação do território se deu por relatos de moradores antigos do Barro Preto, pessoas com mais de 80 anos que ajudaram a povoar o bairro, alguns já falecidos. Identidade quilombola, segundo a origem dessas pessoas que vieram de quilombos, outros fugidos de fazendas e aqui fizeram morada e família. Um povo sofrido que começou a levantar ranchos de palha e barro. Próximo a um rio farto de peixe. E mata com ótimo esconderijo (Depoimento de Silvana dos Anjos, 25/02/2021).

Figura 10. Vista panorâmica do Quilombo Barro Preto.



Fonte: Foto Gustavo Santos, 2021.

Sandra Lecioni relaciona diretamente o conceito de urbano à sociedade capitalista industrial e descreve que “a sociedade capitalista industrial no Brasil emerge no momento em que a reprodução ampliada do capital passa a ser

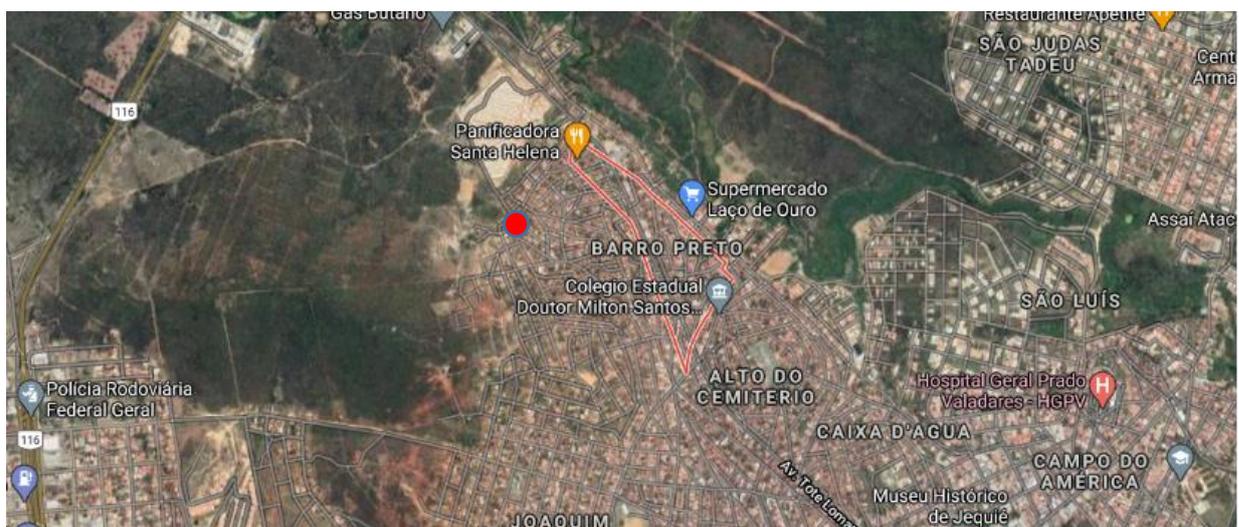
comandada pela atividade industrial” (LECIONI, 2008, p. 118). Nesse momento histórico, “dispor de uma rede urbana em condições de absorver manufaturados exportados da capital, conjugando o comércio com a agropecuária” (ARAÚJO, 1997, p. 299), garantiu a sobrevivência desse povo próximo ao centro urbano que florescia nas idas e vindas do trem, surgindo aí os primeiros elementos do Quilombo Urbano Barro Preto.

Sobre a Caixa D’água e a Rua da Linha, em conjunto com o Barracamento, a análise das entrevistas e dos questionários realizado por mim no Barro Preto indica a composição de um eixo de memória material para a comunidade quilombola.

Rua da Linha é a rua principal do bairro, onde tinha os trilhos de ferro, hoje é Rua ou Av. Vicente Leone (Depoimento de Silvana A. dos Anjos, 16/07/2022). A rua mais movimentada da comunidade (Depoimento de Adriana C. Sampaio, 16/07/2022). Onde passava o trem próximo à manga de Elza da Sra. Elza Leone (Depoimento de Vânia Lícia N. Santos, 16/07/2022). Hoje que não existe mais, né? Mas a moradia pros funcionário sempre existe que é o barracamento (Depoimento de Clotilde de Jesus, 16/07/2022)

Caixa d’água é um tanque de água que também era da ferrovia, dava suporte ao trem de ferro (Depoimento de Silvana A. dos Anjos, 16/07/2022). Era onde o trem parava para ser abastecido de água. Depois se tornou um bairro vizinho ao Quilombo Urbano Barro Preto (Depoimento de Adriana C. Sampaio, 16/07/2022). Além de ser um dos 16 bairros de Jequié, depois da enchente de 1914, que destruiu quase tudo em Jequié, a feira, o comércio e a cidade passaram a desenvolver-se em direção às partes mais altas (Depoimento de Vânia Lícia N. Santos, 16/07/2022)

Figura 11. Localização do Quilombo Barro Preto, Jequié, Bahia.



Fonte: Autoria Gustavo Junior, 2020. Fonte: Google Maps.

Viviane Fernandes (2017:49) entrevistou a moradora Maria, confluindo com a pesquisa realizada por mim, onde se registra que a Caixa d'Água e o *abarracamento* serem pontos históricos do Quilombo Barro Preto. Ainda na fala de Maria, outro ponto importante é que “os contratantes ficavam no centro da cidade, aqui era bairro, né? Então construíam essas (casinhas), bem longe, esses negros ficavam bem longe do centro, a cidade”. Para Giovannoni (2013,) os bairros são considerados como organismos à parte, pequenas cidades.

Figura 12. Barracamento na Rua da Linha.



Fonte: Fotograma Google Earth, 2021.

Além dos trabalhadores negros, familiares e pessoas de Jequié e cidades da região, por onde transitava o trem de ferro, passaram a morar no Barro Preto buscando “ganhar a vida” por meio da “ferrovia ou acompanhando quem nela trabalhava, no comércio, em casas de família ou na feira – um dos principais acontecimentos da região naquele tempo” (SAMPAIO, 2017, p. 55). Uma segunda versão do povoamento surge na pesquisa de Michele Ferreira (2017, p. 150) como a versão adotada pela Fundação Cultural Palmares, e descreve a vinda de seiscentos homens negros, ao invés de trezentos, para trabalhar na construção e manutenção da linha férrea e que fixaram moradia na Rua da Linha.

Figura 13. Rua Nazaré, calçamento da antiga via férrea.



Fonte: Fotograma Google Earth, 2021.

No Projeto Político Pedagógico da Escola Milton Santos (FERNANDES, 2017, p.22), a área do Barro Preto abrange vinte e duas ruas, perfazendo um total de 1.600 casas. A população do bairro é aproximadamente 7.150 moradores, que corresponde a 9% da população da cidade de Jequié. Sofre com a falta de infraestrutura, além da precariedade dos serviços ofertados pelo poder público. A comunidade denuncia a necessidade da participação e contestação política na formulação e execução dos direitos garantidos por Lei.

É possível observar a partir das fotografias no interior do Barro Preto que a organização espacial das ruas e moradias seguiu a lógica de interesse da “territorialidade, do quadro da produção, da troca e do consumo das coisas”, pois é sempre uma relação dos indivíduos e grupos com a produção do sistema territorial, determinando ou condicionando uma consumação deste (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

A Avenida Nazaré e Rua da Linha se encontram no caminho dos trilhos da Estrada de Ferro, e ainda hoje estão preservadas na memória e na história das comunidades através das casas de turma ou “barracamento”. Ao pensar como se organizam os sistemas territoriais, Claude Raffestin informa que a dimensão de uma malha nunca ou raramente corre de forma aleatória, “pois cristaliza todo um conjunto

de fatores, dos quais uns são físicos, outros humanos: econômicos, políticos, sociais e/ou culturais” (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

Esse pensamento permite que se reconheça a relação indissociável entre o bairro Barro Preto e a cidade de Jequié, compreendendo que a ampliação dos bairros e de seus eixos comunicacionais precisa ganhar seriedade e ser feita de modo minucioso. As casas de turma são locais pensados para abrigar “sujeitos ordinariamente alijados da história tradicional, operários pobres que sofreram com as duras condições de trabalho”, além de precariedade das moradias” (LINO; MATIAS e ARAÚJO, 2019. p. 92).

A comunidade do Barro Preto convive com a falta de infraestrutura, além da precariedade dos serviços ofertados pelo poder público, que apontam para a necessidade da participação e contestação política da comunidade na formulação e execução dos direitos garantidos por Lei.

A população remanescente, residente na zona periférica da cidade de Jequié, reivindicou, com apoio do “Centro de Promoção Social da Comunidade e Creche Senhor do Bonfim, PANGEA, Associação de Moradores do Barro Preto, UNEJE, Associação dos Terreiros de Candomblé, além de representantes de outras entidades que defendem as questões raciais, a exemplo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)”<sup>12</sup>, o reconhecimento dos aspectos culturais, religiosos, políticos, econômicos e demográficos da localidade do Quilombo do Barro Preto.

Esses dias eu ouvi um relato do médico que trabalha na unidade que eu trabalho [...]. Não por ele ser médico, mas sim pela história de superação de uma criança nascida na comunidade. Foi morador do barracamento quando criança e tinha como sua maior refeição a merenda da escola. Relato dele. E são dessas histórias que precisamos expandir. Descaracterizar que a criança que nasce na favela pode ter o futuro que ela quiser [...] não ter o seu futuro traçado pela criminalidade [Tais, agente de saúde, 24/02/2021].

Com essa fala, e considerando minha vivência em Jequié, o Barro Preto não é largamente reconhecido por ser um quilombo urbano, mas sim como a favela da cidade, ocupada por população de baixa renda e com condições de habitação precárias. A criminalidade é outro fator que enquadra a percepção do bairro para a sociedade mais ampla, inclusive, ocasionando incidentes em minhas primeiras

---

<sup>12</sup> Disponível em <http://tiagohenriqueinfoco.blogspot.com.br/2007/03/quilombo-urbano-em-jequi-ba.html>. Acessado em 14/12/2017.

investidas em campo ainda em 2020, com a batida policial dias depois, e a sugestão de que haveria alguma correlação entre essas atividades.

Logo, pesquisar o território quilombola dentro de uma estrutura urbana na contemporaneidade nada se aproxima do imaginário romântico construído pela historiografia, ou mesmo arqueologia, de que o cenário de violência está distante do pesquisador. Para esse caso, e tantos outros, no cenário do Brasil, a criminalidade é reflexo da falta de políticas públicas sistemáticas desde o período Pós-Abolição, empurrando esses grupos sociais para a negligência estrutural de condições de vida dignas e equiparadas com a sociedade em geral.

O território usado se constitui pelo território formado – espaço geográfico do Estado – dada sua utilização, produção, apropriação, ordenamento e sistematização pelos diversos agentes que o compõem, como, por exemplo, as firmas, as instituições – incluindo o próprio Estado – e as pessoas. Quando se pensa a formação territorial em relação às comunidades tradicionais, é recorrente a compreensão de que o território é um patrimônio significativo para a formação da identidade, preservação da memória e plataforma que tanto constrói existências quanto políticas. Por essa razão, “os elementos são combinados na paisagem para produzir uma impressão geral” e singular de significados do relacionamento da comunidade com o ambiente (DOMINGO; BURKE e SMITH, 2015, p. 372).

O Quilombo Urbano Barro Preto, por meio dos termos que levanta Raffestin (1993, p. 144), é espaço do qual os grupos se apropriam “concreta ou abstratamente pela representação”. O autor afirma que se trata de “um território visto e/ou vivido”, “um local de relações” e, enfim, “o espaço que se tornou uma relação social de comunicação” (RAFFESTIN, 1993, p. 144-147).

Neste sentido, o conceito de urbano que utilizo para pensar o quilombo urbano enquanto um bairro está relacionado com processos históricos fundados “desde os primórdios da colonização brasileira ou segundo outros períodos”. O conceito de cidade no contexto brasileiro deverá considerar populações dedicadas ao trabalho no campo e não somente “as aglomerações sedentárias que se caracterizam pela presença de população voltada exclusivamente para as atividades urbanas” (LECIONI, 2008, p. 121).

Somos remanescentes, né? Nascido e criado aqui, essa coisa de demarcação ela não foi uma coisa que partiu de dentro para fora, foi uma coisa que veio de fora, então a gente que tá dentro é que tá buscando conhecer mesmo, como é

que foi e conhecer 'quem' começou na verdade. É um bairro realmente que é predominante, né, pelos negros, a gente tem artesanato, a gente tem a questão da saúde, a gente tem toda a característica de terreiro, tem todo o processo realmente de reconhecimento, mas muita gente nem sabe o que é quilombo, a gente tem tentado é levar a informação para dentro da comunidade [...] a gente está tentando conscientizar a comunidade dos direitos dos deveres e da importância desse reconhecimento, que isso é como se fosse a correção, né, que não tivemos, é uma forma de recompensar (Depoimento de Silvana dos Anjos).

Com a fala de Silvana, dois elementos importantes para a discussão emergem. A primeira de que o processo jurídico de demarcação territorial se deu de fora para dentro, e a segunda de que muitas pessoas não sabem o que é quilombo. Como discutido no Capítulo anterior, o processo de reconhecimento dos direitos legais referente às comunidades tradicionais é uma obrigação do Estado, sendo que tais informações podem adentrar às comunidades por infinitas vias, seja por propaganda de massa, pela pesquisa científica ou atuação sindical.

O segundo ponto de não se saber que isso é quilombo, nada desconstrói a ancestralidade do território, visto que são muitos os nomes conferidos pelas comunidades tradicionais para se autoneomarem temporalmente, como “Terras de Preto, Terras de Santo, Mocambo e Terra de Pobre”.

Figura 14. Centro de Umbanda Iansã Axé.



Fonte: Foto Gustavo Junior, 2021.

O Caruru de São Cosme e Damião, realizado anualmente no mês de setembro, está associado à divindade africana Ibeji e aos erês: espíritos de crianças cultuadas no Candomblé e na Umbanda. Essa é uma tradição religiosa que permite, a partir do Barro Preto, realizar reflexão sobre modos ininterruptos de diálogo entre cristianismo e religiões de matriz africana, a partir da dimensão patrimonial quilombola, estabelecendo intersecção entre celebração, técnicas gastronômicas, indumentária, música e prática social.

Dessa forma, “as diferenças raciais e étnicas constituem um fator político, ora virtual, ora concreto”, por essa razão o uso do território quilombola tem relação íntima com as atividades, agrícolas, extrativistas e outras, caracterizando a diversidade de uso e de ocupação dos elementos essenciais naquele ecossistema, que partem de “laços de parentesco e vizinhança”, sustentados por “relações de solidariedade e reciprocidade” (O'DWYER, 2002, p. 18-19).

Figura 15. Atelier de esculturas de madeira de Joilson da Silva, Barro Preto.



Fonte: Foto Gustavo Junior, 2021.

O conceito de cidade vem sendo descrito como “um objeto espacial que ocupa um lugar e uma situação” (LÉFÈBVRE, 1972, p. 65), mas que inevitavelmente “responde aos conteúdos sociais ao longo do tempo histórico”, numa interação dialética entre cidade e urbano que decorre “pelo fato de que o urbano é a forma da simultaneidade, da reunião, da convergência, enquanto que a cidade é a forma material (prático sensível) que viabiliza ou não o urbano” (ARAÚJO, 2012, p.138).

A partir do pensamento de Henri Léfèbvre é possível compreender que o “urbano é a simultaneidade, a reunião, é uma forma social que se afirma” (1986, p. 159). A ocupação da comunidade do Barro Preto denota que o conceito de “território se forma a partir do espaço” como resultado de uma ação conduzida por atores que ao se apropriarem concreta ou abstratamente de um espaço, “territorializam” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Conhecido como “ciclo da palha”, a extração de ouricuri na Zona da Mata-de-Cipó, e licurioba na Caatinga, ainda permitem a sobrevivência de famílias pobres da zona rural em Jequié, com a produção de utensílios de palha. No passado, porém, foi expansiva a produção de vassouras de piaçaba entre 1860 e 1960, atingida pelo processo de industrialização.

Entre os produtos, a vassoura que teve maior destaque; o chapéu, abano, esteira, peneira, além da palha, utilizada para cobertura de ranchos e casas de taipa, eram carregados por meio de tropas de burros e jegues das localidades de Santa Rita, Santa Clara, Porto Alegre, Monte Branco e Curral Novo para a região da Mata Atlântica, como Jitaúna, Itabuna e Ilhéus (AILTON, 2004, p.60).

A história da cultura de artesãos e artesãs de palha, fabricantes de *panacum*, esteiras, cestos e de vassouras, é presente na memória da comunidade, especialmente das mulheres conhecidas como “vassoureiras”. Pa-na-cu/panakú/panacum, possui etimologia tupi e pode ser traduzido como cesto grande de três lados, trançado, carregado pelos indígenas por uma alça presa à testa; *panacum*. Não por acaso, as pessoas mais antigas das comunidades identificam uma das ruas do bairro como “a Rua da Vassoura”, devido ser o local utilizado para secagem das palhas antes da confecção das peças.

Após secar, se junta um punhado de palha a que o povo dá o nome de mói (corruptela de moho) e se amarra com um cipó de caroá ou sisal, apesar de que muitas vassouras vêm sendo amarradas atualmente com cordas de nylon. Em seguida, pega-se uma vara de calumbi ou cansanção e se raspa até a madeira ficar clara, e, após esse trabalho, amarra-se o molho à madeira com um nó semelhante ao que é dado em um pé de suíno (porco), batendo em uma pedra para que a palha fique segura na madeira; aparam-se em seguida as partes de sobra da palha, ficando assim pronta a vassoura (AILTON, 2004, p.61).

A confecção de *panacuns* no Quilombo Barro Preto se baseia especialmente na extração de cipós encontrados no bioma classificado como Floresta Estacional Semidecidual Montana, que “apresenta uma quantidade apreciável de cipós e lianas,

dificultando o deslocamento em seu interior, característica que lhe confere o nome vulgar de Mata de Cipó, exclusiva do Estado da Bahia” (SANTOS; et al., 2007, p. 28).

Figura 16. Riacho em estágio de degradação avançada, Quilombo Barro Preto.



Fonte: Foto Gustavo Junior, 2021.

Numa das visitas realizadas ao Barro Preto, acompanhado por Taís Barreto, agente comunitária de saúde que nasceu e cresceu na comunidade, por indicações de moradores antigos, chegamos à casa de “Dona Rita”, uma senhora de 90 (noventa) anos, reconhecida na comunidade quilombola por ser a última “fazedora de vassouras” ainda viva. Sentada ali no sofá de sua casa na companhia de um de seus filhos, aquela mulher negra de pele retinta<sup>13</sup>, com postura um pouco curvada e mãos calejadas, nos recebeu e ao ser indagada sobre seu ofício.

---

<sup>13</sup> A descrição étnico-racial é de fundamental importância para a compreensão do corpus de interlocutores participantes da pesquisa, devido ao território possuir relevância cultural, racial e identitária para quilombos urbanos e de caráter contemporâneo no Brasil.

Se Deus me der licença eu vou completar 91 (noventa e um) anos, dia 2 (dois) de abril, Deus é quem sabe. A gente sabe o dia de agora e não o dia da tarde e da noite. Dia de sexta e dia de sábado eu levava as vassoura, minhas vassoura era tudo de entrega, se eu amarrasse 4 (quatro) ou 5 (cinco) dúzia de vassouras era tudo de entrega. Dia de domingo buscava lenha e pegava água no rio, e hoje eu tenho "ranchinho", tem uma pia pra lavar roupa, tem banheiro pra usar, graças a Deus (Depoimento de Rita, 2021).

Ao ouvir o nome de Santa Rosa, a presença indígena na região de Jequié é imediatamente acionada, e com isso, os contatos entre a nascente população Quilombola do Barro Preto se correlacionam com grupos indígenas que "erravam" pela região, conforme noticiado no jornal ao final do século XIX.

Figura 17. Manchete sobre os indígenas da Aldeia de Santa Rosa.



Fonte: *Jornal A Notícia Nosso Programa - nossa rota, nosso espaço (BA)* de 1914.

Um dos lugares mencionados de forma recorrente como um espaço importante para os jovens e adultos, no papel de socialização da comunidade, é o Campo do Índio. Desse modo, nomear é considerar uma memória que não é apagada, mesmo com processos sucessivos de extermínio.

Em notícia do *Jornal A Notícia Nosso Programma - nossa rota, nosso espaço (BA)* de 1914, a presença de um grupo de homens de “tex amarellada, levando aos ombros pequenos feixes de frechas, das usadas pelos nossos índios” “que não tira, todavia, a qualidade de bahianos” foi registrada pela Secretaria de Polícia.

Ao serem perguntados sobre a origem, informaram ser do Pé da Serra, aldeia de Santa Rosa, localizada nas “bandas de Jequié”, sendo que o deslocamento durou 10 dias a pé para chegar em Nazaré. No decorrer da notícia, informaram serem mais de 200 na Aldeia Santa Rosa, mas ao serem questionados se eram índios, informaram serem filhos de índios, mas que seguiam os costumes (*A Notícia Nosso Programma - nossa rota, nosso espaço (BA)* de 1914/Edição 00040).

É preciso considerar ontologias e epistemologias afro-indígenas problematizadas por Márcio Goldman, enquanto estratégia teórico-metodológica para afastar o fantasma da hierarquia racial, em que tradicionalmente se impôs o postulado branco-europeu diante das construções materiais, compreensões teóricas e lugares de memória definidos pelas populações indígenas e negras no Brasil.

O Quilombo Urbano Barro Preto, partindo dos termos de Raffestin (1993, p. 144), está sendo compreendido enquanto espaço do qual os grupos étnicos se apropriam “concreta ou abstratamente pela representação”. O autor afirma que se trata de “um território visto e/ou vivido”, “um local de relações” e, enfim, “o espaço que se tornou uma relação social de comunicação” (RAFFESTIN, 1993, p. 144-147).

Hoje ninguém nem sabe como é, aqui mudou muito. Eu morava lá em Santa Rosa, foi as criatura lá que me ensinou, tem hora que queria ensinar, tem hora que não ensinava. Foi com que eu acabei de criar meus filhos, com a graça de Deus, fazia vassoura, criava porco. As palhas eu pegava era longe, é nesse fim de mundo, tinha vez que até do outro lado do rio a gente pegava palha, tem hora que eu me deito assim e “alembro” o tanto que eu já passei, minha fia, Mas graças a Deus, venci (Depoimento de Rita, 2021).

Para tanto, Márcio Goldman indica que é preciso salientar que o contraste não se trata de aspectos históricos, sociais ou culturais, mas de princípios ameríndios e afro-americanos com referência às condições objetivas de seu diálogo. Isso significa que o imperativo da ciência arqueológica de caráter imperialista e colonial é rejeitado

por este estudo sobre a formação territorial do Quilombo Barro Preto, porque a análise e a reflexão crítica entre Direito Territorial e Arqueologia volta-se para as pessoas da comunidade, o que elas pensam sobre si, os outros e o mundo.

Márcio Goldman (2017), apoiando-se no pensamento de Bruno Latour (1984), indica o princípio de irredução para refletir sobre a questão afro-indígena, ou seja, não reduzi-la à questão identitária enquanto, não nega sua importância. Logo, pensar o patrimônio quilombola do Barro Preto também direciona ao princípio da irredução, por não encerrar a identidade quilombola na materialidade, mas a partir dela ampliar a perspectiva sobre território regional, contrastes raciais no Sudoeste Baiano, além de compreender a cultura como uma formulação particular e diferenciada pelo que a comunidade produz sobre si e o mundo.

Figura 18. Fotografia de “Braz” conhecido como artesão de cestas de *panacum* e esteiras do Barro Preto, falecido recentemente



Fonte: Acervo pessoal de Silvana do Anjos.

As múltiplas faces da cidade e, nesse caso, do bairro urbano Barro Preto, resultam da negociação entre interesses e desigualdades que tensionam, formando ruas, vielas, córregos, praças, campos e a região da mata e dos corpos aquáticos, com elementos próprios de sua comunidade e de seguidas intervenções promovidas por entidades religiosas, associações e órgãos da administração pública nas esferas federal, estadual e municipal.

A construção dos dados na Arqueologia Brasileira deve “levar em conta a influência dos contextos históricos, sociais e políticos específicos nos quais estão inseridos os pesquisadores e as suas escolhas por determinados métodos de trabalho” (COPÉ e DEITOS ROSA, 2008, p. 22). Neste sentido, a partir da observação no presente de relatos do passado trazidos na fala de Dona Rita, compreendo que o tempo e as tradições da comunidade, os processos de deslocamentos e de significações do espaço, revelam a mobilidade no território como característica da tradicionalidade desse lugar, da importância dos corpos aquáticos na construção da paisagem.

No ano de 2007, o título<sup>14</sup> de comunidade remanescente quilombola concedido pela Fundação Palmares representou o início do processo de titulação e reconhecimento das terras e propriedades no bairro Barro Preto. A mudança de nome da escola ora denominada Colégio Estadual Duque de Caxias para Colégio Estadual Doutor Milton Santos<sup>15</sup> denuncia o processo de retomada da comunidade quilombola. No interior da instituição escolar, oficinas de artes, como capoeira, dança e música, aliadas à incorporação da história da cultura negra africana e afro-brasileira atuam como valioso instrumento de acesso dos estudantes e comunidade aos mecanismos disponíveis de promoção da cultura e da identidade negra.

Enquanto o estudo arqueológico da Serra da Barriga - organização de escravizados fugidos em Alagoas no século XVII - ganhou repercussão nacional, contribuindo para o debate mais amplo sobre a história e cultura entre grupos étnicos coloniais, a repercussão no Quilombo Barro Preto faz referência ao destaque dado à educação quilombola pela Escola Estadual Milton Santos e ao movimento de titulação quilombola da comunidade.

Desde o início do século XX, busca-se referências para a compreensão dos antecedentes regionais anteriores à instalação da via férrea. Nesse caminho, Stuart Hall (2014), no que concerne sua compreensão do século XX, indica que as questões de identidade na pós-modernidade rompem com a dicotomia operária e

---

<sup>14</sup> Sob o Livro de Certidão Geral nº 9, Registro nº 919, fl. 33, em 01/03/2007, Diário Oficial da União nº 49, 13/03/2007, portaria nº 25, 07/03/2007.

<sup>15</sup> As escolas quilombolas foram regulamentadas constitucionalmente com a criação de Diretrizes Curriculares Nacionais específicas em 2012; produto de um contexto político anterior, iniciado na década de 1980. Determinou-se, portanto, que a Educação Escolar Quilombola ocorresse no interior do território com foco nas particularidades culturais e étnico-culturais de cada contexto social.

ganham novos sentidos e significados, inserindo outros agentes, como as questões de gênero, étnico-racial, indígena.

Oliveira (1998:53) contribui para compreender a identidade como um produto politicamente construído, localmente situado e devidamente organizado por um grupo. Logo, a identidade não é dada, naturalmente disposta, mas é o resultado de representação própria diante da esfera pública, em que formas culturais são valorizadas em detrimento de outras para dar conteúdo e forma a esse produto.

Em “Tempo e Tradição: Interpretando a Antropologia”, de autoria do filósofo e antropólogo de profissão Roberto Cardoso de Oliveira (1988), a compreensão das teorias socioculturais e do patrimônio cultural é concebida a partir da essência interpretativa da ciência antropológica, devido à necessidade de estranhar e compreender a si própria com o mesmo “espanto” que busca entender o outro. Outra característica predominante é a da monoculturalidade naturalista, mesmo com o reconhecimento de todas as rupturas ao longo do desenvolvimento do pensamento antropológico, ainda é essa a ótica analista empregada.

Assim como no Quilombo dos Palmares, compreender o assentamento territorial do Barro Preto indica valorizar uma série de complexas alianças e associações para além dos limites da moradia, alcançando o mundo do trabalho industrial, rompendo, portanto, o mito do isolamento geográfico. Portanto, a arqueologia do mundo moderno ou contemporâneo, lembra Souza (2015), inclui períodos recentes em suas atribuições e usa a materialidade para tecer críticas à modernidade e à história recente dos séculos XX e XXI.

## CAPÍTULO 4

### QUANDO O PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO É QUILOMBOLA

#### 4.1 O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DE BENS FERROVIÁRIOS

A Portaria IPHAN N°17, de 29 de abril de 2022, dispõe sobre os critérios de valoração e o procedimento de inscrição de bens na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário, visando à proteção da memória ferroviária. Para tanto, diante do levantamento de bens e valores do Quilombo Barro Preto, o complexo material associado à antiga instalação da Linha Férrea de Nazaré emerge nas narrativas colhidas e na visita técnica realizada como núcleo original do assentamento quilombola.

Figura 19. Estrada de Ferro Nazaré, Jequié, Bahia.



Fonte: Autoria e ano desconhecidos. Disponível em <https://www.instagram.com/p/CbdWyDTIdyj/> acessado em 05/12/2021.

A pesquisa realizada com a comunidade do Barro Preto por Viviane Fernandes, em 2017, conflui para o interesse comunitário em patrimonializar o Barracamento

[Casas de Turma], a Caixa D'água e a Rua da Linha. No caso de Viviane Fernandes, marcadores materiais foram evidenciados a partir da realização de um estudo no bairro, resultando em um documento feito pela Escola Milton Santos, que solicitava a “transformação dessas construções em patrimônio histórico do Quilombo Barro Preto” (FERNANDES, 2017, p.50). Nssa pesquisa, os marcos materiais foram acessados através da recorrência indicativa registrada pelo questionário aplicado ao grupo de interlocutores reunidos.

Figura 20. Marcos do Quilombo Urbano Barro Preto



Fonte: Autoria Gustavo Junior, 2023. Fonte: Google Earth.

Para tanto, o Artigo 4.º indica serem passíveis de inclusão na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário os bens móveis, incluindo material rodante e bens integrados, e imóveis oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S/A, que, conforme os estudos técnicos: e que

I – apresentam correlação com fatos e contextos históricos ou culturais relevantes, inclusive ciclos econômicos, movimentos e eventos sociais,

processos de ocupação e desenvolvimento do País, de seus Estados ou Regiões, bem como com seus agentes sociais marcantes;  
 II – portadores de valor artístico, tecnológico ou científico, especialmente aqueles relacionados diretamente com a evolução tecnológica e industrial ou com as principais tipologias empregadas no Brasil a partir da implementação da ferrovia até a extinção da Rede Ferroviária Federal S.A; e  
 III – cujo intuito de valoração cultural seja objeto de manifestação individual ou coletiva de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, desde que devidamente justificada, podendo ser, inclusive, motivada por seu valor simbólico;  
 Parágrafo único apresenta que os bens passíveis de valoração serão analisados e avaliados, isoladamente ou em conjunto.

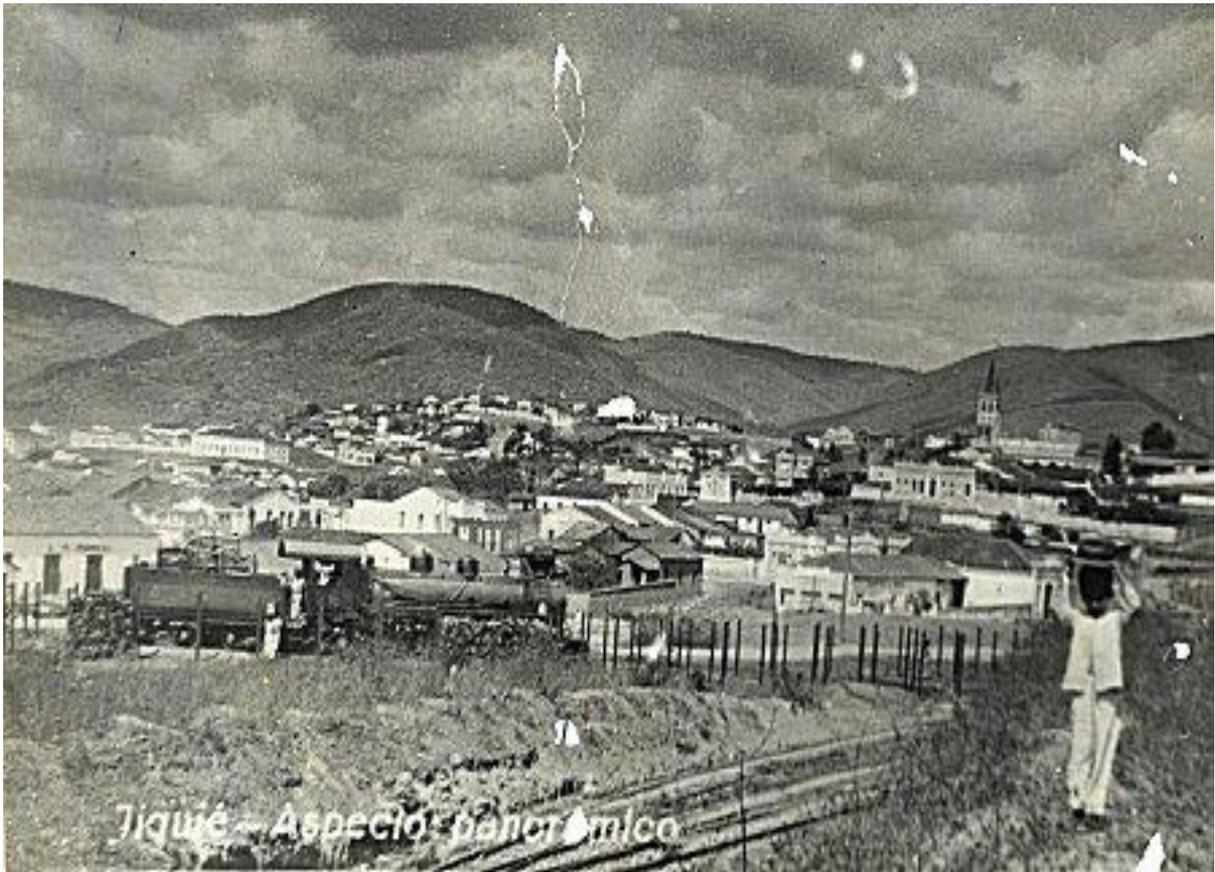
Os bens móveis e imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal S/A que detêm valor artístico, histórico e cultural competem ao Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM, à gestão da Lista. Segundo o Art. 2º, toda pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, é parte legítima para provocar a instauração do processo de valoração. No artigo seguinte, se determina que esse pedido de valoração deverá ser dirigido ao Superintendente do IPHAN da Unidade da Federação onde está localizado o bem, podendo ser de forma física ou através dos meios digitais.

Art. 6º O pedido de valoração deve conter, no mínimo, as seguintes informações:  
 I – identificação do proponente (nome, endereço, n.º RG, n.º CPF ou CNPJ, telefone, e-mail); II – denominação, endereço completo e localização georreferenciada do bem proposto para valoração, quando possível; III – nome do proprietário ou do responsável pelo bem móvel ou imóvel e dados de contato, quando possível; IV – descrição do bem; V – justificativa do pedido apontando o potencial valor para compor o patrimônio cultural brasileiro; e VI – foto atual que permita a identificação do bem.

No parágrafo 1º, indica-se que é facultada à apresentação outros documentos que contribuam com o processo, incluindo manifestações populares, documentos fotográficos, bibliográficos e vídeos, por exemplo.

Já no art. 7º, a Superintendência, no prazo de até 30 (trinta) dias, fará análise prévia da documentação para verificar a admissibilidade do pedido, no que tange ao atendimento do disposto no art. 6º desta portaria, observando: I – a preservação da memória ferroviária prevista no art. 9º da Lei n.º 11.483/2007; II – a localização informada, que permita situar o bem no território nacional; e III – a caracterização do bem, que possibilite o início do processo de identificação.

Figura 21. Estrada de Ferro Nazaré, Jequié, Bahia.



Fonte: autoria e ano desconhecido. Disponível em [http://www.estacoesferroviarias.com.br/ba\\_ilheus/jequie.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/ba_ilheus/jequie.htm) acessado em 06/08/2021.

O Art. 12 indica sobre a instrução processual, que deverá iniciar com o seguinte §3º I – realização de vistoria inicial visando avaliar os seguintes elementos: a) existência do bem; b) estado de conservação e preservação; c) presença de riscos à existência do bem; d) viabilidade de acesso ao bem que permita a continuidade dos estudos; e) viabilidade de acesso físico ao bem pela sociedade; e II – estudos técnicos: obtenção de material fotográfico, iconográfico, textual, entre outros, sobre o bem.

No §5º a instrução do processo será fundamentada em informações técnicas produzidas pela própria Superintendência, podendo apoiar-se em estudos elaborados por terceiros, inclusive aqueles apresentados no pedido de valoração do bem.

No Art.13, na definição do objeto imóvel em conjunto ou isolado, deverá constar a identificação dos conjuntos ou bens isolados, com as respectivas justificativas de seleção, os valores expressamente descritos, traduzidos em atributos e características perceptíveis, além das descrições e georreferenciamento, de

poligonais do lote do bem imóvel a ser valorado, mapas, plantas de levantamento arquitetônico, sempre que possível.

No Capítulo V Dos Efeitos da Valoração, o Art. 22 dispõe que os bens inseridos na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário gozam de proteção, com vistas a evitar seu perecimento ou sua degradação, apoiar sua conservação, divulgar sua existência e fornecer suporte a ações administrativas e legais de competência do poder público.

Com isso, perguntas direcionadas à rede de entrevistados buscou saber sobre o que, na opinião deles, deveria ser patrimonializado. Há uma congruência para os bens móveis associados à Linha Ferroviária, como também o Colégio e os terreiros de Matriz Africana, ambos voltados para a Educação sistemática e assistemática.

Com toda certeza o barracamento, porque está no centro do bairro, fez e faz parte da história de vida da população quilombola, muitos moraram, moram, nasceram e ainda vivem no local. Meu sonho, conseguir morada para o pessoal que lá se encontra, e montar um Museu com uma das salas para contar em fotos, livros, artesanato, a história do nosso povo para a geração futura. (Depoimento de Silvana A. dos Anjos, 16/07/2022)

O Barracamento, a Rua da Linha, um local onde tinha uma Gameleira muito importante para a comunidade e o Colégio Milton Santos, por sua representatividade para a comunidade, porque são os patrimônios culturais que simbolizam e representam este Quilombo e sua história. (Depoimento de Adriana C. Sampaio, 16/07/2022).

O barracamento segundo os mais antigos, fica ali já na direção da linha de ferro, que era quando tinha o trem de ferro passava ali. Eu acredito que as pessoas quilombolas começou miscigenando nessas regiões, assim, beirada de Estrada, porque já tinha um comércio por ali, como já não havia mais a escravidão né, entre aspas (risos), então eu creio que tudo funcionou assim. (Depoimento de Valdinei Moraes de Medeiros, 16/07/2022)

Pensar o patrimônio é refletir sobre os processos de valorização que a comunidade constrói, sobre seus lugares de memória, as materialidades do passado, os contextos de poder e conhecimento. O Barracamento é um lugar em que convergem tais dinâmicas, tanto ao nível intelectual, quanto físico, pois tanto está no centro do bairro, como também é o marcador para o surgimento do assentamento original da comunidade. Marcas ativas do patrimônio pela presença de árvores, corpos aquáticos e demais ambientes reforçam a ideia de que no passado o território foi sendo definido e modelado pela ocupação da comunidade do entorno.

No quilombo tem, a escola que não tem 100 anos, o abarracamento, a caixa d'água porque algumas construções já não existem mais, porque foram vendidas e reformadas. (Depoimento de Vânia Lícia N.Santos, 16/07/2022)

O barracamento. Creio que representa a história do local. Para mim, uma referência de transição pessoal. (Depoimento de Alesandro Silva, 16/07/2022)

Contudo, é preciso indicar que na formação de um patrimônio quilombola, não somente os marcadores de um passado antigo são evidenciados, mas monumentos, pessoas e propriedades intelectuais recentes, que possuem valor inestimável para definição e construção da identidade. O Colégio Milton Santos é um exemplo desses, pois a sua constituição marca definitivamente o reconhecimento do bairro enquanto um quilombo urbano de Jequié. Desse modo, tanto uma referência material da formação original, quanto da história recente, conta uma história local preservada na memória da comunidade, e pelos valores atrelados extrapola os limites comuns e passa a participar da História Regional.

O barracamento, a caixa d'água, os terreiros de Candomblé existentes na área da comunidade quilombola e casas que têm uma ligação com ancestralidade afro-brasileiras, como das rezadeiras e benzedadeiras, dos vassoureiros e cantadores de reis. Porque trazem traços da ancestralidade afro-brasileira. (Depoimento de Domingos Ailton Ribeiro de Carvalho, 16/07/2022).

A ancestralidade afro-brasileira ultrapassa um marcador temporal e físico da origem da formação do assentamento e, com isso, as motivações que o fizeram surgir. Mas está atrelada ao arcabouço cultural, religioso, artístico e estético africano, que também é desenvolvido por corpos e memórias negras, na prática do cotidiano. O Candomblé e Umbanda, enquanto religiões de matriz africana, as técnicas de cura e de fé preservadas por mulheres – em sua maioria – rezadeiras, modos de saber e fazer, como a elaboração de vassouras e outros artefatos de palha de ouricuri, agregam e tonificam a identidade quilombola do Barro Preto.

No Art. 23 As intervenções a serem realizadas em bens valorados devem ser analisadas a partir dos atributos e valores descritos no parecer de valoração, para evitar a sua descaracterização e perda de atributos que ensejaram a sua proteção. Enquanto no Art. 25 Ninguém poderá criar empecilhos ou óbices à fiscalização do IPHAN nos bens móveis e imóveis valorados, mesmo que estejam cedidos ou emprestados a outros, de modo a garantir a sua integridade física, os atributos de sua valoração, sua conservação e preservação.

Não longe disso, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/10) replica o até então estabelecido, relacionando os direitos básicos de qualquer cidadão a sua condição específica, reforçando o compromisso estatal. Reforça também o comando constitucional de preservação das tradições, dos costumes, da religião e dos usos. Ao fim, coloca novamente o Estado no foco central da responsabilidade da promoção do bem-estar dos remanescentes quilombolas por meio da elaboração e efetivação de políticas públicas direcionadas (RODRIGUES, REZENDE, NUNES, 2017, p.106-107).

A educação escolar quilombola foi definida em 2010 nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica pelo Art. 41, que determina: “A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira (BRASIL, 2010; FERNANDES, 2017, p.12-13).

#### **4.2 BARRACAMENTO OU CASAS DE TURMA**

Manuela Carneiro da Cunha destaca que “cultura não é algo dado”, mas, na verdade, é algo que permanece sendo reinventado, em recomposição e que recebe novos significados, sendo percebível a dinâmica e a produção cultural (CUNHA, 2017, p. 239). Entre o que foi culturalmente alterado e aquilo que se manteve, Cunha indica refletir sobre o papel desempenhado pelos “arquitetos sociais”, pela etnicidade e legitimação cientificista, para fazer emergir na escrita, culturas de resistência e que “ênfatizam suas diferenças culturais para protesto”.

A partir da década de 1970, uma nova relação entre patrimônio cultural e identidades aflorou. Com isso, uma nova orientação voltou-se para a identificação da diversidade, em exemplo a criação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC (1975), posteriormente integrado à Fundação Nacional Pró-Memória (1979) por Aloísio Magalhães, fora do âmbito do Ministério da Educação e Cultura – MEC e da alçada do IPHAN.

Antônio Nogueira (2014) propôs pensar a dilatação do conceito e a expansão do campo do patrimônio enquanto um desafio da interdisciplinaridade, sem perder de vista as especificidades de cada olhar disciplinar (CHUVA; NOGUEIRA, 2012). Desse modo, o campo reflete a necessidade da interface de ciências até então separadas

pelo positivismo, em diálogo ininterrupto para resolução de problemas, proposição de respostas às perguntas de pesquisa ou mesmo de abordagem da complexidade da vida.

Figura 22. Barracamento na Rua da Linha.



Fonte: Foto Gustavo Junior, 2021.

Ao atentar ao longo do estudo para “informações sobre o local e a “visão geral da área de estudo, o tamanho, uso atual da terra e acesso”, “visão geral da paisagem, sua geologia/geomorfologia, topografia, cursos d’água, flora e fauna, fontes de matérias-primas e outras questões importantes” (DOMINGO; BURKE e SMITH, 2015, p. 537), foi identificada uma recorrência.

O “Barracamento” ou Casas de Turma aparece como bem imóvel de alto potencial de definição para a origem do assentamento territorial do Quilombo Urbano do Barro Preto. Desse modo, compreendo essa construção particular do processo econômico de instalação da via férrea no Brasil como um tipo específico de estrutura, necessitando realizar, com isso, o registro do “tipo de elementos que compõem”, “como esses elementos foram combinados e fabricados”, “detalhes de qualquer tratamento de superfície” e “o estado de conservação da estrutura e de cada uma de suas partes” (DOMINGO; BURKE e SMITH, 2015, p. 310).

No dia 16 de março de 2021, a prospecção pelas ruas do Quilombo Barro Preto na companhia de Taís (agente comunitária de Saúde da Unidade de Saúde da Família Odorico Motta) foi interrompida às 12h20 pelo excessivo calor, o sol de Jequié estava escaldante como de costume nessa época do ano. Naquele momento, nos aproximávamos da Rua da Linha e ela me mostrou o "barracamento", como são conhecidas as casas de turma construídas no período da instalação dos trilhos da estrada de ferro de Nazaré.

Figura 23. Interior de uma unidade do Barracamento.



Fonte: Foto Gustavo Junior, 2021.

Ao nos aproximarmos, um morador de uma das casas, Antônio Nascimento, veio até Taís pedir ajuda para agendar sua perícia no INSS, pois devido à pandemia de

Covid-19 os atendimentos presenciais na agência haviam sido suspensos e por isso ele não estava recebendo seu benefício assistencial. Fui apresentado a Antônio Nascimento e prontamente buscamos ajudá-lo acessando no smartphone o aplicativo de atendimento digital da Previdência Social. Antônio é um homem de pele clara e cabelos pretos e grisalhos, que aparentava ter entre 45 e 55 anos; se apresentou como mecânico e disse que devido a uma doença cardíaca crônica não conseguia mais trabalhar.

Ele nos convidou para entrar em sua casa onde mora com sua esposa e filha e, já sentados na sala e protegidos do sol, conversamos. Falei um pouco do interesse da minha pesquisa em conhecer a história do Quilombo Barro Preto e perguntei sobre o tempo que ele morava ali e se podia me contar algo do lugar. Antônio reside em uma unidade do Barracamento desde a década de 1980, quando comprou a casa de um antigo morador. Seguiu falando que todos conhecidos sabiam que aquelas casas eram antigas, e que apesar de alguns vizinhos terem realizado reformas e modificações, ele não alterou a estrutura da casa dele. Disse:

Aí, doutor, o chão, o telhado, as paredes, porta e janela, é tudo como era. Os antigo falava que os "adobi" das parede era feito de óleo de baleia. Eu acho que é verdade, porque nenhum prego novo entra nessas parede, a bicha é dura que nem pedra, eu tenho até um prego véio que caiu.

Interessante também a definição de Antônio Nascimento de que o barracamento se trata de um lugar pré-histórico. Ou seja, esses bens materiais atuam como um divisor temporal da História do Quilombo Barro Preto, e com isso, da História de Jequié. Flexibilizar um conceito científico para dar conta de uma realidade local é de alta potência para pensar como o tempo e o espaço são categorias que recebem influência direta dos modos de como se vive e de como as pessoas pensam sua existência no lugar que moram.

Aqui é um lugar pré-histórico, entendeu? Aqui não tem uma casa pra chegar a base dessa estrutura que tem aqui, por aqui foi feita pelos negros, foi feita pelos escravos, foi feita pelos negros, foi inaugurado em 1927, agora vamos fazer a conta de quando construíram. A madeira dessa casa aqui ela tem a idade da fundação dessa casa, eu nunca mexi em nada aqui pra não mexer na estrutura, telha tudo é normal. Quem hoje faz um trabalho desse aqui? Qual o carpinteiro faz um trabalho desse? Pertencia a um rapaz que chama "Reizinho", era um cômodo só, só esse cômodo aqui da frente, que ali (aponta para o interior da casa) é outro cômodo, cada cômodo de três metros e pouco. Ela (casa) tinha outra entrada pra lá, pra rua de lá. Era estação, chamava estação de garimpeiro quando vinha, maquinista quando vinha e dormia aqui

e botava carga de madeira, cimento, alguma coisa que vinha botava aqui (Depoimento de Antônio C. S. Nascimento, 16/07/2022)

Observando a parte externa do Barracamento, é possível verificar imensa terra e entulho, que possivelmente são restos de paredes derrubadas, indicando que alguns moradores realizaram reformas e alterações nas construções. As casas não modificadas possuem portas e janelas em madeira, de tamanho acima dos padrões atualmente utilizados em construções populares. Sobre isso, na Fig. 21, é sintomática a interrupção da linha de edificação com a parede verde, sendo uma marca material realizada pelo interventor, com o interesse de anunciar uma definição de propriedade privada no bem histórico. Pois ao dividir a área da frente de sua casa, construiu um marcador de separação com todo o barracamento.

Figura 24. Detalhe para porta metálica em uma casa de turma.



Fonte: Foto Gustavo Junior, 2021.

A casa de número 11 de coloração verde apresenta janela e porta modificada em material metálico. Na parte frontal da casa de número 20, que fica ao lado da casa do Sr. Antônio, é possível notar uma lixeira elevada construída em metal e a construção de um muro com blocos à mostra, separando as calçadas entre a referida

casa e a de número 11. Já a casa de número 18 tem sua calçada tomada por uma vegetação rasteira que muito se assemelha a ramas de abóboras.

Ao me afastar um pouco das casas para conseguir captar uma fotografia de um ângulo mais panorâmico, pude observar que apesar de algumas telhas terem sido substituídas, a estrutura de madeira dos telhados de todas as casas ainda é original e está interconectada por uma calha d'água também original em metal, que atravessa a frente e lateral das casas.

As casas de turma que resistiram ao tempo no Barro Preto foram erigidas com óleo de baleia, sendo relatado que, no período em que elas foram construídas, serviam para guardar coisas caras. Essa é uma informação que contrasta com aquela relatada pela informante de Viviane Fernandes (2017), de que elas eram utilizadas para moradia dos trabalhadores e para guardar suas coisas. No confronto, pode estar a referir-se a dois momentos históricos distintos, um primeiro quando do auge da instalação da via férrea, e o segundo já no processo de decadência e crescimento da população do entorno.

Figura 25. Rede de Viação Paraná-Santa Catarina.



Foto: Livro "Pelos Trilhos". Disponível em <https://especiais.gazetadopovo.com.br/ferrovia-130-anos/a-rede-ferroviaria/>. Acessado em 07/06/2022.

Na direção do barracamento. Porque tem muita família ali, que convivi ali e precisa também, outros precisa de uma moradia, às vezes tem um cômodo ali vazio, os que já mora ali não passa pra uma pessoa que tá necessitando, sem condições de pagar um aluguel, porque ali ninguém paga aluguel, “nego” vende pra outras pessoas que não têm, parece que ali não é vendido, ali é um apoio de acolhimento para quem tá necessitado, porque é isso que eu entendo. Sou filha daqui de Jequié, criei meus filhos e meus netos aqui nesse setor, sou mãe, sou vó e eu entendo isso do barracamento. Então precisa mais ter um apoio, por conhecimento da prefeitura, por quem for de direito (Depoimento de Clotilde de Jesus, 16/07/2022)

Compreendendo as casas de turma/barracamento como um tipo específico de estrutura, deverão ser registrados “o tipo de elementos que compõem” essas construções, “como esses elementos foram combinados e fabricados”, “detalhes de qualquer tratamento de superfície” e “o estado de conservação da estrutura e de cada uma de suas partes” (DOMINGO; BURKE e SMITH, 2015, p. 310).

Na segunda investida no campo, já em julho de 2022, o objetivo principal foi a aplicação do questionário à rede de entrevistados cultivada ao longo dos dois últimos anos, a partir de perguntas fechadas, voltadas para os indicativos que se apresentaram no decurso da pesquisa. Uma das perguntas centrais foi sobre o barracamento e a definição pessoal acerca de tal materialidade.

O barracamento era o local onde o trem de ferro parava para abastecer de água e lenha, às vezes alguns mantimentos também. Tinha lá um funcionário da ferrovia que prestava esse serviço aos maquinistas. Dona Adelaide que ainda é moradora do bairro viva, com mais de 100 anos, foi esposa desse funcionário (Depoimento de Silvana A. dos Anjos, 16/07/2022).

Herança histórica da fundação do Quilombo Urbano Barro Preto, pois foi a construção da linha férrea que utilizava esse barracamento como apoio, que marcou a chegada de operários negros e suas famílias nesta região, fazendo surgir esta comunidade (Depoimento de Adriana C. Sampaio, 16/07/2022).

O barracamento é uma construção de algumas casas juntas que abriga várias famílias, dentro da comunidade dos quilombos (Depoimento de Vânia Lícia N. Santos, 16/07/2022).

O barracamento enquanto uma construção de casas conjugadas, definida enquanto uma construção precária que abrigou operários negros para servir de apoio e base do funcionamento da Estrada Férrea.

O barracamento ou abarracamento era um conjunto de barracas que tanto abrigava soldados quanto operários. No caso da construção existente na Comunidade Quilombola do Barro Preto, abrigou operários que trabalharam na construção da Ferrovia Nazaré-Jequié e posteriormente operários e

pessoas de baixa renda, que passaram a viver no local. (Depoimento de Domingos Ailton Ribeiro de Carvalho, 16/07/2022).

Voltando-se para uma discussão mais específica na ciência arqueológica, cito Azevedo (2010) para pensar o patrimônio industrial enquanto produto das atividades industriais, ou seja, não somente um resultado técnico, mas imbuído de valor social, com experiências e vivências históricas de pessoas comuns, distante, portanto, das altas classes. Já com Romero de Oliveira (2017), os vestígios industriais indicam analisar hábitos de consumo e fluxos de mercadorias específicas.

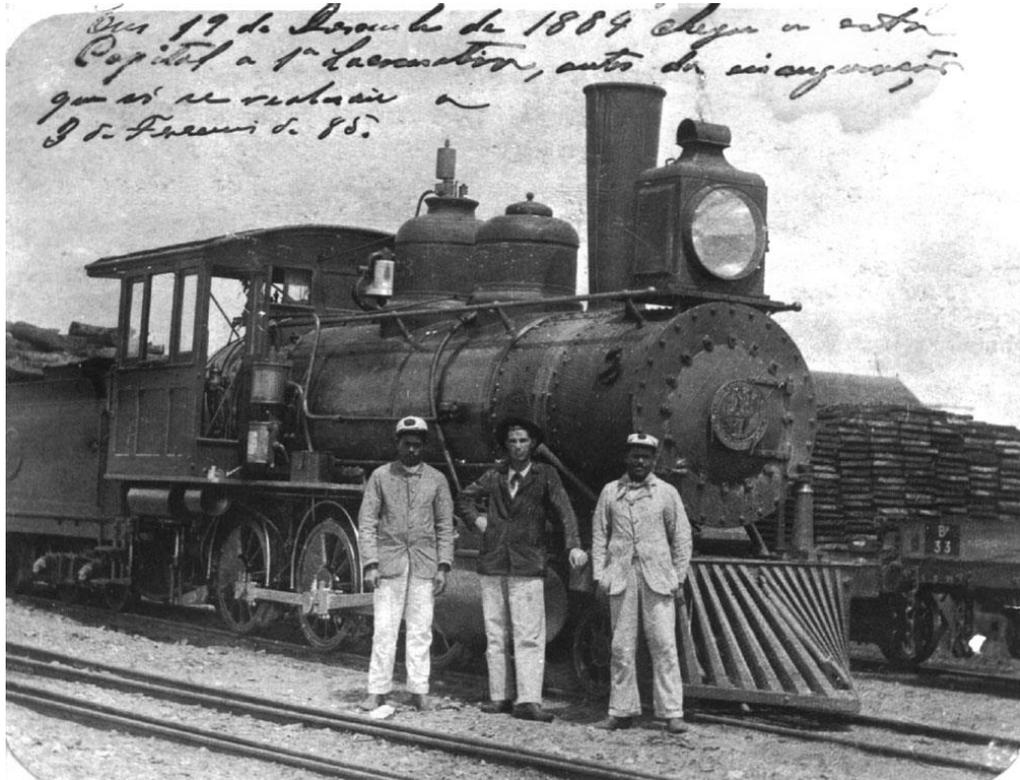
A construção de moradias e outras estruturas a partir dos materiais disponíveis no local podem colocar um problema adicional: o da não preservação das estruturas do quilombo no solo, ou, em alguns casos, pode até mesmo parecer com assentamentos de nativos americanos, indígenas (ORSER; FUNARI, p.17).

Para o contexto do Sul brasileiro, a instalação ferroviária implicou na construção de casas mais simples de madeira, chamados de *arigós*, geralmente ocupadas por funcionários com menor nível de instrução. Portanto, os processos e fonte de extração das matérias-primas utilizadas na construção dessas edificações, além de técnicas e tecnologias usadas, permitem análises tipológicas, morfológicas e cronológicas da cultura material.

Lino, Matias e Araújo (2019) evidenciam o registro de sítios relacionados com a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, a EFSPRG, construída no início do século XX. Ao problematizar as casas de turma para discussão, Finger (2009) menciona que essas construções serviam para a moradia dos funcionários que iriam operar e manter as estradas construídas com paredes em comum para economizar material, e tinham pouco espaço. Ao citar Espig (2008), reforça a peculiaridade de serem casas de pequenas dimensões, utilizadas para abrigar no máximo 10 pessoas. Contudo, ambos indicam que nesse processo de produção de moradia dois tipos se destacam: a casa do agente ferroviário e as casas de turma.

Para Pierre Nora (1993), a memória atua como elo de continuidade e preservação do social - lugares de memória - na tentativa de restabelecer a continuidade entre presente e passado. Carlos Xavier, ao tratar o signo em sua dinâmica, reforça a ideia de que o significado é construído a partir do uso que lhe é conferido e do contexto de seu usuário (AZEVEDO NETO, 2008).

Figura 26. Locomotiva Baldwin, que fez a primeira viagem de Paranaguá para Curitiba.



Fonte: Foto: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Disponível em <https://especiais.gazetadopovo.com.br/ferrovia-130-anos/a-primeira-ferrovia/> Acessado em 07/06/2022.

Segundo as recomendações de Nogueira (2014), entendo patrimônio a partir de duas grandes definições. A primeira, associada ao monumento histórico (patrimônio material), permitindo-me pensar sobre as habitações do período ferroviário - barracamento ou casas de turmas -, a estrutura férrea que extrapola o Barro Preto, a Caixa d'Água e o arruamento. A segunda, associada à propriedade intelectual (patrimônio imaterial), como a religiosidade, o trabalho artesanal e industrial, além do manejo do ambiente terrestre e aquático.

Desse modo, “a industrialização seria resultado de um processo histórico real”, como informa Edward Thompson, e assume particularidades regionais e tempos distintos de instalação. Logo, um emaranhado de caminhos econômicos e sociais permanece no presente histórico, e outras desaparecem na longa duração. Contudo, elabora-se marcas e marcos, que são ativados através da memória, identidade, patrimônio e território. Portanto, aquela imagem das grandes escavações arqueológicas de sítios individuais vem dando espaço, cada vez mais, à potência do patrimônio vivo e aos demais conjuntos patrimoniais, que são formados e elaborados

de forma específica e particular, a partir das trajetórias sociais desenvolvidas pelos grupos humanos que os edificam.

O conjunto patrimonial diretamente relacionado ao mundo do trabalho atende gerações e sentidos de tempo diferentes. No Quilombo Barro Preto, o primeiro tempo está voltado para a origem do bairro e dos lugares de fundação da vida operária industrial, devido à instalação da Estrada Ferroviária de Nazaré. O segundo tempo está relacionado ao universo do trabalho artesanal e do cotidiano urbano da cidade, ilustrados pelos produtos confeccionados por palha, e pelo deslocamento de pessoas e produtos a partir de tração animal. Isso significa que esses dois tempos não estão situados em uma linha sequencial, mas habitam o mesmo espaço, tanto no passado como no presente de Jequié.

Frank Marcon (2008) chama atenção para a construção de imagens sobre as cidades a partir de um referencial hegemônico oriundo do poder público, que mascara e silencia diferenças, conflitos e contradições. Ao refletir sobre a formação do Quilombo Urbano Barro Preto em interface com a construção do espaço urbano da cidade de Jequié, foi verificado em longa duração uma transformação a partir do ideal da modernidade das conexões entre os muitos sertões na abertura de estradas, seja para tropas, ferrovias, rodovias, mas que contribuíssem com o desenvolvimento comercial e industrial do Sudoeste baiano.

Contudo, nesse processo de construção do espaço urbano e em prol da mobilidade urbana, grupos indígenas foram empregados sem remuneração até o século XIX, grupos de trabalhadores Negros deslocaram-se do Recôncavo e de outras localidades próximas para o garimpo no início do século XX, visando uma melhor qualidade de vida no contexto do Pós-Abolição. Porém, mesmo integrantes de um novo regime, a população Negra manteve-se alvo de negligência estatal, conduzindo o seu território na configuração espacial da cidade a um lugar marginal da História Municipal; assumindo no discurso oficial a condição de periferia urbana.

As múltiplas faces do Quilombo Barro Preto são resultado da negociação entre reivindicação política com caráter étnico-racial, de direitos sobre a terra e de desigualdades econômicas fruto da administração pública. Esse confronto entre o privado e o público tencionou e modelou a formação de ruas, vielas, córregos, praças e campos. Potencializou elementos, lugares e construções habitacionais como marcos de história, culturais e de resistência, diante do trabalho no Pós-Abolição até o presente histórico.

Desse modo, identificar o patrimônio quilombola do Barro Preto foi uma ação que aferiu valores culturais de um dado bem, através do reconhecimento social de quem interage com o patrimônio. Logo, o trabalho técnico e intelectual de um grupo de garimpeiros Negros na primeira metade do século XX marcou a paisagem urbana de Jequié com estruturas imóveis, a exemplo do Barracamento e do arruamento, a partir da instalação da Estrada Férrea de Jequié, e atuou na memória social como elemento primordial no processo de territorialização da comunidade quilombola no Pós-Abolição e na construção da identidade quilombola na contemporaneidade do ordenamento jurídico territorial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo do trabalho impõe costumes em comum, para parafrasear Eric Hobsbawm (2015) e Edward Thompson (1998). Isso implica pensar que a organização territorial do Quilombo Urbano Barro Preto faz referência a um processo de racionalização do tempo: o surgimento de manufaturas industriais, com mão de obra assalariada. Ou seja, o surgimento de um outro tempo, relacionado à produção e ao dinheiro, está implicado nas origens da formação do assentamento territorial quilombola.

O antigo tempo, do período colonial, a partir da instalação da Rede Férrea de Nazaré nas primeiras décadas do século XX, assume um lugar de um passado que se quer esquecer. Isso se dá em nome de um novo cotidiano baseado em critérios de modernidade e civilização importados da Europa Industrial. Com isso, o interior das famílias, a organização da moradia e da vida íntima das pessoas passa a assumir formas e formatos regidos pelas regras do trabalho assalariado e industrial (THOMPSON, 1998, p.272).

Portanto, a configuração do tecido urbano do Quilombo Urbano Barro Preto deve ser compreendida como organismo vivo e dinâmico, a exemplo de um sistema territorial formulado por comunidade essencialmente heterogênea e que historicamente elabora e aperfeiçoa estratégias de sobrevivência e de resistência, tanto pelos critérios coloniais, como por aqueles difundidos no Pós-Abolição. Desse modo, ao reconhecer a Avenida Nazaré, a Rua das Vassouras, a Rua da Linha e o “barracamento” como marcadores históricos da origem da formação do assentamento quilombola, a comunidade remanescente Barro Preto produz sua territorialidade a partir do mundo do trabalho – práticas e materiais - e pela busca por liberdade e melhores condições de vida no advento da industrialização no Sudoeste baiano.

O estudo do Quilombo Barro Preto impulsiona entender que é indivisível a relação entre as diferentes áreas da vida, portanto não seria possível compreender os processos de trabalho na instalação da Estrada de Ferro Nazaré, sem que sejam verificados aspectos sociais, políticos, ambientais e econômicos (KELLY, et al., 2019). Isso significa que o mapeamento dos marcadores materiais e imateriais precisou acompanhar os próprios sentidos e valores do Quilombo, tornando objetiva a máxima arqueológica de que as relações sociais não se dão simplesmente entre pessoas e grupos, mas sempre envolvem materialidades.

Concluir que a formação territorial do Quilombo Barro Preto está implicada na instalação da Estrada Férrea de Nazaré na cidade de Jequié indica compreender a particular configuração histórica elaborada no século XX, que permitiu valorizar o patrimônio ferroviário enquanto um patrimônio quilombola. Com isso, a configuração do processo de territorialização do quilombo é interferido por três momentos históricos de transformação do espaço urbano de Jequié, a partir dos ciclos de mobilidade urbana – animal, ferroviário e rodoviário. É certo que a continuidade dos estudos indicará que continuidades e divergências esses ciclos desencadearam na formatação do território, e como podem ser percebidas na paisagem e nos marcos edificadas.

O processo de territorialização do Quilombo Barro Preto, analisado através da confluência da presença do patrimônio ferroviário presente no interior do bairro, conteúdos orais registrados a partir do diálogo com os interlocutores e levantamento histórico diverso indicou a urbanização da cidade de Jequié associada a instalação de vias distintas de transporte, como marcos temporais para determinar origem histórica da formação do assentamento e seu desenvolvimento ao longo do século XX.

É preciso fazer a referência de que a formação de quilombos no Pós-Abolição está diretamente associada à dificuldade de sobrevivência na localidade de nascimento e à necessidade de migração buscando melhores condições de vida. Logo, a interface entre Arqueologia e Direito Territorial está para além da desconstrução da noção de quilombo como um aspecto residual da autonomia de grupos de africanos e de seus descendentes, mas funciona enquanto uma ideia prática de retorno contínuo e prolongado à liberdade e à solidariedade entre distintas famílias.

Também ficou evidente que o estudo do conjunto patrimonial ferroviário considerou o barracamento como alvo maior do desejo da comunidade, por transformá-lo em patrimônio histórico. Logo, Direito Territorial não se resume a um ordenamento jurídico que garante e assegura às comunidades remanescentes de Quilombos o Direito à Terra, mas está vinculado com dimensões práticas de produção de pertencimentos e identidades territoriais.

Logo, o processo de produção de pertencimento e de identidade com o lugar do Quilombo Urbano Barro Preto, ou seja, na constituição de uma terra tradicionalmente ocupada, possuem três grandes marcos. O primeiro de caráter histórico - a instalação da Linha Férrea -, o segundo de valor material – arruamento e o barracamento, e por fim, a dinâmica cultural – associado ao trabalho operário de mineração e uso extrativista da região.

Compreender a formação de municípios nos interiores dos estados brasileiros é considerar a multiplicidade e heterogeneidade de grupos étnicorraciais na formação e dinamização dessas formações; levar em consideração o trabalho e seus aspectos físicos e intelectuais na transformação da paisagem em longa duração, além de compreender que a formação territorial de comunidades tradicionais não é um modelo único, mas implica processos de territorialização distintos por ter a primazia da História em sua distinção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Kátia Maria Pereira. Por uma semântica profunda: arte, cultura e história no pensamento de Franz Boas. **MANA** 4(2):7-34, 1998.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

ALTHUSSER, L. **Sobre a Reprodução**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1999.

ARAÚJO, James Amorim. Sobre a cidade e o urbano em Henri Léfèbvre. **Espaço e Tempo**. São Paulo, Nº 31, p. 133 - 142, 2012.

ARAÚJO, Emerson Pinto de. **A nova história de Jequié**. Salvador: GSH Editora, 1997.

ARAUJO, A. G. M. **Teoria e método em arqueologia regional: um estudo de caso no Alto Paranapanema, Estado de São Paulo**. Tese de Doutorado: MAE/USP, São Paulo, 2001.

AZEVEDO, A. de. Arraiais e corrutelas. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB/São Paulo n. 27, p. 3-26, 1957.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein. **Patrimônio Industrial no Brasil**. Usjt – arq.urb, nº 3, 1º semestre/2010. Disponível em: [www.usjt.br](http://www.usjt.br), acesso em 02/02/2020.

AZEVEDO NETO, Carlos Xavier de. **Preservação do patrimônio arqueológico – reflexões através do registro e transferência da informação**. Ci. Inf., v. 37, n. 3, p. 7-17, Brasília, set./dez. 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3.ed. Portugal: Ed. 70, 2004.

BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e Constitucionalização do Direito. *In*: SAMPAIO, José Adércio Leite Sampaio (coord.). **Constituição e crise política**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: Um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História: O ofício do historiador**. Apresentação: Lilia Moritz Schwarcz; Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 2001.

BRASIL, Luciano de Faria. Por um Direito do Ordenamento Territorial: Elementos Preliminares para um Modelo Integrado de Direito Urbano-Ambiental. **Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico** Nº 52, Fev-Mar/2014.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2018**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jequie/panorama>>. Acessado em: 04.04.2021.

BINFORD, Lewis R. **Em busca do passado. Fórum da História**. Portugal: Publicações Europa-America, 1983.

BRASIL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.239**, de 25 de junho de 2004. Visa tornar inconstitucional o decreto 4.778/03, de autoria do partido político “Democratas”, com trâmite no Supremo Tribunal Federal.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal**, de 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988**. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares - FCP e dá outras providências. Planalto: República Federativa do Brasil: Poder Executivo, Brasília, DF, 22 de agosto de 1988.

\_\_\_\_\_. **Decreto executivo nº 4.883**, de 20 de novembro de 2003. Dispõe sobre a transferência da competência relativa à delimitação e demarcação das terras dos remanescentes das comunidades quilombolas do Ministério da Cultura para o Ministério do Desenvolvimento Agrário e para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, estabelecido no inciso VI, alínea “c”, do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

BRASIL. **Decreto Executivo nº 4887**, de 20 de novembro de 2003. Dispõe sobre o direito das Comunidades Remanescentes Quilombolas.

\_\_\_\_\_. **Decreto executivo nº 5.051**, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT – sobre Povos Indígenas e Tribais.

\_\_\_\_\_. **Decreto executivo nº 592**, de 6 de julho de 1992. Promulga o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.

\_\_\_\_\_. **Decreto executivo nº 6.261**, de 20 de novembro de 2007. Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto executivo nº 678**, de 6 de novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.

\_\_\_\_\_. **Decreto executivo nº 7.037**, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto executivo s/n**, de 13 de maio de 2003. Institui grupo de trabalho interministerial para rever as disposições do Decreto Executivo 3.912/01.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei 3.365, de 21 de junho de 1941**. Dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública.

\_\_\_\_\_. **Lei no 12.288, de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial.

\_\_\_\_\_. **Instrução Normativa no 57, de 20 de outubro de 2009,** do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Dispõe sobre os procedimentos de regularização fundiária das comunidades quilombolas.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962.** Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.** Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária.

\_\_\_\_\_. **Pleno – Quilombolas (Julgamento da ADIn 3239 – partes 1 a 5).** Disponível em: <www.youtube.com>. Acesso em: 25 jun. 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática. Pierre Bourdieu: sociologia.** São Paulo: Ática, 1983, 46-81.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2. ed. 1982 [1970].

CEZNE, A.N. O direito à Educação Superior na Constituição Federal de 1988 como Direito Fundamental. **Educação**, Santa Maria, vol.31, n. 01, p.115-132, 2006.

CABRAL, Mariana Petry. “E se todos fossem arqueólogos?": experiências na Terra Indígena Wajãpi. **Anuário Antropológico/2013**, Brasília, UnB, 2014, v. 39, n. 2: 115-132.

CARLETTO, Cassia Maria Muniz. **A Estrada de Ferro de Nazaré. No contexto da política nacional de viação férrea.** Dissertação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.

CARVALHO, Patrícia Marinho de. **A travessia atlântica de Árvores Sagradas: etnoarqueologia e estudos de paisagem no Quilombo do Boqueirão - Vila Bela-MT.** TEORIA E SOCIEDADE nº 23.1 - janeiro - junho de 2015.

CAMPELLO, André Barreto. **Manual Jurídico da Escravidão: Império do Brasil,** 2018.

CARDOSO de OLIVEIRA, R. **Sobre o pensamento antropológico.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988, p.13-25.

CRIADO BOADO, F. **Del Terreno al Espacio: Planteamientos y Perspectivas para la Arqueología del Paisaje. Criterios y Convenciones en Arqueología del Paisaje.** Universidade Santiago de Compostela. Primera Edición, Abril de 1999.

\_\_\_\_\_. **Arqueológicas. La razón perdida.** Barcelona: Bellaterra, 2012. P. 35-127.

CONCEIÇÃO, Renaldo Santos da; MAIA, Meirilane Rodrigues. Aspectos ambientais de Jequié-Ba: subsídios para planejamento e gestão do território. **Revista Geoaraguaia**, v.9, n.1. p.45-60. Barra do Garças - MT, 2019.

COPE, Sílvia M., DEITOS ROSA, Carolina A. **A Arqueologia como uma prática interpretativa sobre o passado no presente: perspectivas teórico-metodológicas**. Projeto Arqueologia e Pré-história do Planalto Sul Brasileiro, UFRS, 2008.

COSTA. Carlos Alberto Santos. Por políticas para a gestão e musealização do patrimônio arqueológico: Uma escala de sentidos. **Revista Habitus**, Dossiê v. 17, n.1, p. 101-124, Goiânia, jan./jun. 2019.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios. Etnicidade, indianidade e política. Etnicidade: Da cultura residual mas irreduzível**. São Paulo: Ubu Editora, 2017, p. 235 - 244.

DOS ANJOS, José Carlos. A filosofia política da religiosidade afro-brasileira como patrimônio cultural africano. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 9, n. 13, p. 77-96, JAN./JUN. 2008.

DOMINGO, Inés; BURKE, Heather; SMITH, Claire. **Manual de campo del arqueólogo**. Ariel História, 2015.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. Revisitando uma discussão sobre arqueologia, identidade étnica e direitos territoriais dos povos indígenas no Brasil. CAMPOS, Juliano B; RODRIGUES, Marian Helen da S. G; FUNARI, Pedro Paulo Abreu (org.). **A multivocalidade da arqueologia pública no Brasil: comunidades, práticas e direito**. Criciúma, SC: UNESC, 2017. 276 p. : il.

ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado: os turmeiros da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande (1908 – 1915)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2008.

ESPÍRITO SANTO, Franklin Timóteo Souza do. Quilombo Urbano da Maloca: oralidades e análises Identitárias. In: **Seminário de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas**. 1, 2009, Aracajú. Apresentações. Aracajú: UFSE, 2009. Disponível em: <http://goo.gl/7JS7Yf>. Acesso em: 24 jul. 2010.

FERNANDES, V. B. **O quilombo e a escola de Barro Preto, em Jequié, Bahia: vicissitudes e sentidos de identidade**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FERREIRA, L. M. Sob fogo cruzado: Arqueologia comunitária e patrimônio cultural. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, no 3, 2008, p. 81-92.

FERREIRA, Michelle Gomes Freitas. **Conhecimentos étnico-raciais e formação de professores de uma escola quilombola: a emergência da africanização e descolonização do processo formativo**. (Dissertação) Mestrado em Relações

Étnicas e Contemporaneidade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESB, Jequié, 2017.

FILHO, Walter Fraga. **Encruzilhadas da liberdade. História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. ISBN 85-268-0741-2, 368 p.

FINGER, Ana Eliza. **Vilas Ferroviárias no Brasil: Os casos de Paranapiacaba em São Paulo e da Vila Belga no Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Unb, Brasília, 2009.

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: JANTSCH, A. P.; BIANCHETTI, L. (Org.). **Interdisciplinaridade para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 25-50.

FORSBERG, L.L. **Site variability and settlement patterns**. Umea, University of Umea (Tese de Doutorado), 1985.

FOUCAULT, M. Lacan, o “Liberatore” da Psicanálise. In: \_\_\_\_\_. **Problematização do Sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise**. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 329-330, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo A. Heterogeneidade e conflito na interpretação do Quilombo dos Palmares. *Paper* apresentado em sessão sobre “Landscapes of conflict”, **Reunião da Society for Historical Archaeology**, em Québec, Canadá, em janeiro de 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GIOVANNONI, Gustavo, 1873-1947. **Gustavo Giovannoni: Textos Escolhidos I Gustavo Giovannoni**. tradução Renata Campello Cabral, Carlos Roberto M. de Andrade, Beatriz Mugayar Kllhl. Cotia, SP: Ateliíl Editorial, 2013.

GOLDMAN, Marcio. A relação afroindígena. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 23, p. 1-381, 2014.

\_\_\_\_\_. Contradiscursos Afroindígenas sobre Mistura, Sincretismo e Mestiçagem Estudos Etnográficos. **Revista de @ntropologia** da UFSCar, 9 (2), jul./dez. 2017.

HARDMAN, F.F. **Trem fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade** - 12ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2014.

HARTEMANN, Gabby Hartemann, MORAES, Irislane Pereira de. Contar histórias e caminhar com ancestrais: por perspectivas afrocentradas e decoloniais na arqueologia.

**VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica.** Volume 12 | Número 2 | Julho – Dezembro 2018

HESSE, Konrad. **A força normativa da Constituição.** Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: S.A. Fabris, 1991.

HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do trabalho.** Editora Paz e Terra Ltda., capa mole em português, 2015.

INCRA. **Regularização de TERRITÓRIO QUILOMBOLA PERGUNTAS & RESPOSTAS.** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas - DFQ, 2017.

INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição.** Editora Vozes, 2015.

KELLY, Patrícia; FUENZALIDA, Nicole; REBOLLEDO, Sandra; ÁGUILA, Nicolás; SELPULVEDA, Jairo. “Si la arqueología no me sirve para entender lo que pasa en mi país ahora, de verdad no vale la pena”. Entrevista a Luis Guillermo Lumbreras. **Boletín de la Sociedad Chilena de Arqueología**, Número 49, 2019.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social.** Salvador, EDUFBA, 2012.

LÉFÈBVRE, Henri. **Le retour de la dialectique: 12 mots clef pour le monde moderne.** Tradução Margarida Maria de Andrade. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1986.

\_\_\_\_\_. **Espacio y política: El derecho a la ciudad, II.** Barcelona: Ediciones península, 1972.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 24, pp. 109 - 123, 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A noção de estrutura em etnologia; Pós-fácio ao Capítulo XV. In: **Antropologia Estrutural** (Trad.: Beatriz Perrone-Moisés) São Paulo: CosacNaify, pp.397-487, 2012 [1952].

LIMA, Alessandro Luís Lopes de. **Vestígios de um quilombo paulistano: uma análise da paisagem arqueológica do bairro do Bixiga.** Departamento de Ciências Sociais, Unimontes-MG. Argumentos, vol. 17, n. 1, jan./jun. 2020.

LINO, Jaisson Teixeira. MATIAS, Everson Semler. ARAÚJO, Fábio. Casas de turma da ferrovia do Contestado, Santa Catarina: Um olhar arqueológico. **Rev. Arqueologia Pública.** Campinas, SP v.13 n.2, 2019.

LINO, Jaisson Teixeira Lino; MATIAS, Everson Semler; ARAÚJO, Fábio. Casas de turma da ferrovia do Contestado, Santa Catarina: Um olhar arqueológico. **Rev. Arqueologia Pública.** Campinas, SP v.13 n.2 p.79 2019.

LINHARES, M. T. M. O direito à Educação como direito humano fundamental. **Revista Jurídica da Universidade de Franca**, Maio 2007, p. 149-161, 2007.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias** – 11 ed – São Paulo: Cortez, 2004.

MARCON, Frank. Quilombo urbano da Maloca: espaço e etnicidade em Aracaju/SE *in*. LEITE, Rogério Proença. **Cultura e vida urbana: ensaios sobre a cidade**. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

MARTINS, W. **Um Brasil diferente**. São Paulo: Anhembi, 1955.

MAGNANINI, R.C.; SOUTO MAYOR, A.S. *In*: **Geografia do Brasil: Região Sul**. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

MEDEIROS, Carlos Alberto. Ação afirmativa no Brasil: um debate em curso. *In*: SANTOS, Sales Augusto (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**, p. 121-139, 2007.

MEN EZES, L. F.; FUNARI, P. P.; MEZA, E. & ALVES, A. L. La Arqueología de Quilombos en Brasil: problemas y perspectivas. Dossier 'Culturas e Identidades Afroamericanas'. **REA** | No 3 | Diciembre de 2016, p. 68-80.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. **Arqueologia Industrial: Avaliação e Perspectivas**. In Memoriam. São Paulo, Brasil, 1983.

MERRIMAN, Nick. **Public Archaeology**. London: Routledge, p. 1-17, 2004.

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. **Ferrovia: Patrimônio Cultural: Estudo sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos Campos Gerais (PR)**. Tese em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia. Florianópolis, 2006.

NASCIMENTO, Germana Aguiar Ribeiro do; BATISTA, Mércia Rejane Rangel; NASCIMENTO, Marília Aguiar Ribeiro do. Panorama atual de proteção do direito à terra das comunidades quilombolas e desafios futuros. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 17, n. 3, p. 432-447, jul./set. 2016.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. **Antíteses**. v. 7, n. 14, p. 45-67, jul. - dez. 2014.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade** (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA, R. P. de. O direito à Educação. *In*: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Org.). **Gestão, financiamento e direito à Educação: análise da LDB e da Constituição Federal**. São Paulo: Xamã, p. 15-43, 2001.

OLIVEIRA, Luiz Roberto Cardoso. A dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflitos. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2010, v. 53 nº 2.

OLIVEIRA, F. B.; D'ABADIA, M. I. V. Territórios quilombolas em contextos rurais e urbanos brasileiros. *Élisée*, **Rev. Geo. UEG – Anápolis**, v.4, n.2, p.257-275, jul. /dez. 2015

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza (Org.). **Pedagogias e Tecnologias em Quilombos: Conquistas e Novos Desafios**. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cruz das Almas, 2019.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Os instrumentos de bordo: expectativas e possibilidades do trabalho do antropólogo em Laudos Periciais. *In*: SILVA, Orlando Sampaio; LUZ, Lídia; HELM, Cecília Maria Vieira. **A perícia antropológica em processos judiciais**. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 1994.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação Colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana** 4(1): 47-77, 1998.

ORSER JR, Charles; FUNARI, P.P. “Arqueologia da Resistência escrava”. **Cadernos do LEPAARQ**, V. I, nº 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

ORSER Jr., Charles E. Estratégias para uma arqueologia da auto-liberação. **Tessituras**, Pelotas, v. 2, n. 1, p. 290-306, jan./jun. 2014.

PAULA, D. A. de. O futuro traído pelo passado: a produção do esquecimento sobre as ferrovias brasileiras. *In*: FENELON, D.R. et alli (org). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo, Ed. Olho d'água, 2004.

PAES, Jurema Mascarenhas. **Tropas e tropeiros na primeira metade do século XIX no Alto Sertão Baiano**. Universidade Federal da Bahia. Dissertação. Mestrado em História, Salvador, 2001.

PEIRANO, Mariza, G. S. **A favor da etnografia**. Série Antropologia, Brasília, 1992.

PINARD, Jacques. **L'Archéologie industrielle**. Paris, Presses Universitaires de France, 1985.

PROFORMAR, **Programa de Formação. Capacitação dos Profissionais de Agentes de Saúde no Município de Jequié**. NAD/Jequié, 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993 [1980].

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueología: Teorías, métodos y práctica**. Thames & Hudson Ltd, Londres, 2008.

RIBEIRO, L.; SILVA, B. S. R. da.; SCHIMIDT, S.; PASSOS, L. A saia justa da Arqueologia Brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico. **Revista Estudos Feministas**, vol. 25, n. 3, set.-dez, p. 1093-1110, 2017.

ROCHA, L. M. M.; LIMA, I. de S. A História do quilombo anunciado em seu tambor: a música da nação Xambá como forma disseminadora da sua identidade cultural. *In: Anais do XI Congresso Luso Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, 2011. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/15146815-A-historia-do-quilombo-anunciado-em-seu-tambor-a-musica-da-nacao-xamba-como-forma-disseminadora-da-sua-identidade-cultural.html>>. Acessado em: 31.03.2021.

RODRIGUES, Bruno de Oliveira; REZENDE, Tayra Fonseca; NUNES, Tiago Fonseca. Quilombo e os Direitos: Análise da Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADIn) nº 3.239 e a luta pelo poder de dizer o Direito. **Revista Direitos Humanos e Democracia EVISTA**• Editora Unijuí • ano 5 • n. 9 • jan./jun. • 2017.

ROLLER, Heather Flynn. Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico, 1750-1800. *In: Revista de história*. São Paulo, nº 168, p. 201-243, janeiro / junho 2013, p. 206.

ROMERO DE OLIVEIRA, Eduardo. A Cultura Industrial Como Herança: Questões Sobre O Reconhecimento De Um Patrimônio Da Industrialização "Tardia" No Brasil. Pontifícia Universidade Católica de Campinas Campinas, Brasil. **Oculum Ensaios**, vol. 14, núm. 2, maio-agosto, 2017, pp. 311-330.

ROSA, João Henrique. **Entre alagados e penhascos: o ouro da liberdade nas resistências quilombolas do século XVIII na capitania de Mato Grosso - Região Mineradora Guaporeana**. Mestrado em Arqueologia, MAE-USP, 2008.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de Histórias*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). edições 3-1 e 3-2 da *Revista MANA*.

SAMPAIO, Adriana Cardoso. **Mulheres Griôs: Um estudo etnográfico sobre identidades étnicas e de gênero no Quilombo Urbano Barro Preto em Jequé-Ba**. (Dissertação) Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESB, Jequié, 2017.

SANTANA, Regina. **Mussuca: Por uma Arqueologia de um Território Negro em Sergipe D'el Rey**. UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, Álvaro Figueredo dos; NOVAES, Adalberto Brito de; SANTOS, Itamar Figueredo dos; LONGUINHOS, Marcos Antônio Araújo. **Memórias do II Simpósio sobre Reflorestamento na Região Sudoeste da Bahia Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa**. Florestas Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Embrapa Florestas. Colombo, PR, 2007.

SANTOS, Milton. **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Lucas de Jesus. Sujeito e sentido na análise do discurso. **Revista ao pé da Letra**, Volume 15.1, 2013.

SANTOS, Oscar Santana dos. Uma viagem histórica na estrada de ferro Nazaré – Jequié (Bahia): a morte do trem. **Anais do Ciclo de Estudos Históricos – UESC**: 2009. Disponível em:  
[http://www.uesc.br/eventos/cicloshistoricos/anais/oscar\\_santana\\_dos\\_santos.pdf](http://www.uesc.br/eventos/cicloshistoricos/anais/oscar_santana_dos_santos.pdf).  
Acesso em: 31.03.2021.

SCHIFFER, Michael B. Contexto arqueológico y contexto sistémico. **Boletim de antropologia americana**. Portugal: 1990.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Refutações ao feminismo: (des)compassos da cultura letrada brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 765-799, 2006.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Arqueologia – antropologia ou história? Origens e tendências de um debate epistemológico. **Tessituras**, v. 2, n. 1, p. 10-39, jan./jun. 2014.

SILVA, Mariane Moreira da. **O conceito de sítio arqueológico: breve histórico de sua evolução conceitual e considerações sobre sua aplicação na pesquisa arqueológica**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

TAVARES, Jorge Alberto Vieira; NASCIMENTO, Inácia Maria Rodrigues. Maloca uma trajetória de luta, reivindicações e conquistas. *In: III Fórum Identidades e Alteridades*. Publicado em 11 a 13 de nov. 2009.

THIESEN, Beatriz Valladão. **Fábrica, identidade e paisagem urbana: arqueologia da Bopp & Irmãos (1906–1924)**. Tese (Doutorado em arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2005. 264f.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum: Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOCCHETTO, Fernanda; SANTOS, Paulo de Tarso. Arqueologia Urbana no Quilombo do Areal, Porto Alegre. **Anais do V encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB/Sul**. Rio Grande, RS, de 20 a 23 de novembro de 2006.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

## ANEXO



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**  
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

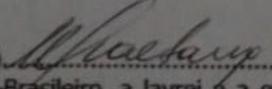
**Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro**

**CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO**

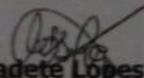
O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n. 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n. 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Barro Preto**, localizada no município de Jequié, Estado da Bahia, registrada no Livro de Cadastro Geral n. 09, Registro n. 919, fl. 33, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n. 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n. 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s):

Genivaldo Batista Santos  
 Presidente da Associação de Moradores do Barro Preto  
 CNPJ nº 08.178.859/0001-05

Eu, Miriam Caetana de Souza Ferreira (Ass.) , Diretora-Substituta da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, 04 de março de 2007.

O referido é verdade e dou fé

  
**Maria Bernadete Lopes da Silva**  
 Presidenta-Substituta

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF - Brasil  
 Fone: (0 XX 61) 3424-0106/(0 XX 61) 3424-0137 – Fax: (0 XX 61) 3326-0242  
 E-mail: [chefiadegabinete@palmars.gov.br](mailto:chefiadegabinete@palmars.gov.br) <http://www.palmars.gov.br>

*"A Felicidade do negro é uma felicidade guerreira" (Wally Salomão)*



## Questionário

1. Nome: Silvana Andrade dos Anjos

Idade: 53 DN 04/01/1969

Profissão: ACS. Agente comunitária de saúde, Técnica em enfermagem

Endereço: Av. Vicente Leone, 44, bairro Barro Preto, CEP 45203581

Quanto tempo reside: 47 anos

Você é quilombola? Sou quilombola, além de viver aqui minha infância e adolescência, ainda casei e tive filho aqui.

O que é ser quilombola? Ser quilombola entre outras coisas é ter o privilégio de conviver com outros quilombolas, tem a questão do laço afetivo, de compartilhar da mesma cultura, mesmo gosto culinário, a questão das histórias dos mais velhos que amo ouvir, o compartilhamento do uso das ervas medicinais etc.

O que é o barracamento? O barracamento era o local onde o trem de ferro parava para abastecer de água e lenha, às vezes alguns mantimentos também. Tinha lá um funcionário da ferrovia que prestava esse serviço aos maquinistas. Dona Adelaide que ainda é moradora do bairro viva, com mais de 100 anos, foi esposa desse funcionário.

O que é a caixa d'água? Caixa d'água é um tanque de água que também era da ferrovia, dava suporte ao trem de ferro.

O que é a Rua da Linha? Rua da Linha é a rua principal do bairro, onde tinha os trilhos de ferro, hoje é Rua ou Av. Vicente Leone.

Qual lugar deve ser preservado como patrimônio do quilombo? Por quê? Com toda certeza o barracamento, porque está no centro do bairro, fez e faz parte da história de vida da população quilombola. Muitos moraram, moram, nasceram e ainda vivem no local. Meu sonho, conseguir morada para o pessoal que lá se encontra, e montar um museu com uma das salas para contar em fotos, livros, artesanato, a história do nosso povo para a geração futura

2. Nome: Adriana Cardoso Sampaio

Idade: 38 anos

Profissão: Pedagoga

Endereço: Rua Paraíso, 89, Kennedy, Jequié-BA

Quanto tempo reside: Desde o nascimento

Você é quilombola? Sim, me tornei quilombola quando me aprofundi nesta temática durante o mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade (ODEERE/UESB), período no qual também residi, por um ano e meio, no Quilombo Urbano Barro Preto, em Jequié-BA. Me tornei quilombola conhecendo e vivenciando as práticas ancestrais da comunidade, em suas variadas formas de expressão cultural. Conhecer e conviver com mulheres rezadeiras, como D. Maria Xangô, mulheres parteiras, mulheres bordadeiras, como D. Adélia, e com mulheres do Candomblé e da Umbanda, como Mãe Nininha Preta, D. Betinha e D. Edite, além de outras tradições, como rezas coletivas, sambas de roda e as amizades construídas que levarei por toda vida, toda essa vivência me tornou quilombola, como uma de minhas identificações. Mesmo não tendo nascido numa comunidade quilombola, me identifico com este grupo porque sou negra e busco no dia a dia sensibilizar as pessoas quanto à importância de nossas comunidades tradicionais, da força e da luta de nosso povo negro, bem como da valorização e respeito que precisamos ter por essas comunidades.

O que é ser quilombola? É sentir-se pertencida/o a esse povo de resistência e de luta por respeito e liberdade, é fortalecer nossa identidade negra, é colaborar na luta por melhores condições de vida desta população em nosso país.

O que é o barracamento? Herança histórica da fundação do Quilombo Urbano Barro Preto, pois foi a construção da linha férrea que utilizava esse barracamento como apoio que marcou a chegada de operários negros e suas famílias nesta região, fazendo surgir esta comunidade.

O que é a caixa d'água? Era onde o trem parava para ser abastecido de água. Depois se tornou um bairro vizinho ao Quilombo Urbano Barro Preto.

O que é a rua da linha? Rua por onde passava o trem, a linha férrea, logo, também foi a rua mais movimentada da comunidade.

Qual lugar deve ser preservado como patrimônio do quilombo? Por quê?  
O Barracamento, a Rua da Linha, um local onde tinha uma Gameleira muito importante para a comunidade e o Colégio Milton Santos, por sua representatividade para a comunidade, porque são os patrimônios culturais que simbolizam e representam este Quilombo e sua história.

3. Nome: Alesandro Silva

Idade: 36 anos

Profissão: médico

Endereço: Av. Gustavo dos Santos Ribeiro 117, J, Romão

Quanto tempo reside: uns 4 anos.

Você é quilombola? Morei no barracamento na infância.

O que é ser quilombola? Pertencer ou residir no quilombo.

O que é o barracamento? Minha antiga residência.

O que é a caixa d'água? Um ponto conhecido do bairro quilombola.

O que é a Rua da Linha? Meu antigo endereço.

Qual lugar deve ser preservado como patrimônio do quilombo? Por quê?  
O barracamento. Creio que representa a história do local. Para mim, uma referência de transição pessoal.

4. Nome: Vânia Lícia Nascimento Santos

Idade: 46 anos

Profissão: estudante, diarista

Endereço: Rua Duque de Caxias, 70, Barro Preto.

Quanto tempo reside: Resido atualmente neste endereço, mas nasci na Travessa Dom Climério nº 75, fundos da panificadora Dom Climério. Eu cresci no bairro, fui aluna do hoje Colégio Milton Santos (antes Duque de Caxias).

Você é quilombola? Sim, sou quilombola.

O que é ser quilombola? Ser quilombola é se sentir e pertencer a uma determinada comunidade, e se identificar com os valores, costumes, e também ter ligação com o território, viver próximo a outras pessoas que compartilham o mesmo laço de identidade.

O que é o barracamento? O barracamento é uma construção de algumas casas juntas que abriga várias famílias, dentro da comunidade dos quilombos.

O que é a caixa d'água? Caixa d'água, além de ser um dos 16 bairros de Jequié depois da enchente de 1914, que destruiu quase tudo em Jequié, a feira, o comércio e a cidade passaram a desenvolver-se em direção às partes mais altas.

O que é a rua da linha? Rua da Linha é uma rua onde passava o trem próximo à manga de Elza, da Sra. Elza Leone.

Qual lugar deve ser preservado como patrimônio do quilombo? Por quê? No quilombo, tem a escola que não tem 100 anos, o abarracamento, a caixa d'água porque algumas construções já não existem mais porque foram vendidas e reformadas.

5. Nome: Domingos Ailton Ribeiro de Carvalho

Idade: 52 anos

Profissão: Professor (atual Secretário de Cultura do Município)

Endereço: Rua Capitão Silvino de Araújo, 515 - Joaquim Romão – Jequié -BA

Quanto tempo reside: 51 anos

Você é quilombola? No sentido do ideário e do pertencimento à ancestralidade afro-brasileira e indígena, posso me considerar um quilombola.

O que é ser quilombola? Ser quilombola está ligado ao pertencimento a uma comunidade de resistência, de união dos oprimidos da sociedade, de união dos negros e dos indígenas contra todo tipo de opressão e racismo, é se identificar com os valores, os costumes e o território, com a terra, a natureza e os laços indenitários afro-brasileiros e indígena.

O que é o barracamento? O barracamento ou abarracamento era um conjunto de barracas que tanto abrigava soldados quanto operários. No caso da construção existente na Comunidade Quilombola do Barro Preto, abrigou operários que trabalharam na construção da Ferrovia Nazaré-Jequié e posteriormente operários e pessoas de baixa renda, que passaram a viver no local.

O que é a caixa d'água? É um reservatório de água que serviu tanto para abastecer o trem de ferro da estrada ferroviária quanto foi utilizado como

chafariz para que as apanhadeiras de água e os aguadeiros pudessem pegar água para abastecimento de suas casas ou a comercialização desse líquido precioso no comércio e residência em uma época em que poucas eram as moradias e estabelecimentos comerciais que tinham água encanada.

O que é a rua da linha? É o nome dado ao local onde passava a linha ou trilhos do trem de ferro

Qual lugar deve ser preservado como patrimônio do quilombo? O barracamento, a caixa d'água, os terreiros de Candomblé existentes na área da comunidade quilombola e casas que têm uma ligação com ancestralidade afro-brasileiras, como das rezadeiras e benzedadeiras, dos vassoureiros e cantadores de reis.

Por quê? Porque trazem traços da ancestralidade afro-brasileira.

6. Nome: Milton Almeida Santos (entrevista gravada)

Idade: 84 anos

Profissão: Trabalhador rural / funcionário da Embasa aposentado

Endereço: 1ª Travessa Dom Climério, 72, Barro Preto, Jequié-BA.

Quanto tempo reside: Entre 40 e 45 anos.

Você é quilombola? Eu não sei, não entendo isso aí. Mas acho que sim, pode ser.

O que é ser quilombola? Eu não sei dizer.

O que é o barracamento? Eu não conheço bem aquela parte, quase não ando por lá.

O que é a caixa d'água? No meu conhecimento, aquela caixa d'água era para abastecer o trem de ferro quando chegava aqui.

O que é a rua da linha? A Rua da Linha fica aqui em baixo, agora o significado eu não sei dizer. Pode ser porque era a mesma estrada por onde passava a linha do trem.

Qual lugar deve ser preservado como patrimônio do quilombo? Por quê? Não sei dizer.

7. Nome: Antônia Santos Nascimento (entrevista gravada)

Idade: 74 anos

Profissão: Lavadeira de roupa

Endereço: 1ª Travessa Dom Climério, 84, Barro Preto, Jequié-BA

Quanto tempo reside: Quase 50 anos.

Você é quilombola? Eu não sei.

O que é ser quilombola? Eu não sei dizer.

O que é o barracamento? Eu não conheço, eu saia daqui pro trabalho e do trabalho pra casa e pra casa de mãe.

O que é a caixa d'água? Eu trabalhei na caixa d'água, tinha água encanada, era só puxar e lavar as roupas. Eu trazia as roupas molhadas para estender em casa. A gente panhava água pra casa na caixa d'água e na rodoviária e trazia as lata na cabeça.

O que é a Rua da Linha? A Rua da Linha fica aqui em baixo, agora o significado eu não sei dizer. Pode ser porque era a mesma estrada por onde passava a linha do trem.

Qual lugar deve ser preservado como patrimônio do quilombo? Por quê? Não sei dizer.

8. Nome: Valdinei Moraes de Medeiros (entrevista gravada)

Idade: 55 anos

Profissão: Autônoma / dona de casa

Endereço: 1ª Travessa Dom Climério, 219, Barro Preto, Jequié-BA.

Quanto tempo reside: 43 anos.

Você é quilombola? Olha só, eu tomei conhecimento, assim, que eu sou quilombola porque moro num bairro quilombola, mas creio eu que tenho uma mistura como todos nós brasileiros, né? Eu sou bisneta de índia, minha mãe é neta de índia, então existe uma mistura porque a família de meu pai é uma família branca, então, assim, quilombola dentro do local que eu já resido há muitos anos.

O que é ser quilombola? Fazer parte de um grupo que lá no tempo da escravidão fugiu de seus senhores, né, com muito sofrimento, com muita chibatada, e criou aquele grupo e os anos foi passando, acabou a escravidão e aí ficou os quilombolas pra se organizar como cidadão e cidadã dentro da sociedade brasileira.

O que é o barracamento? O barracamento, segundo os mais antigos, fica ali já na direção da linha de ferro, que era quando tinha o trem de ferro, passava ali. Eu acredito que as pessoas quilombolas começou miscigenando nessas regiões, assim, beirada de estrada porque já tinha um comércio por ali, como já não havia mais a escravidão né, entre aspas (risos), então eu creio que tudo funcionou assim.

O que é a caixa d'água? Ali foi minha primeira morada quando cheguei em Jequié, sou nascida em Milagres e conheço Jequié desde quando tinha 5 anos. Na época quando eu era criança já existia água nas torneiras, então eu não sei dizer se ainda tinha água ali. Eu cheguei visualizar pessoas que moravam ali no tempo de infância, trabalhei na caixa d'água, tinha água encanada era só puxar e lavar as roupas. Eu trazia as roupas molhadas para estender em casa. A gente panhava água pra casa na caixa d'água e na rodoviária e trazia as lata na cabeça.

O que é a Rua da Linha? A Rua da Linha fica aqui em baixo, agora o significado eu não sei dizer. Pode ser porque era a mesma estrada por onde passava a linha do trem.

Qual lugar deve ser preservado como patrimônio do quilombo? Por quê? Não sei dizer.

9. Nome: Clotilde de Jesus (entrevista gravada)

Idade: 72 anos – DN 03/06/1950

Profissão: Trabalhadora rural / feirante

Endereço: 5ª Travessa Duque de Caxias, 106, Barro Preto, Jequié-BA.

Quanto tempo reside: Desde criança.

Você é quilombola? Sim, sou quilombola.

O que é ser quilombola? Ó, no momento eu entendo assim, da gente aqui do bairro ter um apoio pela Justiça, pela nossa idade, pelas crianças, muitas crianças jogada e um apoio melhor.

O que é o barracamento? É que era da linha de ferro, da estrada de ferro. O trem de ferro passava ali, hoje que não existe mais, né? Mas a moradia pros funcionário sempre existe, que é o barracamento.

O que é a caixa d'água? Ali era nosso chafariz, de que nós pegava água, que nós não tinha água, morador nenhum aqui tinha água em suas casas

naquele tempo e era o chafariz da gente era ali, a caixa d'água. E ali aquela caixa d'água é antiga.

O que é a Rua da Linha? É a rua que passava o trem, é um lugar antigo também.

Qual lugar deve ser preservado como patrimônio do quilombo? É aqui mesmo, na direção do barracamento.

Por quê? Porque tem muita família ali, que convivi ali e precisa também, outros precisa de uma moradia, às vezes tem um cômodo ali vazio, os que já mora ali não passa pra uma pessoa que tá necessitando, sem condições de pagar um aluguel, porque ali ninguém paga aluguel, “nego” vende pra outras pessoas que não tem, parece que ali não é vendido, ali é um apoio de acolhimento para quem tá necessitado, porque é isso que eu entendo, sou filha daqui de Jequié, criei meus filhos e meus netos aqui nesse setor, sou mãe, sou vó e eu entendo isso do barracamento. Então, precisa mais ter um apoio, por conhecimento da prefeitura, por quem for de direito.

10. Nome: Antônio Carlos Santos Nascimento

Idade: 56 anos

Profissão: Vigilante noturno / ajudante de pedreiro

Endereço: Rua da Linha, 21 A, Barro Preto, Jequié

Quanto tempo reside: Há muitos anos. Moro aqui há trinta e poucos anos, por aí ou mais.

Você é quilombola? Eu mesmo sou da raça negra, sou quilombola.

O que é ser quilombola? Quilombola pra mim, acho que é um, é uma nação, como se fosse um índio mas não é, uma raça que muitas pessoas têm preconceito no mundo, que hoje em dia a maioria, entre aspas, negros, negros africanos, muitos critica hoje em dia.

O que é o barracamento? Aqui é um lugar pré-histórico, entendeu? Aqui não tem uma casa pra chegar à base dessa estrutura que tem aqui, por aqui foi feita pelos negros, foi feita pelos escravos, foi feita pelos negros, foi inaugurado em 1927, agora vamos fazer a conta de quando construíram. A madeira dessa casa aqui ela tem a idade da fundação dessa casa, eu nunca mexi em nada aqui pra não mexer na estrutura, telha, tudo é normal. Quem hoje faz um trabalho desse aqui? Qual o carpinteiro faz um trabalho desse?

Quando o senhor chegou aqui essa casa pertencia a quem? Pertencia a um rapaz que chama “Reizinho”, era um cômodo só, só esse cômodo aqui da frente, que ali (aponta para o interior da casa) é outro cômodo, cada cômodo de três metros e pouco. Ela (casa) tinha outra entrada pra lá, pra rua de lá. Era estação, chamava estação de garimpeiro quando vinha, maquinista quando vinha e dormia aqui e botava carga de madeira, cimento, alguma coisa que vinha botava aqui.

O que é a caixa d’água? Não respondido

O que é a Rua da Linha? Não respondido

Qual lugar deve ser preservado como patrimônio do quilombo? Por quê? Não respondido.

11. Nome: Michelle Gomes Freitas

Idade: 37 anos (11/03/1985)

Profissão: Professora (Educação Básica e Ensino Superior)

Endereço: Rua Riachuelo, Bairro Centro, Jequié/Ba. Cep: 45.200-030.

Quanto tempo reside? Não sou moradora da Comunidade Remanescente de Quilombo Urbano Barro Preto, contudo, construí um intenso relacionamento com a comunidade, em razão de minha inserção neste espaço enquanto pesquisadora.

Você é quilombola? Não, mas sou uma mulher preta aquilombada.

O que é ser quilombola? Não posso responder o que é ser quilombola, considerando que não nasci e não fui criada em uma comunidade remanescente de quilombo, mas posso responder o que é ser uma pessoa aquilombada. Tomando de empréstimo as palavras de Stéfane Souto (2020) 1. ser aquilombada é “buscar o quilombo, formar o quilombo, tornar-se quilombo”, deste modo, sou mulher aquilombada desde 2015, quando minha pesquisa de mestrado foi amorosamente acolhida pela Comunidade Remanescente de Quilombo Barro Preto (Jequié/Bahia). A comunidade tornou-se, a partir de então, protagonista de minha vida acadêmica e de meus posicionamentos sociais, culturais e políticos. São sete anos buscando formas de visibilizar as narrativas e as produções culturais da comunidade - onde estabeleci vínculos de afeto, de pertença e onde sinto uma presença ancestral significativa. Em

resumo, ser quilombola e ser aquilombada são perspectivas diferentes, embora ambas tenham em comum o vínculo de pertença com a diáspora africana.

O que é o Barracamento? O Barracamento se constitui como um conjunto de barracos (moradias precárias) construídos e habitados por homens negros quilombolas vindos de outro município da Bahia, que vieram trabalhar na construção da estrada de ferro. Embora a comunidade quilombola do Barro Preto tenha sofrido alterações com o tempo, ainda conserva parte desse Barracamento.

O que é a Caixa d'Água? É um bairro vizinho à comunidade quilombola do Barro Preto, os limítrofes urbanos são bem divididos, inclusive, cada bairro possui a sua própria associação de moradores, não sendo, portanto, a Caixa d'Água uma parte e/ou anexo da comunidade quilombola, mas apenas um território geograficamente vizinho.

O que é a Rua da Linha? A Rua da Linha recebeu esse nome em referência à passagem do trem; assim como existe parte preservada do Barracamento nesta rua, também existe parte preservada da estrada de ferro - ambas são evidências materiais que atestam a veracidade de que homens quilombolas teriam vindo a Jequié, especificamente para aquela localidade para trabalharem na construção da estrada de ferro e que por ali mesmo constituíram moradias e conseguiram através de aspectos geracionais preservar seus modos de vida sociais e culturais.

Qual lugar deve ser preservado como patrimônio do quilombo? Por quê? O Barracamento, pois se constituiu como história viva do lugar.